



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

FERNANDO SAVELLA

**Manifestações à Direita: lutas pela reprodução social da classe média brasileira
(2014-2023)**

CAMPINAS

2024

FERNANDO SAVELLA

**Manifestações à Direita: lutas pela reprodução social da classe média brasileira
(2014-2023)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: SÁVIO MACHADO CAVALCANTE

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À
VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO
DEFENDIDA PELO ALUNO
FERNANDO SAVELLA E ORIENTADA
PELO PROF. DR. SÁVIO MACHADO
CAVALCANTE.

CAMPINAS

2024

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

Savella, Fernando, 1997-
Sa93m Manifestações à direita : lutas pela reprodução social da classe média brasileira (2014-2023) / Fernando Savella. – Campinas, SP : [s.n.], 2024.

Orientador: Sávio Machado Cavalcante.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Classe média. 2. Movimentos sociais. 3. Classes sociais. 4. Reprodução social. I. Cavalcante, Sávio, 1982-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações Complementares

Título em outro idioma: Right-wing demonstrations : struggles for the social reproduction of the brazilian middle class

Palavras-chave em inglês:

Middle class
Social movements
Social classes
Social reproduction

Área de concentração: Sociologia

Titulação: Mestre em Sociologia

Banca examinadora:

Sávio Machado Cavalcante [Orientador]
Andreia Galvão
André Ricardo Salata

Data de defesa: 20-05-2024

Programa de Pós-Graduação: Sociologia

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0009-0006-2582-9060>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/9041322416460323>



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, composta pelos(as) Professores(as) Doutores(as) a seguir descritos, em sessão pública realizada em 20 de maio de 2024, consideraram o candidato Fernando Savella aprovado.

Prof. Dr. Sávio Machado Cavalcante

Profa. Dra. Andreia Galvão

Prof. Dr. André Ricardo Salata

A ata de defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Coordenadoria do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Em memória de Maria Valéria Miller.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), processo 131197/2020-7.

Agradeço, primeiramente, ao meu orientador Sávio Machado Cavalcante pelos atuais oito anos de orientação, pelos férteis debates e provocações. Não apenas esta dissertação, mas principalmente minhas noções mais fundamentais do fazer sociológico, não existiriam sem seus direcionamentos.

Agradeço também a todos os interlocutores que encontrei durante este e outros esforços de pesquisa, especialmente aos integrantes do Grupo de Estudos em Bourdieu da Unicamp (GEBU) e do Centro de Estudos Marxistas (CEMARX), em especial aos professores Michel Nicolau Netto e Andréia Galvão, que participaram de minha qualificação e apresentaram críticas extremamente profícuas para o desenvolvimento da pesquisa e do argumento, e ao amigo Arthur Menezes Salomão, pelos constantes encontros para abrir possibilidades, hipóteses e interpretações sobre nossos temas de pesquisa.

Pela participação na banca de defesa, agradeço novamente à professora Andréia Galvão e ao professor André Ricardo Salata, que apresentaram críticas necessárias para a continuidade da pesquisa e o aperfeiçoamento do tratamento teórico, organização da problemática e compreensão do problema das classes sociais.

Agradeço a todos os camaradas que estiveram presentes durante estes últimos anos e em especial à minha família - meu pai Elzo, meu irmão Eduardo e em memória de minha mãe, Maria Valéria, que ocasionaram absolutamente tudo que vivi. Pelo companheirismo e cumplicidade, agradeço também à Mariana, não apenas pelo apoio nas atividades de pesquisa, mas especialmente por trazer felicidade e solidariedade em tempos tão difíceis.

Resumo

Esta pesquisa tem como objetivo contribuir com o debate sobre a reprodução social das classes sociais no Brasil e a mobilização da classe média no contexto do que se convencionou chamar de crise política através das manifestações de rua à direita do espectro político. Com base na análise documental de fotos, vídeos, declarações e textos produzidos pelos agentes estudados e por meios de mídia e na revisão bibliográfica disponível sobre o fenômeno das manifestações pró-*impeachment*, em apoio à Operação Lava-Jato e em apoio da candidatura e do mandato de Jair Bolsonaro, analisamos a relação entre o conteúdo das manifestações e a trajetória recente da classe média brasileira. A partir dessa relação, estudamos a hipótese de que as manifestações de rua possam ser caracterizadas como uma estratégia de distinção social adotada pela classe média num contexto em que diversos de seus marcadores distintivos encontravam-se ameaçados. Utilizamos, nesse intento, as teorias de Nicos Poulantzas e Pierre Bourdieu como bases para tratar dos condicionamentos de classe da classe média e a dinâmica das lutas pela reprodução social através das práticas políticas.

Palavras chave: classe média; manifestações de rua; distinção social; reprodução social.

Abstract

This research aims to contribute to the debate about the social classes' social reproduction in Brazil and the middle class mobilization in the political crisis context, through the right-wing street demonstrations. Based on photographs, videos, statements and texts produced by the subjects of study, as well as on the available literature on the pro-impeachment demonstrations, the Lava-Jato support demonstrations and Bolsonaro's support demonstrations, we analyzed the relations between its content and the recent trajectory of the Brazilian middle class. On that basis, we studied the possibility of describing these street demonstrations as a social distinction strategy adopted by the middle class in the context of the erosion of many of its distinction markers. We use, on that purpose, Nicos Poulantzas' and Pierre Bourdieu's theories as the reference to think about the class conditioners of the middle class and the struggle dynamics on the social reproduction process through the political practice.

Key-words: middle class; street demonstrations; social distinction; social reproduction.

Sumário

Introdução	10
I. Que classe média?	12
II. Manifestações e reprodução social: a hipótese de pesquisa.....	17
III. Nota introdutória	18
Capítulo 1. O sentido das ruas.....	25
1.1. Trajetória.....	25
1.2. Posicionamento político e sentido discursivo	32
1.3. Performance nas ruas	45
1.4. Delimitando relações de classe	54
1.5. Para além de 2016: o “bolsonarismo”	58
Capítulo 2. A classe em movimento	64
2.1. Classes reais, grupos imaginados.....	67
2.2. Práticas de classe e lutas por classificação	75
2.3. A classe entra em cena	78
2.4. Classe média em movimento	81
Capítulo 3. Reprodução social e trajetória de classe.....	88
3.1. Modalidades da meritocracia	88
3.2. Elementos de trajetória.....	94
3.3. Divisões entre camadas no interior da classe média.....	98
3.4. Alta classe média e lutas sociais	103
Capítulo 4. Capital político e discurso moral.....	110
4.1. O capital político	112
4.2. Marginalidade imaginada	122
4.3. Da imaginação à construção do capital político	124
4.4. Manifestações de rua e distinção social	129
Considerações Finais.....	135
Referências bibliográficas	138

Introdução

No último decênio, vivemos um período de intensa turbulência política, após a nossa própria aparente *pax*. A dita *polarização* já deixava de descrever apenas o antagonismo eleitoral entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), para descrever um ânimo (ou uma animosidade) generalizado que se expressava, em especial, nas diferentes materializações da esfera pública: as ruas e as redes sociais, para além dos veículos tradicionais de mídia. As organizações, símbolos e pautas explicitamente de direita, antes minoritárias e pontuais, tornaram-se, durante esse período, o ator mais relevante e mais numeroso das ruas, concebidas enquanto uma arena de disputa da esfera pública. A partir de 2014, ao longo dos anos seguintes, a oposição a Dilma Rousseff, o apoio à Operação Lava-Jato e a campanha eleitoral de Jair Bolsonaro encheram as ruas com largas massas, superando as mobilizações de esquerda movidas pelo apoio ao mandato de Dilma Rousseff e a revogação das reformas trabalhista e da previdência no mesmo período. O fato de que todo esse movimento foi seguido por vitórias da direita no campo institucional do Estado (a vitória do golpe em 2016, a eleição de Bolsonaro em 2018 e a ampliação da bancada conservadora nas câmaras legislativas) tornou ainda mais grave e urgente a necessidade de compreender o processo político brasileiro envolvendo as mobilizações massivas dirigidas por organizações e figuras públicas da direita.

Uma das principais vias de interpretação do fenômeno foi pautada pela análise de classe (Cavalcante, 2018, Cardoso, 2020, Souza, 2020, Boito, 2018), identificando na raiz do problema as determinações ou condicionantes da classe média ou das classes médias. Independentemente do tratamento teórico dado a esse estrato social e o grau de sua relação com as manifestações de rua e suas consequências, as interpretações se agrupam em torno da questão do comportamento político dos estratos médios; e mais especificamente, em sua relação com os governos petistas. Ainda assim, as distâncias são inúmeras: mesmo sobre o antagonismo construído pelo imaginário das manifestações, autores como Kalil (2018b) e Waltz (2017) concentram-se em uma reação cultural e valorativa, contando como atores primordiais os movimentos sociais progressistas e aquilo que mesmo alguns ideólogos de direita chamaram de “guerra cultural”¹; enquanto outros, como Cardoso (2020), concentram-

¹ Ver, por exemplo, o texto do finado Olavo de Carvalho “Perdendo a guerra cultural”, disponível em: <https://olavodecarvalho.org/perdendo-a-guerra-cultural/>.

se em uma reação política-institucional, focada nos acontecimentos que permeiam a direção do Estado e contando como atores primordiais os partidos políticos, a mídia e os órgãos de Estado.

Varia a importância dada às determinações de classe sobre o processo, da mesma maneira como factualmente varia o engajamento de diferentes estratos sociais sobre o discurso que dá conteúdo às manifestações em seus diferentes momentos. A passagem de um caráter mais amplo das manifestações entre 2015 e 2016 para manifestações de caráter eminentemente eleitoral entre 2018 e 2023 no contexto da emergência do “bolsonarismo”, por exemplo, é um dos elementos que põe em questão o caráter de classe assumido para esse objeto na medida em que se confunde o momento de tomada das ruas com a constituição de uma base social aparentemente pluriclassista para o fenômeno eleitoral da extrema-direita.

Para Souza (2018), as causas da mobilização da classe média podem ser encontradas em uma característica geral da sociedade brasileira que dá sentido à ação dessa classe apenas na medida em que se situa entre os estratos sociais privilegiados: uma desigualdade social permeada pela herança escravocrata que enseja um desprezo moral contra as massas pauperizadas. Essa estrutura subjetiva generalizada traria as condições para a relação adversa dessa classe com um governo caracterizado, entre outros elementos, pelas políticas de assistência social. No entanto, sob tais condições, é a ação da mídia hegemônica a decisiva para que a classe média saia às ruas, tanto entre seus estratos superiores quanto a “massa de classe média”, ao fornecer os meios de interpretação dos processos políticos dos anos 2000 e 2010 pelo viés do combate à corrupção e do antipetismo.

Ainda assim, identifica razões distintas para o engajamento dos estratos superiores e inferiores da classe média nessa conjuntura: enquanto os estratos superiores, a alta classe média, se engaja por interesses mais diretos no apoio às políticas econômicas liberais e sua identificação de classe com a classe dirigente (na medida em que suas trajetórias se confundem na alta cúpula da empresa privada e da corporação pública); seus estratos inferiores se engajam por medo da proletarização, de uma demissão social que responde deslocando a responsabilidade de sua trajetória instável da individualidade para a política petista e seu foco supostamente injustificado na mobilidade social das massas pauperizadas.

Cardoso (2020), por sua vez, diverge de uma caracterização generalista do comportamento político da classe média. Concebe, antes, a heterogeneidade dessa classe e a heterogeneidade também de seu comportamento a depender da conjuntura política, de forma que não seria possível falar em uma classe média inerentemente “autoritária”, por exemplo. Há uma adesão descontínua de setores da classe média a distintos projetos políticos, e diferentes interpelações a depender do caráter dos eventos no campo político-institucional: setores da

classe média apoiaram e contestaram a ditadura militar, apoiaram as Diretas Já pela sua inclusão em um espaço político altamente fechado e o *impeachment* de Collor pelo apelo moral da corrupção.

Na cena atual, Cardoso caracteriza o movimento de classe média como um movimento não *de* classe, mas um movimento de *formação de* classe, no sentido de que se trata da construção de uma identidade de classe, e não o resultado acabado de uma classe já bem delimitada e com interesses constituídos.

Uma outra caracterização ainda é realizada por Cavalcante (2015, 2018): assume-se um foco nas determinações de classe que condicionam as manifestações pró-*impeachment* e o nascimento do bolsonarismo a partir da análise da ideologia típica da classe média - a ideologia meritocrática - e suas tendências quanto ao discurso político assumido - em especial o anti-petismo e o apelo à pauta anti-corrupção. O conteúdo das manifestações é visto, assim, como uma classe buscando reproduzir sua condição de classe ao reafirmar e lutar pela validade de sua ideologia orgânica.

É central para compreender o comportamento da classe média a função da luta ideológica para a reprodução de sua posição diferenciada em relação ao conjunto das classes dominadas: “*É preciso uma luta social e ideológica para que essa distinção seja validada pelo conjunto das classes. Seria este o cerne da ideologia meritocrática*” (Cavalcante, 2018, p. 113). O problema apresentado por Cavalcante é relativo a uma particularidade da constituição da classe média, resultando também em lutas com um caráter particular que pode ser apontado pelo trabalho sociológico. Antes de seguir no desenvolvimento de nossa problemática, nos ocupemos de uma breve delimitação do problema do objeto “classe média”.

I. Que classe média?

A classe média aparece de forma muito heterogênea na teoria social. Seu problema central é o da “posição média”, ou seja, a constatação básica de que existem condições particulares que caracterizam aqueles estratos sociais que não ocupam nem as posições inferiores e nem superiores da estrutura social (seja no sentido da distribuição dos agentes dentro de um espaço estratificado, seja no sentido da condição de exploradores/explorados ou opressores/oprimidos em uma estrutura social polarizada).

As variáveis abordadas para definir a posição média são os elementos que diferenciam as diversas aproximações teóricas. A posição média pode ser interpelada pela sua relação com a exploração do trabalho e a divisão social do trabalho, ou pelo seu acesso ao consumo dentro

de uma escala quantitativa, pela sua adesão às posições da classe dominante ou da classe dominada no decorrer de suas lutas, pela sua posse de determinados tipos de capitais, etc.

Não nos ocuparemos neste texto de uma exploração extensiva da definição de classe média e qual seria a mais apropriada para dar conta desse fenômeno. Aqui, seguiremos a linha apontada por Poulantzas (1975) e Saes (1985), que tratam tal posição como um efeito estrutural não restrito à determinação econômica das classes sociais. Em *Classe Média e Sistema Política no Brasil*, Saes argumenta que seria insuficiente definir a posição média como sendo constituída, sob uma determinação exclusivamente econômica, pelo conjunto dos trabalhadores improdutivos, dado que essa categoria, referente à relação do trabalho com a produção de mais-valor a ser extraído pelo capital, envolve “(...) grupos profissionais tão diversos quanto os vendedores ambulantes e os técnicos de administração pública e privada” (Saes, 1985, p. 9), que não apresentam convergências políticas e ideológicas significativas, tampouco podem ser caracterizados invariavelmente como parte de um estrato social caracterizado, ainda que preliminarmente, como superior na hierarquia social ao conjunto da classe trabalhadora.

Saes (1985) propõe que essa posição social seja situada dentro da distinção entre o trabalho manual e o trabalho não-manual, que é construída de diversas maneiras: pela hierarquia da organização do trabalho no processo produtivo, pela valorização dos dons ou méritos intelectuais na instituição escolar, pela organização sindical que contribui para cindir as categorias de trabalhadores, etc. O comportamento político dos grupos médios seria condicionado então pelas tensões relativas à reprodução dessa hierarquia e sua posição nela. Assim, por mais que o comportamento político desses grupos varie inclusive entre os pólos do espectro político pela história, “[suas] orientações políticas sempre foram definidas no interior dos limites fixados por um elemento comum a todas as formas de ‘consciência média’: a recusa do nivelamento social entre ‘manuais’ e ‘não-manuais’” (Saes, 1985, p. 15).

No entanto, tal determinação se trata de um espaço dentro do qual variam as tendências do comportamento político dos grupos médios, não sendo possível apontar uma única tendência frente, por exemplo, às afinidades desses grupos com um ou outro lado do conflito entre as classes antagônicas sob o modo de produção capitalista. Por isso, Saes argumenta que não é possível falar em *uma classe média*, rejeitando a tese de uma unidade política e ideológica que possa caracterizar tais grupos como uma classe constituída. Esse apontamento é fundamental para o seu tratamento do objeto, procurando nas particularidades dos grupos médios, a partir de distintas situações de trabalho, o nexos que possa explicar os também distintos comportamentos políticos que assume cada grupo numa mesma conjuntura política.

Como veremos, essa é uma questão com a qual também nos enfrentaremos tratando de nosso objeto, dada a aparente divisão de frações da classe média nas manifestações de rua e na crise política que desembocou no golpe de 2016 e na eleição de Jair Bolsonaro em 2018. Mas antes de chegarmos a essa possível separação, trataremos do objeto a partir das determinações em comum que caracterizam precisamente a interpelação da condição do trabalho “não-manual”, nos termos do tratamento teórico dado por Poulantzas (1975) às classes sociais.

Nessa perspectiva, a classe é compreendida como um *lugar* estruturalmente determinado dentro da divisão social do trabalho abrangendo tanto seus aspectos econômicos quanto políticos e ideológicos. Assim, mais do que apenas um lugar dentro das relações de produção em seu domínio estritamente econômico, as classes são também conjuntos de práticas políticas e ideológicas situadas dentro de contradições que se expressam em lutas sociais. Tal lugar relativo às esferas política e ideológica é situado nas relações de “dominação-subordinação política e ideológica” (Poulantzas, 1975, p. 14), não podendo ser confundido com a mera apresentação de determinadas posições políticas ou ideológicas em uma dada conjuntura.

(...) classes ou frações e camadas de outras classes além da classe operária, principalmente a pequena-burguesia, podem ter, em conjunturas concretas, posições proletárias de classe ou que se aproximem da classe operária. Isso não quer dizer, contudo, que se tornem então parte da classe operária (...) não sendo sua determinação estrutural de classe *reduzível* à sua posição de classe. Mais ainda: em razão de sua própria determinação de classe, esse conjunto toma por vezes o partido da classe operária, por vezes o partido da burguesia. (...) Reduzir a determinação estrutural de classe à posição de classe é abandonar a determinação *objetiva* dos *lugares* das classes sociais por uma ideologia ‘relacional’ de ‘movimentos sociais’. (Poulantzas, 1975, p. 16)

Como em diversas outras perspectivas, a classe média, ou, nos termos de Poulantzas, a *nova pequena-burguesia*, tem seu comportamento condicionado pela contradição entre as classes fundamentais do modo de produção capitalista, pendendo ora para posições da classe dominante, ora para posições da classe trabalhadora, a depender da conjuntura das lutas de classe. Mas isso não significa que a nova pequena-burguesia deixe de apresentar um condicionamento ideológico próprio, que nos permita falar de uma classe distinta das demais, e não em frações ou camadas de classe aderentes às classes fundamentais.

No caso da classe média ou, nos termos de Poulantzas, da nova pequena-burguesia, as determinações econômicas de classe são identificadas, a partir do trabalho, pelo trabalho não

produtivo, mas não apenas por esse aspecto. Ou seja, nem todo trabalhador não produtivo é integrante da nova pequena-burguesia, que é qualificada ainda pelo “seu lugar nas relações políticas e ideológicas da divisão social do trabalho, lugar que revelará de fato a extensão das determinações comuns desses conjuntos” (Poulantzas, 1975, p. 272), lugar no qual exerce a chamada *função global do capital* ainda que nem por isso passe a integrar a classe burguesa.

Partimos, assim, dessa concepção de classe média. Não tomaremos a mesma nomenclatura proposta por Poulantzas, de “nova pequena burguesia” por dois motivos fundamentais: primeiro, o fato de estarmos colocando em diálogo no decorrer do texto diversas aproximações desse objeto, que se manifestam em diferentes nomenclaturas e que, portanto, tornam necessário a identificação de um objeto *em comum*²; e segundo, porque entendemos que o fato da interpelação “classe média” ser uma forma já generalizada de se referir aos estratos sociais intermediários torna também necessário que nos ocupemos de alguma maneira desse objeto do *senso comum* que não se esgota apenas em sua nomeação. Este esforço de pesquisa é também um esforço de delimitação do fenômeno conforme ele é expresso em mais de um espaço.

Não há uma determinação unívoca nessa classe que nos permita pensar também num único comportamento unívoco. Assim, ainda que nossa aproximação do objeto invoque uma unidade de classe, a análise das manifestações nos leva necessariamente à admissão de diversas clivagens em seu interior, e comportamentos diferentes de acordo com posições também diferentes dentro da classe média. Trataremos no texto de *divisões* no seio dessa classe, que carregam consigo condicionamentos de sua unidade e condicionamentos de posições ainda mais particulares.

Cardoso e Préteiceille (2017) orientam sua aproximação das divisões da classe média a partir dos diversos tipos de ocupação que a compõem. Assim, a diferenciação entre uma “alta” e uma “baixa” classe média, bem como a recorrente classe média “média”, não se dá por uma classificação arbitrária de faixas de renda dentro de um contingente cuja renda média é realmente muito variada; mas sim pelos efeitos da relação com a propriedade e as relações de trabalho.

Nesse esquema, a camada superior, ou “alta classe média”, seria composta por gerentes, profissionais liberais assalariados e autônomos e “profissionais graduados da função pública”

² Assumimos aqui que cada aproximação teórica do objeto traz uma delimitação específica que pode excluir da definição diversos agentes e determinações que são incluídas por outras aproximações. Uma vez que todos os autores abordados se inserem num debate amplo do que caracteriza os estratos intermediários, se há uma unidade concreta ou teórica que nos permita falar de uma classe única, ou um número limitado de estratos sociais definidos por tal ou qual condição privilegiada, é necessário nos referirmos a um objeto “em comum” que enseje esse debate.

(Cardoso, 2020, p. 25). A classe média “média” seria composta por profissionais intermediários do serviço público, professores, administradores de baixo escalão, supervisão do trabalho, em suma, profissões qualificadas não responsáveis pela organização geral do processo produtivo ou administrativo. Já a classe média baixa é a camada com maior risco de proletarização e maior instabilidade em sua posição, os funcionários públicos de baixo escalão, auxiliares do processo administrativo e assalariados do setor de serviço. Ou seja, “posições não manuais menos qualificadas e de rotina e, no setor privado, de maior rotatividade, o que as torna mais vulneráveis...” (Cardoso, 2020, p. 25). Além das ocupações, podemos utilizar como indicadores da variação vertical entre as divisões da classe média também a predominância étnico-racial da cor branca e da posse de títulos do ensino superior, bem como de estratos superiores de renda, identificando, seguindo Cavalcante (2015), a camada superior da classe média dentro do estrato de renda superior a 10 salários mínimos, mas não pertencentes ao 1% mais rico da população brasileira.

Utilizamos essas definições de posição de classe para identificar, entre os agentes dispostos nas ruas, a composição de classe das manifestações e também sua distribuição em outros indicadores, revelados nos dados de diversos institutos de pesquisa que realizaram levantamentos seja nas próprias manifestações, seja em termos de opinião pública e intenções de voto. São divisões, evidentemente, não definidas por fronteiras rígidas, em que podemos identificar um grupo com um comportamento particular composto por todos ou a maioria dos agentes em uma determinada ocupação ou faixa de renda; portanto, nos servem enquanto reveladoras de *tendências*. Ou seja, se uma determinada faixa de renda tendencialmente aparece com maior peso em manifestações à direita e não em manifestações de esquerda, não significa que tal faixa seja intrinsecamente de direita, mas sim que o campo político da direita e o universo discursivo das manifestações apresenta maior apelo para os agentes concentrados sob esse indicador (entre outros, possivelmente).

Se, por um lado, utilizamos tal delimitação da classe média para agrupar os agentes de forma congruente e assumir determinações em comum para sua mobilização, nos interessamos em especial em como essa mobilização coletiva, por sua vez, *produz* formas e critérios de diferenciação social. Concebendo a ação social não como mero produto, mas como produtor de relações sociais, analisaremos em que sentido essa ação funciona para a *reprodução* da posição social da classe média.

II. Manifestações e reprodução social: a hipótese de pesquisa

Tratar ao mesmo tempo do *produto* e da *produção* social no contexto de uma estrutura desigual de classes envolve necessariamente pensar o processo de *reprodução social* das posições de classe, ou seja, os meios pelos quais os agentes que ocupam uma dada posição social agem para fazer com que tal posição continue existindo. A problemática na qual nos engajamos aquié relativa ao papel das manifestações de rua na reprodução da posição social da classe média, num contexto em que, como veremos (no capítulo 3), é caracterizado por uma trajetória particular da classe média sob governos que promovem desafios relativos à ideologia típica de classe e à reprodução material do estilo de vida da classe média.

Se, por um lado, encontramos motivos para uma mobilização da classe média a partir de condições adversas para a reprodução de sua posição (portanto, a ação social como *produto* de uma trajetória), por outro, tentaremos desenvolver aqui como, a partir disso, a classe média tende a *produzir* uma nova situação, mais coerente com sua ideologia e estilo de vida.

Do ponto de vista dos *meios* da reprodução social, as manifestações de rua aparecem como a forma mais proeminente de mobilização da classe média num geral, ao lado das mobilizações de quadros de seus estratos superiores no interior do Estado, como por exemplo o próprio aparato jurídico por meio da Operação Lava-Jato, que constitui também conteúdo das próprias manifestações de rua.

Ao tratar da reprodução social de uma posição de classe a partir de um objeto concreto como as manifestações de rua, não queremos implicar - caindo num equívoco monumental - que tais manifestações se tratam puramente de uma expressão da classe média e compostas apenas por agentes pertencentes a essa classe. A composição social das manifestações é diversa, e o peso relativo de determinadas posições de classe são indicativos dos determinantes que atuam sobre o movimento em geral. É evidente que nas manifestações estão presentes agentes das mais diversas origens, e o fato de estarem aderindo a um movimento que apresentam seu conteúdo elementos típicos da ideologia de uma classe específica, ao invés de evidenciarem homogeneidade, é na verdade evidência de um processo que se constroi num nível diferente daquele que nos permite interpelar teoricamente a existência e os contornos de uma classe social. Relacionar um movimento social a uma classe não significa, em suma, dizer que estão presentes ali apenas membros dessa mesma classe - e aqui admitimos que a própria mobilização de classe tem como efeito a mobilização também de elementos de outros estratos sociais, e no caso de nosso objeto, reforçado pelo fato de não aparecer como um movimento *de* classe.

Tal efeito - o dos determinantes de classe sobre o fenômeno da mobilização nas ruas criando novos condicionantes e envolvendo outros estratos sociais numa mesma luta ideológica - é, afinal, o fundamento de nossa hipótese. Se nos perguntamos como a classe média tende a *produzir* uma determinada realidade social na condição em que se encontra no período estudado, nossa hipótese é a de que essa classe tende a buscar a reprodução de sua posição através da interpelação específica do espaço político, e vê nesse espaço a articulação dos elementos decisivos para sua reprodução.

III. Nota introdutória

Neste texto, buscamos realizar uma análise que partisse dos enunciados e símbolos utilizados pelos agentes para representar sua visão de mundo e sua visão do *dever-ser*, não necessariamente de maneira consciente. Trata-se de uma análise menos preocupada com o processo objetivo de reprodução das posições sociais e mais com o que a percepção subjetiva dos agentes mobilizados pode nos revelar sobre esse processo - ou seja, não nos ocupamos particularmente em constatar se após as manifestações de rua a classe média encontra-se mais distante ou mais próxima da ordem social que defenderam nas ruas, se sua trajetória permaneceu inalterada ou se adquiriram assim mais recursos para reproduzir sua posição ou ascender na estrutura social brasileira. Estivemos mais preocupados em constatar qual é a estrutura subjetiva que ocasionou o evento de mobilização tão marcado por um recorte de classe e por um conteúdo ideológico de classe.

Assim, iniciamos a exposição no primeiro capítulo dedicando-nos à apresentação dos enunciados e símbolos em jogo e desenvolvendo até certo ponto as lógicas de apresentação e representação a que tivemos acesso através do material coletado. No decurso da pesquisa, que pretendia inicialmente valer-se de visitas a campo, encontramos limitações severas no período da pandemia, que compreendeu a maior parte do tempo dedicado à coleta de materiais. No entanto, graças aos próprios manifestantes, pudemos ter acesso a materiais mais extensivos de dentro das manifestações através de *lives* em páginas como a do Movimento Avança Brasil e de indivíduos assíduos dos atos contra as políticas de contenção do COVID-19, como Paulo Kogos. Esses relatos em forma audiovisual permitiram amplo acesso às dinâmicas dos atos e posteriormente dos acampamentos bolsonaristas, embora não tenham permitido tal acesso na mesma extensão de uma observação direta.

A maior parte do material consiste em fotos e vídeos veiculados em meios tradicionais de mídia, além de registros, documentos públicos e peças de propaganda de organizações e

figuras públicas bem envolvidas com a organização das manifestações. Também nos baseamos largamente em outros trabalhos acadêmicos que elegeram como seu objeto as manifestações à direita.

Apenas após essa primeira aproximação do material empírico damos continuidade à análise de classe no texto. Como não há uma reivindicação coesa de uma “identidade de classe” (portanto, o objeto “classe” não é invocado diretamente pelo nosso objeto), a classe enquanto objeto teórico tem outra origem, ainda dupla: 1) pela composição social das manifestações e 2) pelo marco teórico do qual partimos, que permite identificar expressões subjetivas da condição de classe. Assim, não passamos pelos enunciados e símbolos de forma neutra, buscando apenas entender suas origens discursivas num processo histórico indeterminado; mas sim observando a coerência do que está sendo apresentado pelos agentes com uma teoria de classe anteriormente assumida. A partir desse cruzamento, prosseguimos na reconstrução dessa mesma teoria de classes a partir das observações e medindo a relação dos mesmos instrumentos teóricos com o caso concreto que analisamos.

Esse é o procedimento dos capítulos seguintes (2, 3, 4 e 5). Já partimos, num primeiro momento, de uma aproximação relacional das classes sociais, definindo a classe média a partir das relações objetivas que apresenta com as demais classes e não de características *a priori* que definiriam de maneira invariável a classe média em nossa formação social. Ao longo dos capítulos desta dissertação, abordamos diversas leituras acerca das tendências apresentadas pelas classes médias no Brasil e em outros países, de forma a apontar aquilo que pode ser observado em nosso objeto e discriminado enquanto determinações próprias da classe média.

- a) Funcionalidade das lutas ideológicas pela manutenção da hierarquia do trabalho que privilegia o trabalho intelectual e não-manual sobre o trabalho manual, apontando para a centralidade dessas lutas na explicação do comportamento da classe média em geral.
- b) A meritocracia como principal apreensão da posição média, relacionada também à hierarquia do trabalho e conjugada de maneira particular com o trabalho intelectual e não-manual, dando centralidade à competição como estado legítimo das relações sociais.
- c) Tendência a ordenar as lutas políticas conforme uma crença na neutralidade ideal do Estado e sua função enquanto representante próprio da classe média, levando à negação de fenômenos políticos que vinculem o Estado às classes subalternas seja na forma do assumido populismo, seja na forma do assumido clientelismo imputado às políticas públicas de inclusão social.

- d) A possibilidade de proletarização e demagogia social, caracterizando suas lutas como lutas pela permanente diferenciação e permeadas pelo sentimento de receio, medo e frustração a depender do sentido da trajetória da classe. Ao mesmo tempo, o *ascetismo* que caracteriza suas estratégias de reprodução com vistas na mobilidade social ascendente.

A nossa abordagem acerca do problema da classe média, por meio de diversos autores, concentrou-se em problemáticas levantadas pelo próprio esforço de pesquisa que não poderiam ser respondidas apenas com base na teoria de classes que usamos como base - como apontado na introdução -, a teoria marxista e em especial, a partir das contribuições de Poulantzas. Como identificamos os problemas do uso do corpo e do sentido da trajetória, além da relação direta dos manifestantes com o sentido do Estado e a reprodução da ideologia de classe, foi necessário utilizar instrumentos teóricos distintos, que encontramos na obra de Bourdieu e de autores que se valeram de seu arcabouço teórico para estudar a classe média e os movimentos sociais. Por isso, buscamos situar determinadas categorias bourdieusianas dentro da teoria de classes marxista, sem aderir à completude da teoria de classes proposta por Bourdieu. Concluímos, com base no tratamento de nosso objeto, que determinadas tendências descritas por Bourdieu, Wacquant e Eder, especialmente, são explicativas dos problemas encontrados e são corroboradas pelo fenômeno das manifestações à direita no Brasil.

Fundamentamos as manifestações à direita como um objeto privilegiado para o estudo da classe média uma vez que foi a alta classe média a grande protagonista desse processo em termos numéricos e ideológicos, em meio a uma alteração relativa de suas condições de reprodução social. Ainda que não possamos estender tal protagonismo às manifestações especificamente bolsonaristas, pudemos inferir que essa fração de classe permaneceu ativa e representativa no movimento.

No **primeiro capítulo**, reunimos o material coletado durante a pesquisa e apontamos também os principais elementos relevantes para a análise, assim como ponderamos sua continuidade ou pontualidade a depender da trajetória das manifestações e dos acontecimentos políticos. Na coleta, buscamos discriminar os elementos discursivos mais mobilizadores, suas continuidades ou interrupções, o uso dos corpos nas ruas e as oposições que definiam aliados e inimigos dentro do universo simbólico ali construído.

- a) O antipetismo e a oposição à esquerda em geral como posicionamento em comum, independentemente da preferência por representantes, figuras públicas ou palavras de ordem que variaram temporalmente e entre diferentes grupos que compuseram as manifestações.

- b) O apoio ao aparelho repressivo do Estado, seja na forma do poder judiciário (até certo ponto o STF, mas principalmente a Operação Lava-Jato), seja na forma do braço armado do Estado (as forças armadas e as polícias), desenhando a oposição entre um lado moralmente correto e um outro lado moralmente corrompido, representado inicialmente pelas figuras ligadas ao petismo (em especial os ex-presidentes Lula e Dilma) e mais tarde por outros atores que foram associados a esse campo (como o STF e o TSE durante o governo Bolsonaro). Essa oposição funciona ao mesmo tempo como oposição entre um interesse nacional legítimo e um interesse particular ilegítimo.
- c) A associação com o aparelho repressivo nos próprios atos de rua, considerados aliados das lutas dos manifestantes, desde as relações afáveis com a polícia até a confiança nas forças armadas como representante político dos manifestantes.
- d) A diferenciação entre essas instituições e aquelas instituições políticas sufragadas (poderes executivo e legislativo), entendidos como a fonte da corrupção e do efeito da desqualificação das massas que interferem no processo político através do voto.
- e) A incorporação de símbolos nacionais como identidade dos manifestantes, em especial as cores verde e amarela, a camiseta da CBF e a própria bandeira nacional, utilizados na forma de pintura corporal, cores de roupas ou capas e adornos pessoais. A apropriação desses símbolos e formas de apresentação se tornou uma caracterização visual típica e possibilidade de identificação mútua, nas ruas e fora delas, entre os participantes. Trata-se de uma percepção de coincidência entre os interesses dos manifestantes e os interesses nacionais, desenrolando-se na exclusão de determinados estratos sociais de uma pretensa identidade nacional - a imagem de um “cidadão de bem”, que seria precisamente o sujeito legítimo da sociedade e da democracia.
- f) A centralidade da família a nível discursivo, construindo uma defesa com base em um determinado modelo de família (o heteronormativo, com orientação religiosa cristã e com a figura paterna provedora) e de função reprodutiva do corpo feminino.
- g) A família como forma de aparecimento nas ruas, e a tentativa de torná-las espaços de educação cívica para os filhos.
- h) Uso intenso do próprio corpo como suporte para determinados símbolos, enquadramentos e mesmo comportamentos que reafirmam a sua posição política como momento central de sua autorrepresentação e apresentação no momento das manifestações e demais circuitos relacionados.
- i) A percepção de marginalidade entre os manifestantes, desenhando um cenário de contestação popular que contesta, ao mesmo tempo, um poder político constituído e um

discurso socialmente amplo, ambos entendidos como um fenômeno autoritário e de elites.

No **segundo capítulo**, buscamos aprofundar, por um lado, a abordagem teórica sobre as manifestações e os movimentos sociais e, por outro, a relação desses fenômenos com as classes e, mais especificamente, com a classe média; ou seja, como tratar de um fenômeno que não aparece explicitamente como um movimento “de classe”, mas que possa ser analisado a partir dos condicionamentos de classe dos agentes ali mobilizados. Identificamos a construção de uma identidade coletiva como o elemento essencial de nosso objeto, para além do que poderia caracterizar as manifestações como um movimento de reivindicação pontual, que não gerasse laços ou reconhecimento social que não aquele próprio do momento de reunião de indivíduos. Pontuamos, ainda, que a construção de uma identidade coletiva nas ruas se transforma numa forma de realização para os indivíduos mobilizados, ou seja, como parte também de sua identidade individual.

Partindo de uma retomada das teorias dos movimentos sociais, abordando a teoria dos Novos Movimentos Sociais, a teoria marxista e as contribuições de autores como Bourdieu, Eder e Swidler, vinculados a uma perspectiva praxiológica, tratamos a relação entre movimentos sociais e classes nos seguintes termos: não há uma transferência direta entre interesses de classe e o conteúdo dos movimentos sociais constituídos ou dirigidos por uma classe, mas a classe condiciona, por suas determinações ideológicas e políticas, o sentido, as formas de luta e os enquadramentos das manifestações.

A mediação teórica entre esses dois recortes foi encontrada na prática política tomada enquanto um espaço social, que organiza as condições das lutas sociais das classes.

Realizamos ainda um esforço de esquematizar a compatibilidade do uso concatenado de categorias propostas por Bourdieu e por Poulantzas, relacionadas às *práticas de classe*. Para isso, foi necessário avaliar a validade das críticas realizadas por Bourdieu ao marxismo quando aplicadas à obra de Poulantzas, e situar o problema da consciência nas duas teorias, seguindo os apontamentos de Burawoy (2010). Nesse processo, apontamos que tanto Bourdieu como Poulantzas trabalham com a prática de classe como um fenômeno não necessariamente consciente e, mais do que isso, colocam no centro da análise as práticas em seu estado inconsciente. Sob esse pressuposto em comum, situamos as *lutas por classificação*, por sua vez, dentro de um quadro de lutas de classe pelo poder político, conforme admitimos a teoria de classes de Poulantzas como nosso marco teórico e a teoria de Bourdieu como um instrumento de aproximação do nosso objeto empírico, subordinado ao marco teórico e no

interesse de expandir as possibilidades de pesquisa a partir do problema mais geral, da relação entre a instância política e reprodução social da classe média.

Ainda no segundo capítulo, avançamos na literatura acerca da classe média nos movimentos sociais e suas tendências, independentemente de sua verificação em nosso objeto. Apresentamos, principalmente, a ideologia meritocrática tal como formulada por Poulantzas (1975) e a relação da classe média com o poder político (através dos aparelhos de Estado e as instituições de ensino).

Se discriminamos, ali, as tendências gerais da classe média, no **terceiro capítulo** procuramos compreender, primeiramente, a forma concreta como aparece a ideologia meritocrática em nosso objeto, apontando suas modalidades concretas nas manifestações e circuitos adjacentes; e em seguida, avaliar o estado da trajetória da classe média no período estudado, bem como as potenciais divisões em seu interior, dada sua heterogeneidade.

A questão do mérito aparece não apenas como uma questão de êxito dentro da hierarquia do trabalho, mas também como êxito expresso na forma familiar e na adesão a um determinado posicionamento político, que seria expressivo de ou homólogo a uma existência legítima que exige um nível de esforço em ser um “cidadão de bem” ou atingir uma posição social que permita um melhor discernimento acerca dos fatos políticos, em oposição às massas “vítimas” de um clientelismo vil e corruptor do Estado. Essas características são expressas no privilegiamento dos aparelhos repressivos do Estado, na centralidade da forma familiar no discurso e no aparecimento nas ruas, a oposição a massas tidas como desqualificadas e a uma lógica assumida de corrupção como forma de “furar a fila” de uma ordem social competitiva, análogo - e sempre amalgamado pelos manifestantes - à oposição às pautas antirracistas, feministas e LGBTQIA+.

Buscamos conectar essas modalidades concretas ao estado da classe média no Brasil, à luz de sua trajetória recente. O principal argumento acerca da trajetória versa sobre mudanças tímidas na distribuição de renda que ocasionaram não um destronamento da posição social ocupada pela classe média, ou uma alteração substancial em seu estilo de vida; mas propriamente a diminuição da distância entre a classe média e as classes subalternas, conforme estas passaram a ter acesso a espaços e bens de consumo antes de relativo monopólio da classe média. Nesse cenário, a percepção dos agentes da classe média encontra uma ameaça à reprodução de sua posição social e sua exclusividade, e a reação às próprias classes subalternas se torna um eixo do comportamento político da classe média conforme esta procura garantir sua diferenciação de diversas maneiras. Seguindo esse problema, argumentaremos que *é no interesse de sua distinção de classe que a classe média procurou outras estratégias de*

diferenciação, uma vez que diversos espaços que lhe garantiam sua distinção em relação às classes subalternas deixaram de ser exclusivos e passaram a ser acessados de forma mais generalizada.

Por fim, uma vez identificado o interesse na distinção de classe, nos voltamos para o espaço social no qual se desenrolam as estratégias adotadas pela classe média para produzir novos critérios de distinção ou reproduzir critérios que foram erodidos e desafiados. No **quarto capítulo** desenvolvemos, a partir do objeto da moralidade em sua tensão clássica com o objeto “propriamente político”, a caracterização da prática política e do campo político a partir de Bourdieu. Sob essa aproximação teórica, buscamos compreender a luta ideológica empreendida pelos agentes como uma luta que mobiliza a reconversão de capitais para alterar os critérios de valorização do capital propriamente político e operar uma maior permeabilidade do que poderia ser entendido como o campo político, ainda que não seja objeto desta pesquisa a delimitação de suas características gerais e extensão. É nesse momento que buscamos organizar os nossos resultados frente à hipótese inicial de pesquisa e compreender a relação entre o espaço onde se realizam suas estratégias (o espaço das práticas políticas, ou o campo político) e o conteúdo das manifestações.

Capítulo 1. O sentido das ruas

1.1. Trajetória

As manifestações à direita apresentam-se como uma novidade no cenário político brasileiro na medida em que, desde a redemocratização, a tomada das ruas foi um instrumento quase exclusivo dos movimentos políticos “à esquerda”, incorporando um interesse popular marginalizado pelas políticas neoliberais e a oposição à ditadura e sua herança. As manifestações de rua como forma de expressão da oposição ao lulismo, ao governo Dilma e, por fim, da defesa direta das forças políticas de direita envolveram a criação de novas organizações, especificamente voltadas para a produção de discurso (como é o caso de *think tanks* como o Instituto Mises Brasil e o Líber entre os primeiros exemplos) e para a organização de manifestações desvinculadas dos partidos, sindicatos e associações tradicionalmente vinculados a essa forma de intervenção política (como é o caso do “Cansei”, o Vem Pra Rua e o Movimento Brasil Livre entre os principais exemplos, além de inúmeras outras organizações que surgiram após os grandes atos de 2014). Ainda que possamos identificar manifestações à direita desde 2006 (Movimento..., 2006) e 2007 (Tatagiba et al, 2016), esse processo tomou forma clara e relevante significado político somente em 2014, com os primeiros grandes atos públicos contra o governo Dilma e com a centralidade da pauta anticorrupção.

O movimento conhecido como “Cansei” teve vida curta: apenas dois atos públicos, entre os meses de julho e agosto de 2007, pautados pelo acidente de um avião da TAM em 17 de julho do mesmo ano. O caso do acidente se tornou um objeto político conforme foi mediado com a gestão do setor aéreo, associando-se à pauta do “Fora Lula” (Tatagiba et al, 2016, p. 200). Um evento pequeno, mas que pode ser situado no movimento mais geral que acometeu a base social do governo Lula após a midiaticização do “mensalão” em 2005 e sua expressão nas eleições de 2006. Para Singer (2012), a reeleição de Lula marcou o que chama de “realinhamento eleitoral”, quando a classe média se afastou do lulismo ao passo em que o subproletariado se aproximou, elemento significativo para os pleitos seguintes e coerente com a relação entre a classe média e a pauta da corrupção nos governos petistas, inaugurada com o escândalo do mensalão. No entanto, como argumenta Cardoso (2020), tal realinhamento não é generalizado, mas sim minoritário no interior da classe média lulista que permanece em sua maioria entre a base eleitoral do petista, ao mesmo passo em que a adesão do subproletariado também é minoritária. A classe média lulista não compreendia, já antes de 2006, a maioria da

classe média brasileira, e tal conjuntura não marcou um afastamento substantivo dessa classe. A crescente expressão de uma oposição com ampla base na classe média não pode, assim, ser vista como um redirecionamento dessa classe de um lado ao outro do espectro político, notando-se na verdade uma persistente divisão da classe média nas diversas conjunturas de acirramento dos antagonismos.

Em 2013, após um longo período sem manifestações massivas de rua, uma série de pequenas manifestações organizadas pelo Movimento Passe Livre (MPL) contra o aumento das passagens de ônibus em São Paulo acabou desembocando numa onda de grandes manifestações por todo o país, que ficaram conhecidas como as “jornadas de junho”. Ainda que tenham começado e se massificado através da pauta do transporte público, as jornadas de junho acabaram servindo de palco para inúmeras reivindicações, concentradas em serviços públicos melhores e mais acessíveis e na boa gestão do Estado. Vale lembrar que em 2012 ocorreram os julgamentos do mensalão, intensamente televisionados em rede nacional, o que contribuiu para delinear a questão da corrupção como uma das questões relevantes do debate político. Nas jornadas, o combate à corrupção já aparecia como uma das duas principais causas de mobilização na manifestação do dia 20 de junho de 2013 (Veja..., 2013), e ligada organicamente às reivindicações de melhoria nos serviços públicos.

Uma das características mais conhecidas das jornadas de junho foi o intenso *antipartidarismo* dos manifestantes, recusando a direção - e até mesmo a presença física - de partidos políticos. O caráter espontâneo e desvinculado das formas tradicionais de organização das manifestações de rua constituiu um terreno fértil para discursos que apontavam para o horizontalismo e o que Singer (2013) notou como uma “nova ética política”, numa negação da delegação institucional da representação política. Os manifestantes se colocavam em oposição ao sistema político como um todo, em sua forma institucionalizada, privilegiando a ideia da livre organização da sociedade civil: não apenas a presidência foi alvo de desconfiança, mas também o congresso, o sistema de saúde e os próprios sindicatos (Estanque, 2015, p. 185). Essa relação negativa com o sistema político e as figuras que o representam se tornou a partir daí um enquadramento central para os ciclos subsequentes de manifestações.

As jornadas de junho contaram com um perfil altamente jovem: segundo pesquisa do Ibope realizada em diversas cidades na manifestação do dia 20 de junho, 43% do público estava entre os 14 e os 24 anos, e mais 25% entre 25 e 29 (Veja..., 2013). Quanto ao perfil de classe podemos notar alta escolaridade, num total de 92% de entrevistados tendo completado o colegial e 43% o ensino superior; e uma grande variação de renda. Na polêmica acerca do caráter de classe das jornadas de junho (Singer, 2013), a alta escolaridade e a presença

significativa de pessoas com renda acima de 5 salários mínimos (49%) indicam maior presença da classe média. Foram essencialmente esses estratos sociais os responsáveis pelos atos de rua que diminuíram quase pela metade a popularidade da ex-presidente Dilma Rousseff entre março e junho. “Esses são dados importantes a considerar, as manifestações ocorreram não porque havia um governo com baixa popularidade, mas o contrário, a baixa popularidade foi consequência das manifestações...” (Pinto, 2019, p. 35).

Em 2013 já circulava nas manifestações o problema da Copa do Mundo de 2014. Em um momento de intensa luta social pelo acesso e qualidade dos serviços públicos, o que envolve a gestão orçamentária do Estado, os gastos com os preparativos para a Copa - em especial a construção de luxuosos estádios de futebol - apareceram para o público mobilizado como mais um ato de irresponsabilidade do governo. O ano de 2014 deu continuidade às manifestações, agora sob a palavra de ordem “Não vai ter Copa”. Como nota Pinto (2019), esse movimento estava dividido em duas frentes: aquelas movimentações de caráter popular e de baixa renda (vinculadas em geral à esquerda) contra os despejos causados pela construção de infraestrutura para os jogos e contra as medidas de repressão às manifestações de rua; e aquelas movimentações organizadas em torno do nascente antipetismo, articulando um discurso à direita que associava negativamente o governo petista ao comunismo e ao bolivarianismo, e que criticava as políticas públicas assistencialistas e a chamada “agenda” da esquerda.

A abertura da Copa do Mundo foi marcada por uma grande vaia no momento do discurso de Dilma. O problema da Copa e todo o ensejo antissistêmico representado por diversos estratos sociais desde a eclosão das jornadas de junho passaram a ser enquadrados na oposição ao governo Dilma e ao PT, discurso organizado de maneira privilegiada pelas organizações e figuras públicas da direita. Para Pinto, “(...) a fragmentação discursiva [característica das jornadas de junho e do “Não vai ter Copa”] encontra o significante vazio, Dilma Rousseff, capaz de articular em uma cadeia de equivalência todos os conteúdos que significavam dispersamente os problemas do país” (2019, p. 44).

Esse movimento discursivo encontraria seu momento de maior realização finalmente nas eleições, em que o antipetismo pôde ser efetivamente incorporado à cena política pela dinâmica própria das eleições, colocando Dilma contra diversos outros candidatos. Após o primeiro turno, estreitando a disputa apenas entre Dilma e Aécio Neves (PSDB), voltaram a ocorrer manifestações de rua, inicialmente organizadas pela organização recém-fundada Vem Pra Rua (VPR). Houve uma primeira manifestação muito pequena em São Paulo no dia 16 de outubro, seguida por uma mais significativa no dia 22, no Largo da Batata. Nesse momento, a principal pauta das manifestações era a retirada de Dilma da presidência através das eleições;

e embora o VPR insistisse que não se tratava de um movimento de apoio à candidatura de Aécio, as manifestações acabaram se unindo em diversas ocasiões com a campanha tucana e envolveram o apoio público de figuras proeminentes do PSDB, como Fernando Henrique Cardoso. A manifestação do dia 22 de outubro serviu de trampolim para a organização e massificação de uma manifestação no dia 25, um dia antes do segundo turno.

Após a vitória de Dilma nas urnas, seguiu-se uma tendência de fragmentação dos discursos e organização das manifestações. Em 1 de novembro foi criado o Movimento Brasil Livre (Martín, 2014), mesmo dia da primeira manifestação pós-eleições que, segundo o próprio VPR, reuniu apenas 2.500 pessoas em São Paulo (Chequer e Butterfield, 2016, p. 77). Começaram a figurar sérias divergências entre os movimentos, opondo discursos a favor e contra o *impeachment*, sustentando ou não a tese da fraude eleitoral, e os defensores da democracia contra os defensores da intervenção militar. Sob essa heterogeneidade e a ausência de grandes fatos políticos para justificar ou viabilizar novos grandes atos, esses movimentos seguiram organizando pequenos atos simbólicos, painelaços e vigílias durante os meses de dezembro de 2014 e janeiro e fevereiro de 2015.

Após esse período de arrefecimento, as ruas voltaram a testemunhar grandes protestos no dia 15 de março de 2015, refletindo a queda dramática da popularidade de Dilma desde sua vitória eleitoral: de 42% de avaliações de seu governo como “ótimo” ou “bom” em dezembro para apenas 13% em março (Pinto, 2019, p. 45). Nessa manifestação, a camisa verde e amarela já havia se tornado símbolo generalizado e incontestado do movimento, ainda que as divergências tenham permanecido operantes e nem todos os setores ali organizados concordassem com um pedido de *impeachment*. Em contraste com os atos anteriores, a manifestação do dia 15 em São Paulo reuniu mais de 200 mil pessoas segundo o Datafolha³.

Depois de março, o ano de 2015 foi marcado por uma série de atos menores, como no dia 12 e 29 de abril e novamente no mês de agosto. Nesse período, as organizações ligadas às manifestações de rua se engajaram na pauta do *impeachment* e no diálogo direto com juristas e políticos, como foi o caso da chamada “carta do povo brasileiro”⁴. A abertura do processo de *impeachment*, em um primeiro momento, inspirou o retorno de manifestações de maior fôlego em 13 de dezembro e, já no ano de 2016 somou-se a novos fatos políticos: a delação premiada de Delcídio do Amaral - apontando irregularidades no alto escalão do governo - e o depoimento

³ Levantamento disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2015/03/17/manifestacao-15-03.pdf>
Acessado em: 22/05/2021.

⁴ Tratou-se de uma série de reivindicações de combate à corrupção, contando com assinaturas coletadas durante os atos. Foi entregue no Congresso em Brasília no dia 15 de abril de 2015, ocasião em que representantes dos movimentos encontraram-se com diversos deputados e senadores da oposição.

de Lula na Operação Lava-Jato. Os primeiros meses do ano culminaram na maior manifestação até então no dia 13 de março e, segundo o Datafolha⁵ a maior manifestação política da história da cidade de São Paulo, com cerca de 500 mil pessoas reunidas além de ter acontecido em muitas outras cidades pelo país.

Essa também foi a última das grandes manifestações, sendo seguida apenas por atos menores, painelaços, acampamentos e outras estratégias das organizações e partidos da oposição focadas no Congresso. Apenas três dias depois, em 16 de março, a tentativa de nomear Lula como ministro da Casa Civil provocou manifestações de rua em diversas cidades incorporando a prisão de Lula como pauta central, ao lado do *impeachment*; e por fim a própria votação do *impeachment* pela Câmara dos Deputados no dia 17 de abril foi acompanhada por eventos de rua.

As manifestações até então seguiram os acontecimentos da política institucional, em especial os escândalos de corrupção e movimentos do governo Dilma e seus aliados. Após o *impeachment* e a posse de Michel Temer, no entanto, as denúncias de corrupção e acusações contra o governo não se converteram em grandes protestos. As organizações envolvidas nas manifestações de rua até então mantiveram suas atividades e a convocação de atos, mas com uma adesão substancialmente menor do que as movimentações pró-*impeachment* (Betim, 2017). A oposição ao governo Temer foi incorporada como pauta dos movimentos de esquerda, enquanto as manifestações à direita permaneceram acontecendo, mesmo com baixa adesão, a favor da Operação Lava-Jato, que permaneceu em funcionamento e pautou novamente o antipetismo em 2018 com a prisão de Lula.

O ano de 2018 inaugurou uma nova cena para o padrão de mobilizações à direita. Há uma unificação conjuntural em torno da candidatura presidencial de Jair Bolsonaro que cristaliza em uma única expressão política institucional a pauta anti-corrupção que inflamou as manifestações até então e o conservadorismo, que havia sido até então uma pauta secundária, ainda que estivesse tendencialmente se tornando cada vez mais presente e imbricada com o tema da corrupção. Organizações de peso para as manifestações à direita, como especialmente o MBL (Betim, 2018), somaram-se à candidatura de Bolsonaro, bem como o PSDB (Datafolha, 2018 a), principal contraposição ao petismo até as eleições de 2014. Com a vitória eleitoral, as manifestações de rua da base bolsonarista passaram a ocorrer em pequena escala, especialmente em situações de aparição pública do presidente, em frente ao Palácio da

⁵

Levantamento disponível em: http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2016/03/14/manifestacao_13_03_2016.pdf Acessado em 23/05/2021.

Alvorada. Enquanto o ano de 2019 foi marcado por grandes manifestações à esquerda, como as ocorridas entre os meses de maio e junho em defesa da educação pública (Protestos..., 2019), as manifestações à direita só retornaram em volume comparável durante a pandemia de COVID-19.

O governo Bolsonaro estabeleceu novas oposições. Inicialmente, uma oposição entre o governo e alguns meios hegemônicos de mídia, como a própria Rede Globo e a Folha de São Paulo⁶; e em seguida, sustentando o negacionismo em relação às medidas de restrição e à vacina contra o COVID-19, uma oposição entre o governo e as instituições científicas nacionais e internacionais (como, respectivamente, a Fiocruz e a OMS). Durante a pandemia, o discurso sustentado pelo bolsonarismo defendeu que o funcionamento da economia deveria ser preservado, ao mesmo tempo em que as restrições e a obrigatoriedade de vacina de alguma maneira ferem a liberdade dos cidadãos. De tal forma que em São Paulo as manifestações à direita no ano de 2020 tiveram como seu principal objeto a gestão de João Doria (PSDB) no governo do estado, defensora das medidas de restrição e grande promotora da campanha de vacinação. O tucano foi retratado, nessas ocasiões, como um ditador comunista que impedia o povo paulista de trabalhar normalmente, e que forçava a Polícia Militar a seguir seus ditames.

As contradições entre o governo federal e muitas das principais instituições e governos estaduais do país (como especialmente o Supremo Tribunal Federal e o Senado) acabaram por gerar duas grandes manifestações de base bolsonarista em 2021. A primeira ocorreu no dia 1 de maio, levantando a bandeira da abertura total das atividades durante a pandemia, e contra o próprio STF e governos estaduais de opositores. A principal palavra de ordem foi “Eu Autorizo” ou “Nós Autorizamos”, como alusão ao fato de que as instituições constitucionais não deram autorização para que Bolsonaro governasse da maneira que lhe convinha, mas o povo nas ruas lhe daria. A segunda ocorreu no dia 7 de setembro, num contexto muito distinto: a partir do mês de maio, partidos e organizações de esquerda passaram a organizar grandes manifestações de rua contra o presidente, em defesa das medidas de restrição e da vacina, além de chamar atenção para a fome que crescia no país. O 7 de setembro marcou tanto a incapacidade de mobilização de massas do bolsonarismo quanto o fim do ciclo das grandes manifestações à esquerda de 2021, apesar do dia ter sido encarado, de ambos os lados, como um dia decisivo de enfrentamento e demonstração de forças. Tanto no dia 1 de maio quanto no 7 de setembro, os atos foram marcados em referência aos dias do Trabalho e da Independência,

⁶ O que se expressa, além das declarações públicas do presidente, na própria inflamação de sua base contra jornalistas e a mídia em geral não vinculada ao bolsonarismo, gerando agressões contra jornalistas durante pequenas manifestações (Fernandes e Pupo, 2020).

perdendo o caráter espontâneo e generalizado dos chamamentos das maiores manifestações à direita, que respondiam a fatos políticos polêmicos e altamente mobilizantes.

No entanto, o bolsonarismo não é a única força em atividade na direita brasileira. O contexto da pandemia opôs ao governo também as forças originalmente mais engajadas nas manifestações de rua, os já citados MBL e Vem Pra Rua, além de outras figuras que se separaram da ala governista, tais como Sérgio Moro, Joice Hasselmann, Alexandre Frota, entre outros. No dia 12 de setembro, essa ala organizou sua própria manifestação de rua, advogando por uma “terceira via” frente a polarização entre a esquerda e o bolsonarismo tanto nas ruas quanto nos rumos eleitorais que já apontavam para um confronto entre Lula e Bolsonaro nas eleições de 2022. O dia foi marcado por pequenas manifestações, mesmo na Avenida Paulista (Paiva, 2021), demonstrando que a capacidade de mobilização dessas organizações e figuras já não é mais a mesma da conjuntura imediatamente anterior.

Ao mesmo tempo que essa última manifestação das organizações e partidos pioneiros da nova direita manteve certas características das primeiras grandes manifestações, tais como uma forte identificação com o espectro político de centro e a centralidade da pauta anticorrupção, deixou para trás símbolos importantes como as próprias cores verde e amarelo, substituídas pelas cores das diferentes organizações presentes, selando a apropriação desses símbolos pelo movimento bolsonarista e o afastamento dessas organizações em relação às tendências de mobilização das quais foram fruto. Desenvolveremos no próximo item precisamente o conteúdo simbólico das manifestações, que permite certa autonomia em relação às organizações proponentes e desenvolve uma força própria, da qual se valem diversos agentes políticos.

Já em 2022, a campanha eleitoral de Jair Bolsonaro não gerou mobilizações de rua tão significativas quanto nos anos anteriores. A maior expressão de sua capacidade de mobilização, após uma tentativa pouco expressiva (exceto no Rio de Janeiro, reunindo de 60 a 110 mil pessoas, a depender da estimativa) novamente no dia 7 de setembro (Ato do 7 de setembro..., 2022), ocorreu após sua derrota em segundo turno contra o atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva: durante todo o mês de dezembro e o início do mês de janeiro de 2023, foram organizados acampamentos em frente a quartéis por todo o país e bloqueios de estradas clamando por uma intervenção das forças armadas contra a posse do presidente eleito. O estabelecimento desses acampamentos culminou na invasão do Palácio do Planalto no dia 8 de janeiro de 2023 (Camazano, 2023) não apenas por parte dos acampados em Brasília, como também por manifestantes provindos de outros acampamentos, mesmo em outros estados da federação. A escolha do acampamento e dos bloqueios de estrada como formas de

manifestação, diferente da simples ocupação das ruas num dia específico, bem como a invasão da sede dos três poderes, marcam uma alteração qualitativa nos métodos e no próprio discurso dominante nas manifestações, que já vinha acontecendo progressivamente conforme o denominado “bolsonarismo” tomava o protagonismo das manifestações à direita no Brasil.

1.2. Posicionamento político e sentido discursivo

Adotamos a nomenclatura “manifestações à direita” para expressar uma posição apenas relacional do posicionamento político que pode ser atribuído a uma série de manifestações que não são completamente homogêneas nem em seu interior e nem em seu desenvolvimento temporal:

Com essa expressão nos referimos a eventos de protestos de natureza política que *não* foram convocados por organizações de esquerda, *tampouco* encontram nas redes ligadas tradicionalmente ao campo de esquerda as condições infraestruturais para sua viabilização. Sua localização à direita resulta de uma posição relacional contra a esquerda nesse sentido restrito. (Tatagiba et al, 2016, pp. 197-8)

Adotamos tal cuidado porque os agentes mobilizados não necessariamente se classificam ou se vinculam às organizações ou a todo o universo discursivo e valorativo compreendido como a direita propriamente dita. Na manifestação do dia 15 de março de 2015, por exemplo, uma parcela muito expressiva dos entrevistados pela Fundação Perseu Abramo (Perseu Abramo, 2015) considerava-se de centro, e as maiores manifestações do mesmo ano foram permeadas por agentes que compartilham em grande medida pautas e valores tradicionais da esquerda: a defesa dos serviços públicos gratuitos com acesso universal e a superioridade da democracia (Ortellado e Solano, 2016).

As pautas que unificaram e deram sentido às maiores manifestações entre 2014 e 2016 foram, essencialmente, a oposição a um governo de esquerda, e não a defesa positiva e militante de um partido ou um programa de direita. Mesmo a adesão à pauta popularizada do “Estado mínimo” é mais comum entre os organizadores do ato do que entre a maioria dos manifestantes desvinculados de qualquer organização política (Ortellado e Solano, 2016). Não podemos concluir, no entanto, que as manifestações posteriores, em especial a partir de 2018, representaram uma ruptura com esse padrão ao se balizarem pelas pautas conservadoras (contra a legalização do aborto, criminalização do comunismo, defesa da família e da religiosidade cristã, contra a “ideologia de gênero”, entre outras) e o apoio ao candidato em ascensão Jair Bolsonaro. A conformação de todo o discurso antipetista se organizou em torno da profunda

adesão a uma ideologia conservadora-liberal que, como adverte Cavalcante (2018), é a origem do bolsonarismo, envolvendo a meritocracia, a centralidade da unidade familiar e, como argumentamos, uma relação particular com a forma de apresentação da autoridade de Estado.

Já nas manifestações de 2014 haviam algumas tendências minoritárias defendendo a intervenção militar, que se tornou em 2018 uma das pautas centrais do bolsonarismo e confundindo-se com a atribuição de maiores poderes ao executivo após a tomada de posse de Bolsonaro, através das pautas não apenas de uma intervenção militar, mas também do fechamento do STF e do “Eu Autorizo” em 2021. Ao mesmo tempo, desde o início havia um esforço de diferenciação por parte das principais organizações (em especial o VPR e MBL) em se diferenciar dessas tendências, afirmando um compromisso republicano com a democracia. Apesar de algumas descontinuidades⁷, essas organizações mantiveram certa autonomia em relação à “radicalização à direita” do universo das manifestações que fundaram.

Há, portanto, uma grande heterogeneidade (sincrônica e diacrônica) no fio das manifestações, opondo diferentes visões, enquadramentos e proposições políticas. Mas o que nos permite ver as manifestações à direita enquanto fenômeno, especialmente desde 2014 até 2021, são algumas características e discursos que lhes conferem certa unidade. Além da sua construção em oposição à esquerda de modo amplo, o principal signo comum a todas essas manifestações foi a referência à defesa da Nação e a incorporação das cores nacionais, configurando um campo “patriota”, nos termos de Alonso (2017). A principal maneira de identificação dos manifestantes, mesmo no caminho ou na saída das manifestações, foi o uso da camiseta amarela da CBF. A própria forma de apresentação dos manifestantes enquanto atores políticos em concordância é inseparável de sua identificação com a Nação, a bandeira do Brasil (que se tornou uma pauta em si mesma, com as palavras de ordem “a nossa bandeira jamais será vermelha”), o hino nacional, e eventualmente as instituições que mais se identificam em determinada conjuntura com a identidade nacional - tema ao qual logo retornaremos. Após as maiores manifestações de 2015-2016 e a pressão exercida sobre um largo setor do Congresso, mesmo os deputados favoráveis ao *impeachment* na votação de 17 de abril de 2016 enunciaram seus votos muitas vezes cobertos com bandeiras do Brasil, com vestimentas verde e amarelas e até mesmo atirando confete das mesmas cores, como forma de identificar-se esteticamente com as movimentações de rua e seu discurso.

⁷ O MBL, por exemplo, chegou a apoiar Bolsonaro no segundo turno das eleições presidenciais de 2018. (Betim, 2018)



Predominância do verde e amarelo na manifestação de 13 de dezembro de 2015 em São Paulo (Grupo..., 2015).

O uso multitudinal do verde e amarelo é notado pelos próprios manifestantes como elemento de inspiração e sentimento de coletividade, na medida em que, nos dias de ato, é possível ver sua posição política e seu pertencimento tomando o espaço urbano de forma visível. Não se trata, também, de uso de um *token* específico, como é o caso da camiseta da CBF, mas de estar em conformidade com o que as cores representam. Diversos manifestantes aparecem com roupas verdes e amarelas independentemente de apresentarem, em si, referência a alguma instituição nacional; e também é comum, ainda que muito minoritário, roupas e adereços azuis, uma cor menos reconhecida como cor nacional. São quase ausentes quaisquer outras cores que não relacionadas a esse rol de referências nacionais.



Cores e o símbolo proposto pela FIESP, o “Não vamos pagar o pato”, na manifestação de 13 de março de 2016, em São Paulo (Domingo..., 2016)



Votação do *impeachment* é tomada por símbolos e palavras de ordem em verde e amarelo (Mendonça, 2016). É importante notar que as cores tornaram-se o símbolo do processo de *impeachment* a partir das ruas e então

passaram a ser utilizadas também dentro dos espaços institucionais como forma de dialogar com o fenômeno de massas que tomava as ruas com muitas similaridades.



Símbolos e palavras de ordem em verde e amarelo na Comissão Especial do Impeachment em 11 de abril de 2016 (Câmara, 2016). A Constituição Federal encadernada também constituiu um símbolo recorrente, ainda que não sejam feitas constantes referências ao seu conteúdo. Aparece como símbolo do legalismo, e da racionalidade que está acima dos mandos e desmandos do poder executivo.

A identificação estética dos manifestantes com a Nação é expressão de uma identificação também ideológica de sua ação política com o interesse nacional. Seus posicionamentos não são entendidos como reivindicações próprias de uma classe ou grupo social específico em si, embora muitas vezes se enquadrem como um grupo social “injustiçado” pelas políticas públicas focadas na população mais pobre: são entendidos como um reencontro da política (tomada à revelia da política profissional expressa pelos poderes executivo e legislativo) com um interesse objetivamente dado de todos. Nessa visão, o PT e a esquerda em geral aparecem, por sua vez, como os interesses particulares e escusos que corrompem a satisfação do interesse nacional.

Um dos autores do pedido de *impeachment*, organicamente ligado às manifestações pró-*impeachment*, Hélio Bicudo, chegou a acusar o programa Minha Casa Minha Vida de beneficiar apenas apoiadores dos governos petistas (Rossi, 2015), e evocou a ideia do uso particular do Estado de forma mais ampla: “O Brasil não é do Lula, o Brasil não é do PT”

(Pollo, 2016). Esse discurso é construído sobre os chamados “escândalos” de corrupção intensamente noticiados nos grandes veículos de mídia, em especial os casos do Mensalão e as apurações da Operação Lava-Jato, dando a substância da centralidade da pauta anticorrupção das manifestações (Cavalcante, 2015; Cardoso, 2020). Na manifestação de 15 de março de 2015, a corrupção figurava entre os principais motivos de comparecimento (Perseu Abramo, 2016) e organizou durante todo o ciclo o universo discursivo dos manifestantes que opôs os elementos criminosos e vilânicos aos elementos protetores da ordem, protagonistas. Lula e Dilma - e em algumas manifestações, Eduardo Cunha - foram representados majoritariamente como criminosos, aludindo aos supostos crimes de corrupção, e por vezes até mesmo como zumbis: Lula vestindo um uniforme xadrez, representando-o enquanto um presidiário; e Dilma com uma faixa escondendo o rosto, aludindo à prática do assalto. A afirmação de que haviam relações diretas entre o PT e o Primeiro Comando da Capital (PCC) contou com alta concordância em uma das manifestações (Ortellado e Solano, 2015), integrando o imaginário da relação entre o suposto crime de corrupção da cúpula petista e o crime de maneira mais geral. Enquanto isso, o ex-juiz Sérgio Moro, principal figura pública da Operação Lava-Jato, foi representado como um super-herói, colocado em máscaras e homenageado com palavras de ordem como “Estamos com Moro” e outras derivações. Newton Ishii, ex-agente da Polícia Federal que ficou conhecido popularmente como “japonês da Federal” por ter aparecido em diversas conduções coercitivas de suspeitos da Lava-Jato, foi também objeto recorrente das referências positivas através de fantasias.



“Pixulecos” de Lula e Dilma na manifestação de 7 de setembro de 2015, em Brasília. (Bonecos..., 2015). Enquanto Lula é retratado mais diretamente como presidiário (e vinculado ao número “171”, referência à prática de golpes no Código Penal), Dilma encerra ainda diversas outras referências: o nariz comprido aludindo a Pinocchio e suas mentiras; e a estrela quebrada, corpo sujo e faixa rasgada aludindo a uma forma de decadência e aos rumos de seu mandato com a vitória da pauta do *impeachment*. Nesta ocasião, não se observa o peso das cores verde e amarelo por ser uma manifestação pontual durante o desfile de 7 de setembro em Brasília, ocasião que reúne civis não necessariamente vinculados às manifestações pró-*impeachment*.



“Pixulecos” de Lula e Dilma na manifestação de 13 de março de 2016. (Na Paulista..., 2016)



Manifestantes usam máscara de Sérgio Moro na manifestação de 13 de março de 2016, em Curitiba. (Na terra..., 2016). Curitiba foi um dos maiores centros de apoio direto a Sérgio Moro, e um elemento de orgulho municipal. Aqui, além das cores nacionais, soma-se a identificação com o herói local e a incorporação da palavra de ordem “somos todos Moro” na forma das máscaras.



“Pixuleco” de Moro, retratado como super-herói na manifestação de 13 de setembro de 2017, mesmo dia do depoimento do ex-presidente Lula ao ex-juíz Moro. (Boreki, 2017)

A pauta anticorrupção, no entanto, não apareceu como uma oposição a todas as formas e casos de corrupção na prática. Ainda que não houvesse uma preferência partidária clara entre a maioria dos manifestantes, o enquadramento da corrupção não envolveu significativamente outros partidos acusados nos escândalos de corrupção (Ortellado e Solano, 2016). Essa prática foi identificada quase que exclusivamente ao PT, através de palavras de ordem como “CorruPTos” e o termo popular “petralhas”; e ainda que em diversos momentos manifestantes se opuseram a figuras do campo da oposição acusadas de corrupção (como Eduardo Cunha ou o próprio Aécio Neves) a pauta anticorrupção só se realizou como elemento da identidade e objetivo político dos manifestantes de forma articulada à proposição central das manifestações à direita: o “Fora Dilma”, “Fora PT” e “Impeachment Já”.

Nessa esteira, o PT foi relacionado a uma série de elementos negativos para além da simples prática de corrupção. O clamor pelo *impeachment* é limitado pela sua validade apenas para efeitos do controle petista do poder executivo; e os problemas relacionados ao PT foram apontados nas manifestações como problemas muito mais arraigados, não apenas pelas políticas públicas empreendidas, mas por uma agenda que se impunha na política como um todo, relacionada aos movimentos sociais populares, ao comunismo, à Revolução Bolivariana e à esquerda em geral. É importante destacar que essas relações não são essencialistas, mas se moldam conforme os diferentes atores políticos aparecem ou não alinhados com determinados elementos mais centrais em cada momento, a exemplo das manifestações contra o isolamento social paulista em 2020 e 2021, em que João Doria, governador filiado ao PSDB, foi acusado

de comunista, e sua política de isolamento batizada de “DitaDória”. As ligações feitas entre o PT/a esquerda e o comunismo recobram o já arraigado anticomunismo enquanto discurso recorrente dos movimentos de direita no Brasil e o imaginário construído em relação às experiências mais próximas do campo socialista na América Latina, em especial Cuba e Venezuela. Entre as bravatas mais populares contra os “esquerdistas” está o “vai pra Cuba!”, e é onipresente o temor do Brasil “virar uma Venezuela”, remetendo à suposta escassez de alimentos no país vizinho, que circula como fato político entre os instrumentos de produção ideológica de direita.

Por um lado, as políticas públicas “assistencialistas”, como o Bolsa Família, o Minha Casa Minha Vida, FIES, Prouni e a promoção das cotas sociais e étnico-raciais aparecem simultaneamente como políticas “identitárias” e que corrompem uma ordem social baseada no mérito. Um levantamento na manifestação de 12 de agosto de 2015 (Ortellado e Solano, 2015) apontou alta concordância dos presentes com afirmações como “o Bolsa Família só financia preguiçosos” e “cotas nas universidades geram mais racismo”. Os beneficiários dessas políticas, aqueles de alguma forma excluídos do acesso ao consumo, a teto e à educação superior, são vistos pelos manifestantes - e em especial pelos seus representantes, porta-vozes e intelectuais mais populares (Messenberg, 2017) - como transgressores das *regras do jogo*, contra os “cidadãos de bem” que trabalham e pagam impostos. Por outro, essa oposição entre a imagem do cidadão de bem e um outro lado aproveitador, criminoso e subversivo estende-se para outros aspectos das reivindicações tradicionalmente de esquerda, como os direitos humanos no caso mais radicalizado da direita, os direitos reprodutivos (na forma mais eminente do debate em torno da legalização do aborto) e o que ficou conhecido como “politicamente correto” principalmente nas intervenções de figuras proeminentes da direita como Rodrigo Constantino, Luiz Felipe Pondé e do próprio MBL que acabou por alinhar-se com o humorista Danilo Gentili⁸ no registro do humor a despeito do respeito às minorias. A figura de um dos principais participantes do MBL, Fernando Holliday, foi construída sobre a imagem de uma pessoa negra e homossexual que rejeita o discurso do “politicamente correto” de esquerda, assim como outros casos similares nos circuitos de direita, como o deputado federal Hélio Lopes (conhecido como Hélio “Negão”) no grupo de Bolsonaro.

Tal como a construção do inimigo dos manifestantes como algo além do PT, ainda que protagonizado por esse partido, e pertencente a uma agenda ideológica e a toda uma gama de

⁸ Com o distanciamento do MBL em relação ao bolsonarista, e colocando-se como alternativa à polarização política, o MBL começou a propagandar em 2020 uma “terceira via” para a presidência, incluindo Danilo Gentili, Sergio Moro e João Amoêdo (Novo) (Soares, 2021).

organizações e países (Venezuela, Cuba, o Foro de São Paulo, os partidos de esquerda definidos relacionalmente, alguns grandes meios de comunicação), as manifestações não demonstraram adesão a nenhum partido oposicionista específico. Logo no contexto das eleições de 2014, houve uma postura ativa por parte dos organizadores em manter algum tipo de diferenciação em relação ao PSDB e conclamar um movimento apartidário (Chequer e Butterfield, 2016). Isso não é nada surpreendente, dado o legado deixado pelas jornadas de junho, cujas principais características incluíam um forte apelo antipartidário como forma de expressar um impulso antissistêmico, contrário ao sistema político como um todo.

Essa característica se manteve ao longo das principais manifestações. Em 15 de março de 2015, apenas 32% alinhavam-se ao PSDB, enquanto 43% não apresentaram preferência partidária (Perseu Abramo, 2016) e em 12 de abril de 2015, “73% dos manifestantes (...) não confiava nos partidos políticos de maneira geral” (Ortellado e Solano, 2015, p. 171). Na maior manifestação, em 13 de março de 2016, o PSDB já contava com muito menos apoio: 21%, enquanto 68% não apontaram partidos preferidos (Datafolha, 2016). Por toda a trajetória das manifestações, que passaram de um objeto de oposição (o PT e o governo Dilma) para um objeto de apoio (a Lava-Jato e posteriormente a candidatura e o governo de Bolsonaro), não houve qualquer consenso relacionado a um partido político. Mesmo as manifestações bolsonaristas não apoiaram o PSC e nem o PSL, partidos aos quais Bolsonaro foi filiado desde 2016, e também não foram capazes de promover a criação da Aliança pelo Brasil, tentativa do próprio Bolsonaro de consolidar um partido político próprio, baseado em sua força eleitoral.

Para Ortellado e Solano, essa vinculação ao antipartidarismo expressa uma oposição ao sistema político como um todo “entendido num sentido amplo que incluía os políticos e os partidos políticos, as ONGs e os movimentos sociais, e a imprensa política e seus comentadores” (2016, p. 170), como expressão do descrédito das instituições públicas já muito presente nas jornadas de junho de 2013 e outros fenômenos similares pelo mundo (Estanque, 2015). A própria organização das manifestações aparece como evidência dessa tese, pela desvinculação dos presentes não apenas em relação aos partidos políticos, como também a outras formas de organização da sociedade civil, seguindo uma tendência também expressa em 2013 de convocação dos atos através das redes sociais, ao invés de centrais sindicais, partidos ou frentes políticas; além das figuras públicas que cresceram e se estabeleceram na cena após as manifestações, como alguns organizadores das manifestações (Kim Kataguirí, Arthur Do Val, Fernando Holiday, todos do MBL e eleitos para cargos legislativos nas eleições de 2016 e 2018, e outras figuras similares, como Joice Hasselmann), que não faziam parte do *establishment* político até então e o caso do próprio Bolsonaro que, apesar de estar na câmara

dos deputados desde 1991, apresenta uma imagem evidentemente distinta dos demais políticos profissionais e identificável com uma marginalidade em relação ao mesmo *establishment* que aparecia, no imaginário das manifestações, corrompido e desmoralizado. Como aponta Telles (2019), esse momento foi caracterizado pela ascensão de figuras políticas *outsiders*, como reflexo do antipartidarismo e do que chama de “baixa institucionalização” do sistema partidário.

Ainda que o antipartidarismo se some, como apontamos, à constituição de todo um campo antagonista que inclui outras organizações e instituições externas ao sistema partidário, não podemos confundir isso com uma oposição ao sistema político “amplo”, como na fórmula da oposição entre a sociedade civil e uma classe ou força dominante. Em um nível, os agentes mobilizados não enquadram a questão como um problema do sistema político em si, limitando-se a apontar a corrupção, o PT, a esquerda e os partidos políticos como problemas em si; e em outro nível os mesmos apoiam e se solidarizam com atores políticos ativos que agem especialmente no interior do Estado.

A distinção realizada para organizar esse antagonismo é uma distinção entre o corpo sufragado do Estado ao lado dos objetos de oposição, e o corpo burocrático do Estado, agente da ação moralizadora e do reordenamento da vida pública:

Mas a fonte do desvirtuamento da competição não é identificada no componente propriamente burocrático, que é regido pelos princípios de recrutamento meritocrático e pela observância das normas na aplicação de suas tarefas, mas no corpo político do Estado que é regido pelo método de recrutamento imposto pelo sufrágio universal. Este aspecto permite que a classe média, que se torna a base social dos movimentos anticorrupção e defenda os agentes “imparciais” do poder Judiciário ao mesmo tempo em que desconfia do caráter “populista” das intenções dos agentes políticos. (Cavalcante, 2018, p. 118)

A organização desse antagonismo apresenta também um antagonismo entre duas formas diferentes de existir e apresentar-se na política, na interpelação do Estado, das políticas públicas, do discurso oficial e hegemônico. O sufrágio enquanto expressão da relação entre o Estado e a totalidade de seus sujeitos, as massas, terreno no qual entram os discursos acerca do clientelismo e da incapacidade de votar *corretamente* por parte das mesmas massas; e a burocracia enquanto expressão dos critérios técnicos e objetivos capazes de compreender e satisfazer interesses objetivos e nacionais, a despeito de interesses particulares e imediatos.

Desde o início das manifestações, a Operação Lava-Jato constituiu o grande centro de apoio na cena política. Mesmo depois de satisfeita a pauta do *impeachment*, o apoio à Lava-

Jato permaneceu, muito balizada não apenas pela operação em si mas também pela iminência da prisão do ex-presidente Lula, e a figura de Sérgio Moro como sua maior representação permaneceu ainda como promoção eleitoral da chapa vitoriosa de Bolsonaro em 2018. Quando o ex-juiz renunciou ao cargo de Ministro da Justiça no governo Bolsonaro, os pequenos atos bolsonaristas que ocorriam regularmente em diversas localidades no Brasil se dividiram entre atos a favor e contra Moro, constituindo uma das primeiras cisões da até então coesa base bolsonarista. O STF, por sua vez, foi alvo descontínuo de apoio e rechaço a depender de suas decisões nos momentos mais tensos: ao passo em que a prisão de Lula em meio ao problema da condenação em segunda instância gerou uma onda de apoios ao STF⁹, as disputas do tribunal com as movimentações do governo Bolsonaro tornaram central para as manifestações à direita a partir de 2019 a pauta do fechamento do STF, junto da intervenção militar. Apesar de tais discontinuidades, continua sendo o corpo burocrático aquele sujeito que aparece no imaginário das manifestações como protagonista da moralização do Estado e da política: para além dos órgãos do poder judiciário (a Lava-Jato, o Ministério Público e os Tribunais) aparecem também os corpos policial e militar.

No início das manifestações a intervenção militar foi, como já apontamos, uma reivindicação minoritária. Com o fortalecimento da tendência bolsonarista, essa pauta foi tomando cada vez mais centralidade em detrimento de alguns atores individuais (como Sergio Moro) e de órgãos (como o STF), e em concordância com a figura de Bolsonaro, defensor recorrente da ação militar na política e cujo governo efetivamente incluiu com peso membros da cúpula militar no governo executivo. A posição privilegiada do corpo burocrático do Estado nesse imaginário, no entanto, permanece o mesmo, e baseado no mesmo apelo de moralização ligado a uma aparência “técnica” e objetiva da burocracia em suas diferentes categorias. Em última instância, tanto o poder judiciário quanto as polícias e o exército cumprem a função de ordenamento e autoridade efetiva do Estado no controle social e garantia da propriedade, a partir de valores também objetivos que teriam sido corrompidos pelas forças políticas que ingressaram no Estado através do sufrágio.

Para Brown (2019), trata-se de uma tendência da ideologia liberal, em especial do conservadorismo liberal (Cavalcante, 2015), a denúncia ou reconhecimento de um mundo político no qual agem agentes ilegítimos do ponto de vista do *mercado*, verdadeiro portador da tradição e dos interesses comuns. No entanto, tal *mercado* não é um objeto totalmente definido,

⁹ A exemplo da faxina realizada na fachada da casa da ex-ministra do STF, Carmen Lúcia, organizada pelo MBL e pelo Novo (Linhares, 2018).

e no caso brasileiro se confunde com o próprio aparelho burocrático que aparece como materialização do mesmo esforço meritocrático que compõe a imagem do “empreendedorismo” e do sucesso tipicamente capitalista (Cavalcante, 2015). Aqui, o esforço, trabalho duro na forma especificamente intelectual e o mérito são articulados ao mesmo tempo como valores políticos, econômicos, morais e familiares.

1.3. Performance nas ruas

Além da ordem discursiva, os manifestantes travaram também relações amigáveis com a instituição policial nas ruas. A diferença das manifestações à direita em relação às jornadas de junho e ao Não Vai ter Copa, bem como a outras manifestações populares na interação de manifestantes e policiais foi uma das características mais notadas pela mídia e pelo debate político. Ao invés da tradicional repressão que constituía inclusive a singularidade das manifestações de rua, construindo uma identidade oposta ao poder de Estado (Butler, 2018), tomou a cena uma relação amigável e comensal. A presença da Polícia Militar ao redor dos atos foi vista não como ameaça de repressão, mas como forma de “fazer a segurança do ato”, uma contribuição para a realização do dever cívico dos presentes.

Essa relação amigável e pacífica foi muito marcada por confraternizações diretas, como por exemplo as *selfies* com policiais. Não se trata apenas de uma relação gerada casualmente, pela contingencialidade de não haver confrontos entre policiais e manifestantes (o que cumpriu um papel importante no discurso dos manifestantes enquanto “não violência” oposta aos atos supostamente violentos e vândalos da esquerda), mas sim de uma performance ativa que constrói e aponta uma posição específica dos manifestantes em um esquema pré-existente que opõe a ordem à desordem ou à criminalidade, junto das formas discursivas que opõem a corrupção petista à moralização da Lava-Jato. Estar “em concordância” com a instituição policial foi apenas uma das muitas formas de apresentação de si que ativamente construíram os sentidos e a identidade das manifestações à direita. O reconhecimento mútuo e a incorporação das principais pautas apareceu como um importante elemento para a intensidade e continuidade do movimento.



Manifestante tira fotos com a tropa de choque na manifestação de 15 de março de 2015, em São Paulo.
(Bergamin e Agostini, 2015)



Relação amigável e de aprovação de manifestante com a Polícia Militar (Tropa..., 2015)



Policia militar tira foto com duas crianças presentes em manifestação, carregando as cores típicas do movimento *pró-impeachment*. (Tropa..., 2015)

O uso da camiseta da CBF, da bandeira do Brasil como capa e as pinturas verde e amarelo pelo corpo foram a forma majoritária de apresentação dos manifestantes. Essa caracterização se tornou tão própria que mesmo apoios às manifestações feitos nas redes sociais, fora do contexto direto das ruas, seguiam o mesmo padrão para identificar-se ao mesmo movimento. Os símbolos nacionais se tornaram parte dos próprios corpos, e incorporá-los, uma forma de apresentar um grau de comprometimento com o discurso que se veiculou, bem como condensar e defender a concepção de que o que estava na rua tratava-se não de um ponto de vista qualquer, mas do ponto de vista nacional, do povo brasileiro enquanto sujeito legítimo sendo constituído na forma de seu protesto contra aqueles elementos corruptores da Nação. É importante notar como a incorporação dos símbolos nacionais se articula com o discurso anticorrupção como elemento *normativo* e *classificador*. A passagem de pessoas usando roupas, acessórios ou cabelo vermelho (Araújo et al, 2016, matéria g1; Castilho, 2016) nas manifestações *pró-impeachment* ocasionou diversas vezes agressões sob a acusação de que seriam petistas, evidenciando, por um lado, um código de vestimenta e apresentação essencial para o pertencimento e admissão no espaço criado pela manifestação e, por outro, como o não pertencimento a esse universo simbólico próprio situou-se no limite da violência.

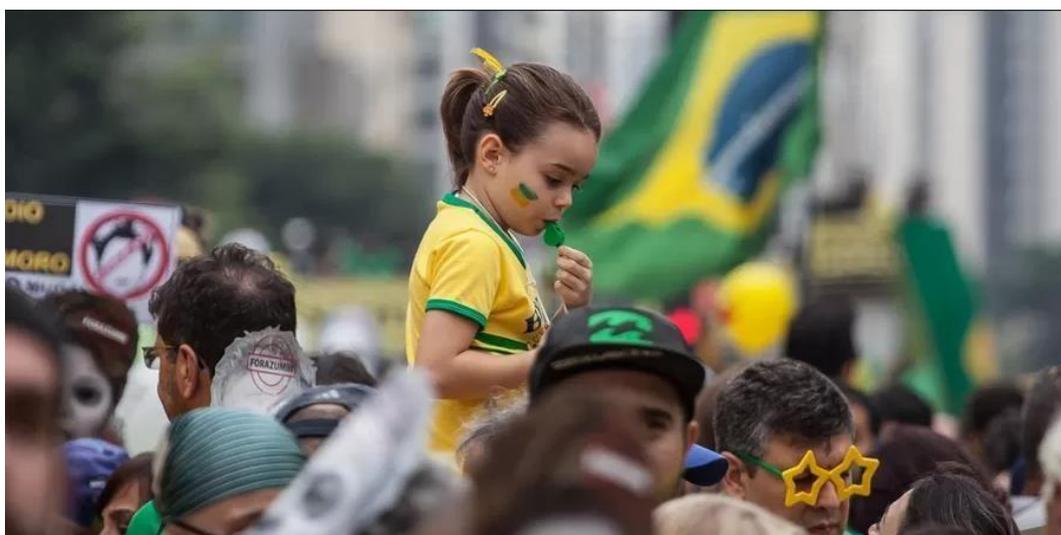


Família tira selfie com camisetas da CBF e adesivos “Fora Dilma” na manifestação de 16 de agosto de 2015, em São Paulo (Abrantes, 2015).



Manifestante bate panela e usa adereço verde, amarelo e azul na manifestação de 13 de dezembro de 2015, em São Paulo (Abrantes, 2015).

Outra forma de apresentação e de identidade é a unidade familiar. Da presença ostensiva de crianças acompanhadas pelos pais nas ruas, ao apelo repetitivo dos deputados às suas famílias como motivação do voto a favor do *impeachment*, até a defesa explícita do modelo da “família tradicional” e contra os direitos reprodutivos (através da pauta anti-aborto), a ideia da família como fundamento da moralidade foi constante nas manifestações à direita. É importante notar, no entanto, como esse elemento foi transformado conforme as manifestações se deslocaram tendencialmente mais à direita após o golpe: na manifestação do dia 15 de março de 2015, a maioria dos manifestantes era contrária à prisão de mulheres que fizessem um aborto, assim como a favor da adoção de crianças por casais homoafetivos (Perseu Abramo, 2016), contrariando uma leitura de que já em 2015 as manifestações à direita comportavam tão somente o conservadorismo. A família já aparece como uma unidade de sentido e uma forma de aparecimento poderosa, mas não enquanto uma pauta explícita contrária àquilo que mais tarde seria incorporado ao discurso das manifestações como “ideologia de gênero”, componente subversivo da agenda do campo da esquerda.



Criança com as cores e adereços verde e amarelos na manifestação de 13 de março de 2016 (As manifestações..., 2016)



Manifestante e crianças posam com policiais militares na manifestação de 13 de março de 2016, em São Paulo.

(13 de março..., 2016)

Em 2017, essa oposição tomou um papel protagonista nas mobilizações. A centralidade da pauta anticorrupção e da defesa da Lava-Jato não deixou de existir, mas a retirada do PT do governo, que balizava o *impeachment* como condensação das inúmeras demandas reunidas nas ruas, parece ter deslocado o antagonismo mobilizador da esfera do Estado para outras expressões da esquerda, que continuaria promovendo sua agenda por outros meios, em especial através do ensino nas escolas e na política não governamental (como em ONGs e meios de mídia). De fato, a candidatura de Bolsonaro, que despontou como uma das principais figuras apoiadas nas manifestações à direita pós-golpe, se baseou em uma série de acusações contra a esquerda, e propositivamente uma série de ações por parte da direita em impedir o avanço da “doutrinação comunista” e da “ideologia de gênero” nas escolas, gerando o Escola Sem Partido como sua principal expressão.

Na manifestação de 07 de novembro de 2017 no Sesc Pompeia, contra a presença da filósofa Judith Butler no local, a maioria dos manifestantes estava mobilizada contra a “ideologia de gênero”, identificando Butler uma de suas principais representantes (Kalil, 2018b). No discurso identificado entre os manifestantes, a educação sexual não deveria ser feita na escola, e sim dentro da unidade familiar, evocando a religiosidade como elemento

central nesse processo, negando o que seria o elemento externo da escola, laica e permeada pela “doutrinação” ideológica e a potencial erotização das crianças.

Ainda que só tenha se tornado completamente explícita mais tarde, desde o início das manifestações identificamos uma defesa da unidade familiar enquanto forma de aparecimento e ator social legítimo; e a negação das pressões ou contradições externas que colocam em xeque o estatuto familiar tal como é concebido pelos manifestantes. Para Butler (2018) a maneira pela qual as manifestações de rua se organizam em termos de construção simbólica de seu sujeito é um indicativo que precede os discursos explícitos dos manifestantes: mesmo antes do refinamento conservador das manifestações à direita, seus termos já estavam dados no próprio enquadramento do sujeito político que foi construído e seus antagonismos com outros atores ou formas de existência no campo político.

Tal fato não parece ser meramente contingente: como destacam Méndez e Gayo (2019) no caso chileno, a educação dos filhos e seu conteúdo moral é um tema central para a compreensão das famílias de classe média acerca de sua posição social e a trajetória posterior, informando suas estratégias de reprodução social. Desenvolveremos este tema nos próximos capítulos, mas cabe notar desde já que a família é uma das principais formas apresentadas pelos manifestantes de entender o “sujeito” de suas mobilizações, expressando assim um dos principais motivos para terem se colocado em movimento: a família como princípio de sua experiência política. A realização moral da família está diretamente relacionada ao apelo contra a corrupção e tendente aos *valores* liberais como o mérito individual, o prestígio pelo sucesso profissional através do trabalho intelectual, em síntese, a união ideológica entre a ideia de competência e de competição mercadológica. O surgimento de movimentos como o Escola Sem Partido e outras pressões sobre o conteúdo moral do ensino nas escolas públicas - promovidas inclusive com o protagonismo do MBL e do bolsonarismo, incluindo também o tema geral de conteúdos aos quais as crianças são expostas - dá consequência direta para o enquadramento da unidade familiar na prática política dos agentes mobilizados.

Para além desses aspectos performáticos, que em qualquer grau são capazes de revelar alguns nexos importantes do universo simbólico em construção, existe uma preocupação ativa dos manifestantes com sua própria performance. Pudemos observar um uso intenso do próprio corpo como suporte para determinados símbolos, enquadramentos e mesmo comportamentos que reafirmam a sua posição política como momento central de sua autorrepresentação e apresentação no momento das manifestações e demais circuitos relacionados. De fato, entre as diversas formas de objetivação da identidade esteve a alcunha do “cidadão de bem” (Kalil, 2018a), incorporando as diversas tensões entre o dever cívico/moral e a corrupção/crime em

diversas instâncias da sociedade brasileira, seja especificamente dentro do poder público, seja no comportamento e alinhamento moral dos próprios indivíduos, contrapondo aqueles que supostamente gozam dos direitos cidadãos e cumprem os deveres de um cidadão e aqueles que se aproveitam de *privilégios* indevidos, concedidos pelos governos petistas, constituindo ainda uma modalidade de corrupção. Não basta, portanto, opor-se a figuras públicas e marcar uma posição política; se incorpora positivamente uma identidade que diferencia o indivíduo de outros, em uma hierarquia de natureza moral e valorativa.

A mediação dessa hierarquia, no entanto, não se trata de uma simples diferenciação simbólica, mas envolve também a violência. Para além da violência nos próprios atos, como já vimos, contra aqueles elementos desviantes da estética reivindicada nas manifestações, a violência como ferramenta política e como ente constitutivo das palavras de ordem tomou um papel cada vez mais presente nas ruas. No caso das manifestações *pró-impeachment*, uma das principais formas de expressar a oposição ao governo de Dilma Rousseff foi a alusão à violência sexual contra a ex-presidente; bem como a oposição em geral aos “esquerdistas” ou “comunistas” foi expressa pela defesa da execução, ou o pesar pela ditadura civil-militar ter falhado em assassinar todos os seus opositores, com palavras como “Comunista é bom morto” (Leal, 2018, p. 122). A alusão ou defesa explícita da violência constituiu uma tendência que se realizou completamente com a candidatura de Jair Bolsonaro à presidência e o movimento de base que o sustentou, o bolsonarismo. Sua campanha foi envolvida por uma série de ameaças contra os militantes de esquerda e ex-mandatários, com dizeres como “Vamos fuzilar a petralhada” (Campanha..., 2018) e uma associação explícita à defesa da ditadura civil-militar e de uma nova intervenção militar. As próprias manifestações bolsonaristas durante a pandemia de COVID-19 foram palco de agressões físicas contra jornalistas e agentes de saúde, identificados a uma oposição de esquerda contra Bolsonaro, e reiteradas defesas do intervencionismo militar e do próprio poder executivo contra os demais poderes constitucionais.

Esse fenômeno foi convencionado como um debate acerca do “ódio como política” (Solano, 2018) e do declínio da democracia no Brasil. No entanto, o que nos interessa destacar é que a escolha da violência como mediação ocorre ao mesmo tempo que uma série de outras performances que envolvem a demarcação dos corpos dos “cidadãos de bem”, para além desses momentos em que a integridade dos corpos de seus antagonistas é colocada em xeque.



Manifestante em carro temático utiliza fantasia de presidiário com máscaras de Lula e Dilma na manifestação de 13 de março de 2016, no Rio de Janeiro (As manifestações..., 2016).



Manifestante simula a prisão de Lula, junto de outras imagens e figuras públicas relacionadas ao tema da corrupção na manifestação de 13 de março de 2016, em Brasília. (As manifestações..., 2016).



Manifestante coberto de adereços: máscara de Sérgio Moro e uma bandeira do Brasil como capa na manifestação de 13 de março de 2016, em Curitiba (13 de março..., 2016).

1.4. Delimitando relações de classe

As políticas de assistência social e de acesso ao consumo tiveram lugar de destaque no sentido criado pelas manifestações e seus circuitos ideológicos. A face “caridosa” dos governos petistas foi associada muito facilmente ao *populismo*, uma vez identificada enquanto uma série de políticas focadas em obter vantagens materiais para as classes mais numerosas, garantindo a viabilidade eleitoral petista, ou seja, enquanto *clientelismo*. Dessa perspectiva, as classes mais pobres não votariam no PT por um motivo valoroso ou cívico, mas sim pelo seu benefício pessoal, sua reprodução material. A ideia de que essas políticas feriam o orçamento público e, no longo prazo, seriam fatores de uma crise econômica e da quebra do Estado, também inferiu que esses eleitores não apenas votavam segundo benefício próprio, mas que não eram capazes de entender o que estava em jogo, pensando “com o estômago”.

Uma base de apoio movida por interesses materiais imediatos era vista para além das políticas públicas petistas. Na manifestação de 12 de agosto de 2015, uma parcela muito considerável dos manifestantes acreditava na tese de que Dilma teria trazido haitianos para

votar nela nas eleições de 2014 (Ortellado e Solano, 2015); e uma das narrativas mais correntes durante todo o ciclo de manifestações foi que as manifestações de esquerda só existiam porque as organizações de esquerda pagavam pessoas para ir às ruas, seja com dinheiro, seja com comida, o que ocasionou a famosa pecha de “mortadelas”, e recuperava as narrativas de financiamento do vandalismo entre 2013 e 2014. O contraponto nas manifestações à direita veio com a palavra de ordem “eu vim de graça”, evidenciando o pensar “com a cabeça”, como numa atitude cívica. Na manifestação de 12 de abril de 2015 em Belo Horizonte, a maior parte dos manifestantes concordou que “os nordestinos têm menos consciência do voto que os moradores de outras regiões do país” (Telles, 2015, p. 63), em referência à região Nordeste, a mais pobre do país e objeto de diversas políticas públicas afirmativas como o combate à seca, como eleitorado cativo de governos assistencialistas.

A acusação de clientelismo se coloca também em outros termos: a relação com os capitais escolar e cultural e o sucesso profissional como critérios efetivos da diferenciação entre o agir “com o estômago” e “com a cabeça”. No livro autobiográfico do movimento Vem Pra Rua, que narra os eventos de 2014 a 2016 pela perspectiva de seus organizadores, Rogério Chequer narra um diálogo com outros organizadores, em que procura apontar a própria narrativa acerca da relação entre sua posição social e sua ação política, bem como com qual base social o movimento estaria lidando:

“Se esse grupo de pessoas que teve o privilégio de ter acesso a uma boa educação, informação e mercado não tiver a iniciativa de começar um movimento desses, quem terá? Cabe a NÓS dar o primeiro passo.” Pronto, o “quem” estava resolvido. (Chequer, 2016, p. 16)

E segue, mais à frente, com a desqualificação política daquelas posições sociais inferiores:

(...) o discurso repetitivo do ministro da Fazenda, Guido Mantega, aproveitava-se da falta de informação da maioria dos brasileiros, reflexo da deficiência educacional, para justificar a incompetência cada vez mais patente do governo. (Chequer, 2016, p. 26)

As relações de classe delimitadas aqui se organizam em torno de uma hierarquia que opõe uma minoria possuidora de determinadas competências a uma maioria não possuidora; uma hierarquia de alguma maneira eficiente como critério para a boa participação ou a má participação na política. Essa hierarquia não se traduz, no entanto, em uma identidade explícita de classe, ou numa defesa da exclusão política com base em critérios de classe. Ao se passar enquanto *povo*, o sujeito legítimo da democracia, se admite a inclusão daqueles que, mesmo não pertencendo à parcela *mais educada* da população, são hegemonzados por ela e aderem às práticas que marcam, na identidade ali criada, o pertencimento.

Essa identidade, que regula a participação, é organizada, assim, em torno de certos marcadores. Embora não seja necessário que um indivíduo específico apresente todos ou qualquer um dos marcadores visuais positivos (como as cores nacionais, identificações partidárias à direita ou outras referências às pautas ali presentes), a rejeição contra indivíduos vestidos de vermelho ou aderentes às pautas de esquerda demonstra uma limitação ativa da participação, não pautada diretamente no pertencimento *de classe*. A construção de uma identidade própria das manifestações não age pela exclusão das classes subalternas: sua ausência se dá antes e através da formação dessa identidade específica, pelo distanciamento das demais classes em relação ao que se constrói nas manifestações ou melhor, como argumentamos, pelo distanciamento das classes subalternas em relação a um espaço social típico da classe média, correntemente sendo reapropriado por esta última.

A auto identificação parcial de classe dos agentes, expressa em suas tentativas de diferenciação em relação às classes mais pobres, soma-se à percepção muito comum já existente no debate político de que os movimentos à direita tinham sua base na classe média; e em uma classe média condicionada por preconceitos de classe contra as classes inferiores. Para Cardoso (2020), as manifestações à direita representaram a formação de uma identidade da classe média, pautada no conservadorismo, uma vez que se reconhece enquanto ator político distinto daqueles atores políticos heterogêneos identificados com as classes populares, buscando uma diferenciação que privilegia sua posição de classe. De fato, apesar da heterogeneidade do perfil social das manifestações à direita, podemos identificar uma presença expressiva da classe média, e uma sobrerrepresentação dessa classe relativa aos contingentes de classe da estrutura social brasileira.

De acordo com levantamentos do Datafolha (2015, 2016) realizados nas duas maiores manifestações (15 de março de 2015 e 13 de março de 2016 em São Paulo), a maioria dos presentes possuía ensino superior completo (respectivamente 76% e 77%) e altíssima concentração das faixas superiores de renda, acima de 5 salários mínimos. No dia 15, 27% encontravam-se na faixa entre 5 e 10 S.M., 22% entre 10 e 20 S.M. e, por fim, 29% acima de 20 S.M. Já no dia 13, as proporções variam pouco: 26% entre 5 e 10 S.M., 24% entre 10 e 20 S.M. e 11% entre 20 e 50 S.M. Em termos de ocupação, é notável a sobrerrepresentação de empresários e profissionais liberais, aparecendo respectivamente 6 e 8 vezes maiores do que sua proporção entre a população de São Paulo na manifestação do dia 13, ainda que não compoem a maioria absoluta dos presentes.

A partir desses diversos indicadores, que não apontam *per se* uma delimitação objetiva e única de classe, podemos identificar um perfil predominante de *alta classe média*, conforme as aproximações propostas por Cavalcante:

A primeira aproximação é aquela que diz respeito estritamente ao âmbito da renda e teria como referência as famílias com rendimento superior a 10 salários mínimos e não pertencente ao 1% mais rico da sociedade brasileira. A segunda aproximação é determinada pelas relações de trabalho e faz referência a profissionais autônomos, como médicos e advogados, ou assalariados com graus mais elevados de autonomia, como professores universitários, e aqueles assalariados diplomados mais diretamente vinculados às funções de gestão e controle técnico-administrativo nas burocracias privadas ou estatais, como economistas e engenheiros. A terceira aproximação busca dar conta do âmbito social mais geral e se refere àqueles que monopolizam o acesso ao capital cultural e que transformam a pertença a esse espaço social em um atributo do talento e méritos individuais (Cavalcante, 2015, p. 4)

Assim, é possível situar de maneira relacional esses agentes tanto pela sua posição objetiva na estratificação de renda, no complexo ocupacional e na distribuição de capitais quanto pela própria construção discursiva que realizam sobre sua posição social. No entanto, precisamos tomar dois cuidados nessa caracterização antes de seguir a análise da relação entre as manifestações e as determinações de classe que começamos a mapear.

Primeiro, é necessário um afastamento daquelas concepções muito comuns de que as manifestações de rua características da “polarização” política que marcou a cena a partir de 2014 expressam uma oposição entre a classe média e a classe trabalhadora. Arias e Cavalcante (2019) apontam para uma tendência de divisão da própria classe média entre os dois pólos da conjuntura do *impeachment*, por conta dos efeitos distintos das políticas petistas sobre suas camadas superiores e inferiores. Para Cardoso (2020), enquanto a fração da classe média mobilizada nas manifestações à direita construiu uma identidade de classe positiva centrada em si, a fração mobilizada nas manifestações contra o *impeachment* operou uma identidade centrada nas classes populares; mas ambos os lados foram constituídos, majoritariamente, por frações da própria classe média.

Segundo, enquanto existem diversos levantamentos do perfil social dos presentes nas manifestações *pró-impeachment*, não temos a mesma abundância de dados acerca das manifestações após o golpe de 2016 e das movimentações *pró-Bolsonaro*. Como já apontamos, há uma continuidade discursiva e simbólica entre as manifestações à direita entre 2014 e 2021, mas nada garante que o perfil social não tenha se alterado conforme os atores políticos e outros

elementos fundamentais em jogo na disputa política também foram alterados. Existem alguns pontos sensíveis nessa possível diferenciação, como o fortalecimento do apoio às Forças Armadas e do intervencionismo militar nas manifestações bolsonaristas, em forte contraste com o caráter minoritário dessa pauta nas manifestações pró-*impeachment*, bem como a relação contraditória entre o discurso de Bolsonaro e a valorização do poder judiciário e da Operação Lava-Jato. Alguns indicadores indiretos, como o índice de aprovação do governo Bolsonaro, não evidenciam um perfil similar visto nas manifestações à direita, mas uma distribuição equilibrada entre os diversos estratos de renda (Datafolha 2020, 2021) - e indireto porque essa aprovação não implica em qualquer relação entre os estratos de renda e a mobilização em manifestações de rua: a base eleitoral de um governo e os indivíduos e organizações mobilizados nas ruas são objetos muito distintos, e nos ocupamos aqui apenas do segundo.

1.5. Para além de 2016: o “bolsonarismo”

Ainda que não possamos inferir a base social de fato mobilizada nas manifestações bolsonaristas, podemos identificar em seu discurso ainda uma marcada apologética da classe média enquanto sujeito legítimo e privilegiado do ponto de vista moral, e oprimido e marginalizado do ponto de vista da concepção de mundo dos principais quadros do bolsonarismo.

Analisando os discursos de Abraham Weintraub (ex-ministro da educação de Bolsonaro e considerado como parte da *ala ideológica* do governo, vinculada a Olavo de Carvalho), Salomão (2022) identifica um enquadramento da classe média como a classe que é parasitada pelo Estado/oligarquia identificado com um *status quo* comunista envolvido com as grandes corporações e pela massa marginal, ao mesmo tempo manipulada ideologicamente e cliente do assistencialismo dos governos petistas. Tal como nas manifestações pró-*impeachment*, a classe média continua a ser invocada para constituir o sujeito das manifestações, ainda que continue se prezando pela constituição do sujeito legítimo *povo*:

Tal qual o fascismo original, o movimento neofascista está ancorado nas camadas intermediárias da sociedade capitalista, dessa vez no seio das classes médias assalariadas. Nesse sentido, o movimento neofascista brasileiro depende diretamente do suporte da classe média e é a elas que Weintraub direciona seu discurso. (Salomão, 2022, p. 18)

Não apenas Weintraub, como também Paulo Guedes e Sérgio Moro (respectivamente ex-ministros da Economia e da Justiça) apontaram reflexões no mesmo sentido acerca de sua vinculação de classe: “Para ele [Guedes], Bolsonaro representa ‘uma classe média esquecida e abandonada, agredida em seus princípios e valores, e que quer ordem’...” (Betim, 2018)

Em sua conta no *Twitter*, Moro, por sua vez, ao criticar a posição do presidente Lula sobre os governos de Cuba, Venezuela e Nicarágua (num momento de intensificação do debate acerca do novo governo de Ortega na Nicarágua), aponta que suas posições são “(...) contra os padrões de vida da classe média que é o baluarte da moderação e da democracia” (Moro, 2022).

Posições assim revelam a força da oposição entre os sujeitos mobilizados (identificados como os “cidadãos de bem”) e os antagonistas: as massas clientes dos governos petistas, por necessidade do estômago ou miséria intelectual. Todos os critérios de formação desse antagonismo apontam, ainda, para o protagonismo da classe média, senão enquanto base numérica das mobilizações, como sua base ideológica. A figura do “cidadão de bem” ou “homem de bem” que passou a figurar nas manifestações não pode ser dissociada de um certo nível de sucesso e enquadramento dentro dos critérios da identidade já consolidada pelas manifestações, em grande medida definida pela meritocracia; a figura do sujeito que não precisa das políticas de assistência e que, de alguma forma, encontra-se no mesmo nível intelectual dos demais, capaz de entender o que está *verdadeiramente em jogo*, em oposição ao que a mídia e o senso comum influenciados pelo “marxismo cultural” vendem para as massas manipuladas.

Mesmo que não se trate de uma identificação com um conceito tradicional de classe média, como o definido por determinados estratos de renda ou determinadas ocupações, ainda é uma identificação que busca diferenciar-se ao mesmo tempo de uma massa empobrecida, incapaz de realizar juízos políticos corretos e passivos de manipulação, e de uma elite econômica e política; portanto, numa posição intermediária muitas vezes entendida explicitamente como classe média.

O que caracteriza a novidade do bolsonarismo em relação às manifestações pró-*impeachment* e em apoio à Operação Lava-Jato, além de basear-se, desta vez, numa campanha eleitoral iminente e na sustentação de um mandato presidencial, é a intensificação das pautas ligadas ao conservadorismo, em especial com a centralidade da família como elemento articulador de todo o discurso, não apenas nas ruas como também no governo Bolsonaro (Cavalcante et al, 2019). A identidade baseada na pátria, Deus e família, tornou-se também mais rígida conforme o caráter heterogêneo original das manifestações pró-*impeachment* se desfez, afastando das mobilizações verde-amarelo mesmo organizações “fundadoras” do

movimento, como o MBL e o VPR - que também não ficaram imunes às novas divisões, a exemplo da saída de Fernando Holiday do MBL, sob o pretexto de que a organização não dá a devida importância às pautas conservadoras (Fucs, 2021), e sua progressiva aproximação com o campo bolsonarista.

Além disso, as Forças Armadas tomaram também cada vez mais a centralidade no discurso das manifestações, enquanto o poder judiciário, antes retratado de maneira majoritariamente positiva através da imagem da Operação Lava-Jato, passou a ser incluído entre os inimigos sistêmicos dos manifestantes, em especial na imagem do STF e do TSE no contexto das eleições gerais.

Esses elementos podem ser bem observados nos acampamentos bolsonaristas, que acompanhamos através de *lives* disponibilizadas por alguns manifestantes, em especial nos canais do YouTube de Paulo Kogos, que acompanhava diariamente o cotidiano nas manifestações, e do Movimento Avança Brasil. No principal acampamento de São Paulo, em frente ao Comando Sudeste e à ALESP, as principais palavras de ordem exibidas em faixas, adesivos e falas públicas são “Forças Armadas salvem o Brasil!” (e suas variações em inglês “armed forces save our Brazil”), “S.O.S. Forças Armadas” e alusões ao regime de 1964 como um querido retorno à ditadura. O próprio fato dos acampamentos terem sido instalados na frente dos quartéis se configura não como protesto em relação às Forças Armadas, mas como uma reivindicação direta e amigável, na qual os manifestantes se consideram aliados das Forças Armadas. Diversas faixas ostentavam os dizeres “Resistência Civil” não como oposição aos militares, mas como expressão de uma complementaridade da ação civil, cidadã, e a suposta função constitucional assumida pelas Forças Armadas de “pôr ordem” na democracia brasileira.

Apesar da alusão à ditadura militar-empresarial de 1964, os manifestantes entendem suas reivindicações como reivindicações pela sua liberdade, em oposição a um regime político, este sim, ditatorial na medida em que atenta contra os valores eleitos como valores compartilhados entre os manifestantes, sintetizados em “Deus, Pátria e Família”, muitas vezes complementados pelas falas com “propriedade privada”. Esses valores são expressados por diversos símbolos incorporados intensa e numericamente pelos manifestantes: bandeiras do Brasil sendo usadas majoritariamente como capas, a continuidade do uso de camisetas da CBF, bandeiras do estado de São Paulo, entoamentos regulares do Hino Nacional, símbolos do Brasil imperial (entre bandeiras, bonés e camisetas), imagens de Jesus Cristo e Nossa Senhora. Estas seriam expressões verdadeiramente populares, opostas a um *status quo* cuja dominação se baseia na alienação desses valores, através da “guerra cultural”.

O *povo*, por sua vez, se fazia presente nas ruas, entendido como tal por dizeres como: “o poder emana do povo” e “o líder é o povo”, em tantas faixas, e a ênfase no “povo trabalhador” nas falas individuais, uma aproximação muito comum nas manifestações contra o isolamento social na pandemia e o governo estadual de João Dória, que implicava que o isolamento impedia o povo de trabalhar e era, portanto, contrário à própria valorização moral do trabalho.

Junto do apelo aos militares, também o militarismo e o belicismo tomam a concepção dos manifestantes sobre o seu papel. Muitos fazem alusão ao uso de armas para tomar o poder, repetem especificamente os versos do hino “ou ficar a pátria livre ou morrer pelo Brasil” como palavra de ordem; e utilizam frequentemente a caracterização de seu movimento como “guerra santa”.

Há ainda outra novidade nesse movimento, relativa ao estabelecimento de acampamentos e bloqueios nas estradas: não se trata mais do ato de ocupar as ruas em um dia pontual, por tempo limitado - os manifestantes não se limitam ao encontro casual e passageiro, que logo é reprivatizado na normalidade cotidiana. Trata-se agora de construir um ambiente de convivência com toda uma infraestrutura: o acampamento de São Paulo contava com barracas montadas para servir como espaços de alimentação e convivência, locais para doação de alimentos, locais de preparação de alimentos (para serem vendidos ou compartilhados gratuitamente), enfermarias improvisadas e até barracas voltadas para a realização de debates. Entre as formas de objetivação do pertencimento que já citamos até aqui, soma-se agora a participação cotidiana e funcional desses espaços, seja daqueles que dormem nos acampamentos, seja daqueles que os visitavam diária ou regularmente. A permanência no local gera um significado duplo: ao mesmo tempo o pertencimento e fraternidade entre os presentes, que se engajam em atividades colaborativas; e a sensação de vigília ativa, de envolvimento em uma ação propriamente bélica, em que não seriam mais apenas espectadores passivos das instituições que recebem suas reivindicações expressas no ambiente laico das ruas, mas agentes *beligerantes*, peças em ação, aliados das Forças Armadas.

Seja sob a ideia de fraternidade propriamente militar, em que os manifestantes se concebem como companheiros de guerra, seja através da organização dos acampamentos e bloqueios como objetivação do compartilhamento de seus valores, é notável que as mobilizações bolsonaristas ao final de 2022 intensificam um elemento que vinha se construindo desde o início das manifestações à direita: um nível de *coesão* em torno do reconhecimento mútuo baseado em valores morais e engajamento em um determinado universo discursivo.

Tal universo discursivo não se limita a um agregado de valores e performances, palavras de ordem e pautas em comum: ele se completa progressivamente em um agregado de crenças que também funciona sistematicamente como uma resposta antagônica ao universo de crenças vinculado aos seus inimigos, fazendo sempre presente o “mito do complô” (Messenberg, 2017, p. 8). Desde as manifestações pró-*impeachment*, já havia uma série de “teorias da conspiração” circulantes, versando sobre o programa Mais Médicos, que seria uma invasão cubana disfarçada; sobre a relação entre o PCC e o PT, acusando a organização criminosa de ser um braço armado do partido corrupto; sobre a imigração haitiana, como se os imigrantes estivessem sendo trazidos para votar no PT, entre outros (Ortellado e Solano, 2015). Em geral, perspectivas nas quais o PT, por meio de instrumentos como o Foro de São Paulo, além de corrupto, também estaria agindo nas sombras para realizar um plano autoritário mais generalizado, fora dos holofotes e dos grandes portais de notícias. No entanto, por mais que fossem crenças comuns entre os manifestantes e nas redes sociais, não eram apontamentos centrais, que moviam novas manifestações ou sua continuidade tal como as pautas de apoio à Operação Lava-Jato, o *impeachment* de Dilma, a prisão de Lula e a eleição de Bolsonaro.

É especialmente durante o governo Bolsonaro e, mais especificamente, no contexto da pandemia do COVID-19, que as teorias conspiratórias ganham um novo papel, protagonista das manifestações e acampamentos. Primeiro na forma do chamado negacionismo científico, negando em vários níveis o discurso oficial das autoridades internacionais da saúde: 1) que não havia qualquer pandemia ou risco de saúde relativo ao vírus do COVID-19; 2) que o vírus era uma arma biológica chinesa, identificada como um regime comunista inimigo do Ocidente; 3) que a vacina era um instrumento de controle populacional, chegando ao ponto de se afirmar que continha em si um microchip para controle dos corpos; e 4) que o isolamento social era também um instrumento de dominação, contra a população de bem e trabalhadora, que precisava sair às ruas para ganhar seu dinheiro. Essas perspectivas animaram em grande medida as manifestações contrárias ao isolamento social e contra a obrigatoriedade da vacina, clamando, acima de tudo, pela *liberdade* que pressupunha escolher ou não tomar a vacina, escolher ou não ficar em casa. Esse enquadramento ficou muito evidente nas manifestações contrárias à gestão do ex-governador paulista João Dória, enquadrado como ditador, e nas agressões contra enfermeiras no 1º de Maio de 2020 (Puljiz, 2020).

Após a pandemia, ainda há outro momento em que se fortalece a autonomia do universo de crenças do bolsonarismo: o momento de sua derrota eleitoral em 2022. Após sua derrota, quando foram instalados os acampamentos na frente dos quartéis, a reivindicação para que o exército interviesse na política institucional foi acompanhada não apenas de uma crença de que

de fato o faria, mas de que haviam diversos dispositivos constitucionais que garantiam o impedimento da posse de Lula, como o período de 72 horas em que se deveria aguardar até que uma intervenção pudesse se dar (Só mais..., 2023); ou, quando Lula de fato tomou posse, de que não era uma posse válida já que a faixa presidencial não era a mesma que Bolsonaro usava, o que daria o cargo de Presidente da República ao General Augusto Heleno, utilizando até uma portaria assinada por Heleno que foi publicada no dia 2 de janeiro de 2023 (Pacheco, 2023).

Esses são exemplos de alguns subterfúgios para a continuidade das manifestações e da confiança do movimento bolsonarista em relação aos seus representantes na política institucional e nas Forças Armadas, que se expressaram como crenças em um determinado rumo positivo dos acontecimentos, onde o mal necessariamente seria derrotado. Após a escolha dos acampamentos e bloqueios como tática, tendo como objetivo pressionar as instituições, e especialmente as Forças Armadas, até o momento do impedimento da posse, a sua continuidade dependeu centralmente da crença de que havia ainda maneiras de conseguir esse objetivo através da pressão. Após a desarticulação da tentativa golpista de 8 de janeiro, os acampamentos aos poucos foram expulsos pelas forças policiais e o movimento bolsonarista se tornou mais rarefeito nas ruas.

Capítulo 2. A classe em movimento

Nascida da percepção de marginalidade, de oposição a um *status quo* agressivo, a identidade dos manifestantes foi se desenvolvendo cada vez mais segundo regras próprias - tanto de identificação mútua quanto de validação moral -, em contraste com as regras entendidas como hegemônicas e impostas de cima para baixo, relacionadas às “pautas progressistas” e às consequências das políticas econômicas e sociais dos governos petistas.

Em seu estudo sobre a base social do *Tea Party* e da ascensão eleitoral de Donald Trump, Hochschild (2016) descreve um processo similar: em um terreno de instabilidade econômica e queda do padrão de vida, mas também sob a percepção do avanço das pautas progressistas, das *minorias* protegidas pelo discurso e políticas públicas, os atores ali mobilizados partem para a criação de uma identidade em comum, algo que os faça sentir pertencentes novamente a uma coletividade coesa e coerente com suas visões de mundo. Citamos *in extenso* uma passagem do livro, para acessarmos a completude do argumento:

Seus apoiadores estavam lamentando por um estilo de vida perdido. Muitos estão desestimulados, outros deprimidos. Eles anseiam por sentir orgulho, mas sentem vergonha. Sua terra não parece mais ser deles. Reunidos com outros como eles, agora se sentem esperançosos, alegres, exaltados (...) Como se tivessem magicamente levantado, *eles não eram mais estranhos em sua própria terra.*

‘Efervescência coletiva’, como chamado pelo sociólogo francês Émile Durkheim em *As Formas Elementares da Vida Religiosa*, é um estado de excitação emocional sentido por aqueles que se juntam a outros considerados companheiros e membros de uma tribo moral ou biológica. Eles se juntam para afirmar sua unidade e, unidos, sentem-se seguros e respeitados. (...) Visto pelos olhos de Durkheim, a função real da excitação em torno de Donald Trump é unificar todos os entusiastas brancos e evangélicos que temem que aqueles que ‘furam a fila’ estão prestes a se tornar uma terrível, estranha, nova América. A fonte do frenesi e excitação não é simplesmente Trump; é a unidade da grande multidão de estranhos unidos ao seu redor. Se o comício em si pudesse falar, iria dizer ‘nós somos a maioria!’ (...) Como outros líderes prometendo a salvação, Trump evoca uma consciência moral. Mas o que ele dá aos participantes, falando emocionalmente, é êxtase. (Hochschild, 2016, pp. 225-226, tradução livre)

Não é nosso escopo - e nem teríamos substrato o suficiente para um argumento como esse - comparar o efeito descrito da base eleitoral de Donald Trump com o efeito da base eleitoral de Bolsonaro; mas sim avançar na compreensão da *forma* assumida pelas manifestações à direita no Brasil. É importante notar que essas manifestações não ocorrem

centradas em uma pauta política programática em particular - não se trata de uma movimentação pela aprovação da reforma trabalhista ou previdenciária, nem de uma política econômica específica - e sim em uma pauta política mais difusa, sendo condensada em alguns enquadramentos a depender dos acontecimentos na esfera institucional e orientada pela continuidade de um pretenso combate à corrupção (com mais de um sentido atribuído) - o *impeachment* de Dilma, a prisão de Lula, a eleição de Bolsonaro, o avanço da Operação Lava Jato -, difusa o suficiente para servir de base a uma identidade que não existia antes a nível da esfera pública nacional. Em outras palavras, e reunindo os demais elementos do capítulo anterior, as manifestações não ocorrem como um movimento pensado pontualmente para pressionar uma pauta no interior das instituições, com um fim esperado; e sim como uma forma a princípio permanente de estabelecer novas condições ou restabelecer antigas condições de existência dos sujeitos ali mobilizados, sob sua percepção de marginalidade, exclusão, injustiça, etc. e de uma realização moral. Os manifestantes esperam ser reconhecidos pelos demais de determinada maneira, e serem apreciados mutuamente por sua substância moral, expressa através dos elementos estéticos e discursivos performados: não basta apenas ir às ruas e reivindicar um direito ou um acontecimento; é necessário identificar-se como parte de uma determinada coletividade, reivindicar os símbolos patrióticos e um código moral que rejeita a corrupção e os atentados à meritocracia e à família tradicional.

A afirmação de Hochschild citada mais acima envolve, além da constatação de que há uma identidade e um processo de pertencimento em jogo para os agentes mobilizados, um mecanismo que consiste na manifestação política enquanto um meio de realização do indivíduo, uma vez que faz o papel de espaço de interação, de espaço público, onde se pode legitimar sua subjetividade, ser reconhecido e celebrado por ela. Aqueles que seriam pensamentos e inquietações subterrâneos, aos quais era negada a aprovação e reconhecimento (entendido pelos próprios manifestantes, um modo de vida crescentemente negado pelo *establishment*, seja ele o governo instituído, seja ele os movimentos políticos tidos como dominantes), tornam-se pensamentos e inquietações respaldados, pelo fato de passarem a circular numa coletividade como as formas oficiais de apresentação e representação.

Em especial a intensidade dos afetos, de ódio e de pertencimento, e o investimento do corpo no discurso das manifestações, apontam para as manifestações de rua como espaços de realização individual através da criação de uma coletividade apartada da sociedade em geral, ou melhor, definida a partir de seu negativo, a amálgama de agentes que atacam os modos pretensamente tradicionais e morais de vida.

É possível para um indivíduo assumir uma posição, definir uma identidade, gritar contra a injustiça coletiva e publicamente. O protesto pode ser uma parte tremendamente satisfatória da vida moderna; pode até mesmo se tornar a atividade definitiva da identidade de alguém. Para muitos, a criatividade do protesto ocasiona a experiência do prazer, a apresentação de uma visão utópica. (Jasper, 1997, p. 367)

O fato de que os antagonistas do sujeito construído pelas manifestações são identificados como aqueles que dominam, aqueles que organizam o sistema e, sistematicamente, corroem o modo de vida e os valores dos manifestantes, aponta para a construção de uma coletividade como instrumento de resistência, e de realização atípica numa situação em que a realização do sujeito está impedida ou constrangida.

A constituição da família estaria ameaçada pelo avanço do movimento feminista, que advoga pela libertação feminina e pela legalização do aborto, com o respaldo do governo e de seus aparelhos ideológicos; então, o *povo* se mobiliza para recriar as condições nas quais é possível construir uma família *em paz*, para que os gêneros possam assumir seus papéis naturais então alienados. A criação de seus filhos estaria ameaçada pelo aparelhamento da escola por professores e governantes da esquerda, interessados em corroer os valores familiares; então, o *povo* se mobiliza para recriar as condições nas quais é possível criar seus filhos *em paz*, ensinando os valores que lhes forem convenientes sem a intervenção de um Estado interessado, em defesa, por exemplo, do “Escola sem partido”. A estabilidade de sua posição social estaria ameaçada pela adoção de políticas públicas não meritocráticas (“furar a fila”) e assistencialistas; então o *povo* se mobiliza para rechaçá-las e recriar as condições simbólicas de valorização do esforço e valores associados que atestam o merecimento de determinada renda, estilo de vida e reconhecimento social. *Et cetera*.

Já nos referimos a isso no capítulo anterior, com a percepção dos agentes sobre uma certa marginalidade política, num cenário onde dominaria o progressismo e as forças políticas e discursos de esquerda. Agora, enfrentaremos esse fenômeno como problema metodológico: afinal, cria-se uma coletividade que não coincide exatamente com uma classe, embora seus critérios de identidade e diferenciação coincidam com uma demarcação de classe. Não se trata, assim, de uma classe se mobilizando univocamente para defender seus interesses, e nem de um grupo criado de forma indeterminada, independente de qualquer critério classista - as manifestações não incorporam elementos ideológicos das classes populares, mas especificamente da classe média, da superioridade do trabalho não-manual¹⁰. Estamos tratando

¹⁰ Como veremos, a origem da problemática do trabalho não-manual no nosso trabalho encontra-se em Poulantzas (1975), mas sob a denominação “trabalho intelectual”. Escolhemos tratar da hierarquia do trabalho como

aqui de ações coletivas que não manuseiam explicitamente um enquadramento de classe, mas que não podem ser, do ponto de vista explicativo, desvinculadas do fenômeno das classes sociais.

2.1. Classes reais, grupos imaginados

A ocorrência de conflitos sociais não pautados explicitamente nas classes sociais em sua forma *clássica* (centradas na contradição capital x trabalho) é possivelmente o principal eixo do debate teórico sobre a ação coletiva: a passagem, mais significativamente a partir dos anos 1960, dos conflitos protagonizados pela classe operária tendo como principal objetivo a tomada do poder político para conflitos protagonizados por distintos atores (enquadrados por raça, gênero, idade, etc.) e com outros objetivos (a pauta ambiental, o reconhecimento, os direitos universalizáveis, etc.) teria alterado os termos por meio dos quais apreendemos esses fenômenos (Alonso, 2009). Autores como Touraine, Habermas e Melucci, enumerados por Alonso (2009) como os teóricos dos “Novos Movimentos Sociais” atribuem essa passagem a uma mudança mais geral, de uma sociedade propriamente pautada na contradição capital x trabalho para uma sociedade na qual o Estado passou a mediar tal contradição, abrindo o espaço para novos conflitos e novos protagonistas.

Para Habermas (2014), por exemplo, os movimentos sociais passam a funcionar como formas de resistência ao crescimento e dominação de um sistema cada vez mais padronizante e interventor da vida cotidiana, espaço de contradições que não pode ser reduzido apenas a uma contradição de classe. No mesmo sentido, Touraine (1989) aponta que a crescente integração da dominação no *locus* do Estado tende também a generalizar o conflito social entre toda a população, excedendo qualquer contradição específica, ao mesmo tempo em que o conflito capital x trabalho é crescentemente institucionalizado, deslocando seu espaço de realização da ação coletiva para as próprias instituições de mediação. Com efeito, para Melucci, ao contrário dos conflitos de classe,

As formas contemporâneas de ação coletiva são múltiplas, variáveis e atingem diversos níveis do sistema social. É necessário, por isso, antes de tudo, distinguir o campo dos conflitos e dos atores que os tornam visíveis. No passado, ocupar-se dos conflitos significava analisar a condição social de um grupo e deduzir daí as causas da ação.

manual/não-manual seguindo a ressalva de Saes, que pretende afastar-se “do problema mais particular dos ‘intelectuais’ enquanto ‘categoria social’” (Saes, 1985, p. 11). De fato, por tratarmos aqui também dos intelectuais como agentes nas lutas políticas, seguir a denominação literal de Poulantzas poderia causar confusões na exposição.

Hoje, é necessário identificar o campo dos conflitos a nível de sistema e explicar como certos grupos sociais interferem neste campo. (Melucci, 2001, p. 23)

Propõe-se, assim, que os conflitos sociais não podem ser lidos como movimentos de “atores conflituais ‘por essência’” (Melucci, 2001, p. 23), cujas relações em um determinado campo sejam idênticas às relações construídas no momento do conflito mobilizado. A heterogeneidade empírica do objeto, a própria forma como os movimentos sociais comportam em si uma pluralidade muito grande de agentes, trajetórias, discursos e símbolos, é colocada como a evidência da autonomia desse fenômeno em relação a uma condição anterior que possa ser tomada como sua unidade.

A própria definição teórica dos movimentos sociais é colocada em disputa sob essa perspectiva: não se trata apenas de um fenômeno político e reivindicatório que opõe o Estado à clássica sociedade civil, mas de uma unidade de diversas instâncias sociais, entre as quais toma destaque na explicação dos novos movimentos sociais a dimensão cultural e de construção de identidades não necessariamente ligadas a uma reivindicação política direta. Na verdade, há uma descentralização dos processos políticos na infinitude das ações e construções imediatas de cada ator envolvido, cuja combinação pode gerar uma identidade e ação coletivas; e não o contrário. A democracia como espaço no qual se dão os conflitos sociais deixa de significar, para Melucci, a disputa pelo poder de governar: passa a ser o cenário da totalidade de disputas e, de forma ainda preponderante, de outras formas de disputa, focadas não em antagonismos, mas em uma inclusão universal.

A democracia, nas sociedades complexas, pode significar somente a criação das condições que permitam aos atores sociais reconhecerem-se e serem reconhecidos por aquilo que são e o que querem ser, isto é, as possibilidades de reconhecimento e autonomia. A democracia é, neste sentido, liberdade de pertencimento, isto é, liberdade para construir espaços sociais de reconhecimento: portanto, liberdade de representação, de exprimir a identidade definida como sistemas de representação que permitem mantê-la no tempo. (Melucci, 2001, p. 137)

A substância do fenômeno é, assim, de ordem simbólico-cultural, e própria da conjuntura histórica na qual a forma “democracia” é o eixo organizador dos conflitos políticos. Trata-se de uma via metodológica na qual o eixo dos conflitos deixa de ser o terreno dos interesses (sejam eles de classe ou de qualquer tipo).

Citamos essas interpretações porque, por um lado, nos deparamos empiricamente com um fenômeno no qual os agentes de fato constroem um sentido compartilhado que não surge diretamente das distinções de classe e que, muitas vezes, sequer é exclusivo de alguma classe,

como por exemplo, a valorização da unidade familiar - não é possível dizer que essa valorização seja exclusiva da classe média, e não a encontremos com peso no seio das classes populares. Esse caráter criativo, de originalidade, parece apontar, num primeiro momento, para a autonomia do fenômeno em relação à estrutura e aos conflitos de classe, mesmo pelo seu desenrolar na forma do bolsonarismo, um movimento a princípio mais pluriclassista do que as manifestações à direita em si, como indicamos no capítulo anterior. Assim, a originalidade e autonomia relativa do universo simbólico e das relações criadas por meio das manifestações de rua e circuitos adjacentes não podem ser descartadas, mas antes, compreendidas plenamente, para então compreendermos também sua relação com a reprodução social da classe à qual pertence a maioria dos agentes mobilizados.

Por outro lado, essa aproximação teórica tem sérias limitações na medida em que leva à indeterminação dos fenômenos da ação coletiva, apontando para a sua irredutibilidade a causalidades anteriores. Vejamos duas críticas possíveis à perspectiva dos novos movimentos sociais.

A primeira permanece no terreno simbólico-cultural, mas critica a indeterminação, a ideia de “novidade” e desvinculação da ação coletiva das classes sociais. Entende as classes sociais como constructos também simbólicos e a durabilidade da ação coletiva e seus repertórios como fenômeno associado à perenidade relativa da estrutura de classes. Para Klaus Eder (2002), as variações da ação coletiva - que não correspondem diretamente aos marcadores e identidades coletivas das classes sociais - não significam que as classes não são elementos organizadores desse tipo de fenômeno. É nesse sentido que não considera o caráter dos novos movimentos sociais como uma mudança na natureza da ação coletiva, correspondente a uma nova quadra histórica e a uma abordagem teórico-metodológica inovadora. É, antes, uma expressão própria de classe: mais especificamente, do radicalismo de classe média. É o *habitus* de classe da classe média que aponta para os horizontes valorativos que privilegiam a questão da identidade em detrimento das necessidades materiais que teriam organizado os conflitos sociais relativos à contradição capital x trabalho (Eder, 2001). O que seriam as *novas formas* de ação coletiva são tratadas como uma ação retroativa de uma classe sobre as próprias condições de luta das classes em uma determinada formação social.

A ação coletiva ganha assim um aspecto ‘criativo’. Ela cria uma arena de conflitos sociais na qual são redefinidos os princípios de separação e oposição de classes de pessoas. Nosso modelo contém portanto um circuito de retroalimentação no qual a cultura funciona como a variável mediadora entre ação coletiva e classe, permitindo

uma dinâmica da estrutura de classe no curso da própria ação coletiva. (Eder, 2001, p. 8)

Algumas características dos chamados *novos* movimentos sociais, como a própria centralidade apontada por Touraine, Habermas e Melucci das demandas imateriais, a centralidade das “relações sociais consensuais” (Eder, 2001, p. 16) (no sentido de negação da violência e afirmação dos mecanismos democrático-burgueses) são tomadas por Eder como uma expressão própria da classe média e, ao mesmo tempo, reprodutoras da própria condição desta classe. Daremos conta dessas correspondências, especificamente no caso das manifestações à direita no Brasil, no próximo subitem; por enquanto, focaremos no significado metodológico dessa formulação: enquanto os teóricos dos novos movimentos sociais procuraram superar uma aproximação classista do problema, substituindo a classe pela sociedade civil e a determinação de classe pela indeterminação num espaço fluido de construção de movimentos sociais, Eder propõe que a própria novidade que inspirou tais conclusões é um fenômeno de classe e, mais do que isso, do papel de uma classe específica na construção da cena política. Isso não implica, no entanto, que qualquer movimento social com tais características seja constituído por agentes *pertencentes à classe média*. Não é a origem de classe que determina um fenômeno de classe, mas a eficácia dessa classe em construir um tecido social que ordena um sentido político em comum - através de uma “textura cultural” compartilhada pelos agentes envolvidos, não necessariamente originários de uma classe pré-estabelecida (Eder, 2002, p. 24).

Ou seja, o condicionamento de classe não pode ser substituído pelo condicionamento da cultura, pois não correspondem simplesmente ao lugar teórico de uma determinação una. É possível que a “(...) variável interveniente ‘cultura’ [tenha desenvolvido] sua própria dinâmica no interior das sociedades modernas” (Eder, 2002, p. 25), mas esse é um fenômeno que deve enriquecer a análise da relação entre classes e conflitos sociais, e não excluir categoricamente o condicionamento de classe.

De fato, as correspondências desenhadas aqui não tomam a forma de uma relação linear em que o pertencimento de classe determina uma determinada subjetividade e tal subjetividade determina um padrão ou finalidade da ação coletiva entre atores pertencentes à mesma classe. Trata-se de uma relação mais complexa, cuja formulação encontramos de forma muito bem exposta no artigo de Swidler *Culture in action: symbols and strategies* (2000) que, como Eder, encontra-se vinculado a uma perspectiva centrada nas estratégias de ação ordenadas por uma estrutura de classes pré-existente e em constante transformação por efeito da própria ação coletiva. Os valores em jogo estão inscritos transversalmente entre as classes, não sendo uma

propriedade ou característica a ser mobilizada exclusivamente por uma ou outra classe, ou um indicador válido para atribuir um caráter específico de classe a uma determinada ação (como atribuir a uma manifestação conservadora um caráter de classe média, por exemplo, e a uma manifestação progressista um caráter de classe operária ou da classe média ascendente); e o caráter de classe estaria, na verdade, no *modo* de inscrição, que se realiza nas estratégias de ação dos agentes. Assumem-se tendências coletivas (não racionalizadas individualmente, e nem explícitos coletivamente) e o que existe de pré-determinado é um *repertório*:

Pessoas não constroem linhas de ação do zero, escolhendo ações uma por uma enquanto meios eficientes para determinados fins. Na verdade, elas constroem cadeias de ação a partir de, pelo menos, algumas relações pré-fabricadas. A cultura influencia a ação através da conformação e organização dessas relações, e não determinando os fins que as inspiram. (Swidler, 2000, p. 276)

Ou seja, um conjunto de ações possíveis a partir da experiência dos agentes, relativa à sua posição social, um “*skill set*” do qual se dispõe e que condiciona as ações não ao determiná-las linearmente, mas na própria medida em que o rol de ações aprendidas como possíveis é limitado.

Sob essa perspectiva, tanto as classes (pré-existentes à ação coletiva pontual) quanto as coletividades não idênticas àquelas, construídas no próprio ato da manifestação são objetos reais e eficazes. Ainda assim, a classe é um fator anterior e, diferente de uma manifestação ou ciclo de manifestações, é *perene*. O que cabe compreender é a mediação:

Assim, uma compreensão da *lógica cultural dos espaços de ação* é a chave para analisar a textura cultural nas pesquisas sobre a ação e a mobilização coletivas. Esse elemento teórico permite analisar como e em que extensão a classe determina a ação coletiva. A proposição básica desta tese é que a ligação entre classe social e movimento político é mediada por um espaço de ação culturalmente determinado. (...) A textura cultural medeia o efeito da classe sobre a ação coletiva. Ela está incorporada às ‘formas de vida’ que constituem e reproduzem um espaço de ação. Essas formas são definidas como espaços de ação em que os símbolos são comunicados; elas são ‘universos de discurso’. (...) *A classe tem efeitos sobre a ação coletiva através de construções culturais geradas em formas históricas específicas de vida.* (Eder, 2002, pp. 30-31)

As formas de vida organizadas pela estrutura de classe têm, então, um lugar central na análise. Não se trata de uma determinação linear como interesses de classe → caráter da ação coletiva, mas sim por uma determinação refratada - e este ponto é fundamental para a metodologia que escolhemos. Enquanto Eder (2001, 2002) e Swidler (2000) descrevem o problema enquanto crítica dentro do debate teórico sobre os movimentos sociais, encontramos

o mesmo problema de maneira mais abstrata e generalizada na obra de Bourdieu (1987, 1989, 2008), tratando do problema das classes e da ação social de modo mais geral, servindo inclusive de base para o trabalho de Eder (2002).

Bourdieu é categórico em sua oposição ao esquema marxista de classes, ou à vertente “objetivista” que trata as classes como entes objetivos anteriores à prática dos agentes sociais. Ainda que não negue a existência de um condicionamento proveniente da posição social dos agentes, o foco de sua oposição está justamente na correspondência entre posição social compartilhada entre agentes e a ação conjunta, especialmente a política, a partir de seu pertencimento de classe ou, pior ainda, *em nome* de uma classe. Define as classes então de duas formas: 1) no seu sentido teórico mais tradicional, a classe enquanto agrupamento de posições sociais similares, a “classe no papel”, “classe construída” ou “classe teórica” como objetos imaginados¹¹, e 2) os grupos definidos/reconhecidos explicitamente pelos agentes, chamados de “classes concretas” ou “classes reais” (Bourdieu, 1989).

Enquanto a classe teórica existe como um artifício teórico, uma forma de agrupar agentes por suas similaridades para efeitos explicativos, a classe concreta existe enquanto agência, um grupo, senão mobilizado politicamente, ao menos nomeado e reconhecido enquanto tal pelos agentes - depende, então, de um ato de *nomeação*, processo com eficácia simbólica que passa a ordenar de fato os agentes, para uma classe, contra uma classe, a favor de uma classe, *em nome* de uma classe, etc. Esse processo não se trata, no entanto, de uma ocasionalidade, pontilhando a cena com diversas classes com definições arbitrárias a depender da decisão de um ou outro ator político: trata-se, antes, de parte da luta simbólica que constrói constantemente o espaço social, e diretamente condicionada, ainda que não determinada linearmente, pela posição social dos agentes que se lançam nessas lutas.

O que está em jogo nas lutas simbólicas é a imposição da visão legítima do mundo social e de suas divisões, ou seja, poder simbólico enquanto poder criador [*worldmaking*] (...) o poder de impor e inculcar princípios de construção da realidade, e particularmente para preservar ou transformar princípios estabelecidos de união e separação, de associação e dissociação já eficazes no mundo social como as classificações correntes de gênero, idade, etnia, região ou nação, ou seja, essencialmente, poder sobre as palavras usadas para descrever grupos ou as instituições que os representam. Poder simbólico, cuja forma por excelência é o poder de criar grupos e consagra-los ou institucionaliza-los (...) consiste no poder de fazer algo existir

¹¹ Imaginados na medida em que são criação da teoria. As criações da teoria, no entanto, não deixam de ser também objetos reais na medida em que geram efeitos na ação social. A eficácia social do simbólico e do pensado é um tema fundamental da obra de Bourdieu (cf. Bourdieu, 2013).

em estado objetivo, público ou formal quando antes existia somente de forma implícita (...) o poder performático de nomear, que quase sempre vem com o poder de representação, traz à existência institucional, i.e. enquanto uma corporação, o que antes existia apenas enquanto uma coleção de indivíduos justapostos. Aqui devemos perseguir integralmente as implicações do fato de que as lutas simbólicas entre agentes são principalmente promovidas através da mediação de profissionais de representação que, agindo enquanto porta-vozes dos grupos aos quais devem servir com sua competência específica, se confrontam em um campo relativamente autônomo, o campo político. (Bourdieu, 1987, p. 14, tradução livre)

Evidentemente, o processo de nomeação não necessariamente nomeia algo enquanto *classe* - como coloca o próprio Bourdieu - e lança-se mão de todo tipo de divisão já pré-existente. No caso de nosso objeto, a identidade explícita construída nas manifestações à direita é a dos *patriotas*, representantes legítimos do *povo* ou mesmo o *povo* em si, excluindo do privilégio de serem chamados assim aqueles que estariam envolvidos direta ou indiretamente com a corrupção do Estado e dos valores eleitos pelos manifestantes como aqueles pelos quais vale a pena lutar; ou seja, não há (sempre) a assunção de uma identidade *de classe*, mas há, sim, uma correspondência não apenas de origem de classe dos manifestantes, como também dos critérios dessa identidade com critérios de pertencimento à classe média, como apontamos no capítulo anterior.

Se trata-se de um fenômeno de classes, uma identidade não coincidente de maneira explícita com a distinção de classe, mas exclusiva e típica de uma classe, é resultado da dinâmica relativamente autônoma descrita por Bourdieu, o campo político, onde circulam os enquadramentos possíveis e as limitações produzidas pela história das disputas desse espaço.

Vimos no capítulo anterior algumas formulações que explicitamente evocam a classe média enquanto sujeito legítimo do processo democrático, e como sujeito da reação ao ciclo petista, mas essa não foi a forma dominante de reconhecimento dos próprios manifestantes. O objeto “classe” existe, em relação à dimensão da identidade construída, enquanto uma *fantasmagoria*.

Essa relação, mesmo levando em consideração a insistência de Bourdieu em afirmar as “classes concretas” como uma alternativa às teorias objetivistas, ainda assim é fundamental na mesma teoria e inspirou o desenvolvimento de seus principais conceitos, entre os quais *habitus* e *senso prático*. Se Eder (2002) se refere ao condicionamento de classe através das “formas de vida”, em Bourdieu (2008) encontramos esse condicionamento na conformação objetiva de esquemas de percepção nos indivíduos pelo ordenamento de classes, fazendo com que haja tendências relativamente coerentes de comportamento entre indivíduos em posições similares

no espaço social, ou seja, indivíduos de uma mesma “classe teórica”. Recusa-se o determinismo, evidentemente, mas tais tendências são um fator explicativo de primeira importância para compreender qualquer fenômeno social.

Os condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existência produzem *habitus*, sistemas de *disposições* duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, ou seja, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a intenção consciente de fins e o domínio expresso das operações necessárias para alcançá-los, objetivamente ‘reguladas’ e ‘regulares’ sem em nada ser o produto da obediência a algumas regras e, sendo tudo isso, coletivamente orquestrado sem ser o produto da ação organizadora de um maestro. (Bourdieu, 2013, p. 87)

A segunda crítica, que citamos anteriormente, é a marxista. Ao contrário do que Bourdieu (1989) implica acerca da teoria marxista de classes, e do que os teóricos dos novos movimentos sociais implicam sobre a determinação de classes em geral sobre a ação coletiva, o marxismo não propõe uma coincidência completa entre posição de classe e ação coletiva, e muito menos uma determinação direta das relações de exploração sobre a ação coletiva (o chamado determinismo). Galvão cita as contribuições de Poulantzas e Bensaïd como exemplos de uma abordagem marxista acerca da “multideterminação”, e não da “determinação unilateral” (Galvão, 2011, p. 109). A própria concepção clássica (de Marx a Lenin) de luta de classes abrange não apenas lutas tidas como “econômicas”, mas sim a condensação das contradições econômicas, da esfera das relações de produção, em lutas políticas que não são simples expressões econômicas deslocadas para a interpelação do Estado, mas que se organizam a partir de uma história própria de lutas e das diferentes conjunturas e oportunidades abertas aos agentes do conflito (Marx, 2011, Lefebvre, 2020).

Notemos que sob esta perspectiva, já nos distanciamos da definição simbólico-cultural de classes sociais, e passamos para a determinação destas pelas relações de produção, ainda que a estrutura de classes adquira maior complexidade do que uma simples transposição de cada posição nessas relações para uma classe específica. O debate sobre a definição da classe média e da extensão do proletariado trouxe novos e mais claros contornos sobre essa questão, colocando relações de produção e classes sociais em diferentes níveis de abstração; mas ainda assim as relações de produção permanecem sendo o determinante de última instância do fenômeno das classes (Poulantzas, 2020).

Assim, concretamente o fenômeno pode apresentar diversas determinações articuladas entre si, numa complexidade mais rica do que a consideração unilateral das relações de produção. Mas isso não significa que as relações de produção deixem de sobredeterminar os conflitos sociais e organizá-los em última instância. A relação do movimento social com o poder político, como aponta Galvão (2011), determina fundamentalmente os horizontes e limites da ação, uma vez que é o poder político o instrumento capaz de organizar objetivamente as condições de realização de uma identidade ou reivindicação, bem como o próprio espaço público.

2.2. Práticas de classe e lutas por classificação

Diferente da perspectiva de Bourdieu, que incorpora o problema do indivíduo como unidade de análise (e dá uma resposta para o equívoco de sua *autodeterminação* afirmando o efeito das estruturas na ação ao mesmo tempo em que afirma o efeito da ação na estrutura), o marxismo toma como unidade de análise, como sujeito do processo social, a classe ou as estruturas que condicionam sua ideologia e suas práticas (Pinheiro, 2006). Para tratar do condicionamento de classe sobre a ação social, olhamos para a ideologia de classe, para as relações dos indivíduos e grupos de indivíduos com a propriedade e os meios de produção, e ora para a sua ocupação, o caráter de seu trabalho e de suas relações imediatas de trabalho; compreendendo a ação como efeito não de uma individualidade que articula determinações de diferentes fontes, mas como forma concreta das múltiplas determinações definidas pelas categorias que descrevem os processos sociais pertinentes à ciência. Em um primeiro momento, essa distinção teórica parece apontar para a exclusão *a priori* da dimensão simbólica - inclusive do ato de construção do universo simbólico que permeia e condiciona os agentes - por parte da perspectiva marxista. Mas vamos precisar esse problema.

Para Burawoy (2010), uma das principais divergências entre Bourdieu e o marxismo está na leitura sobre a consciência (e seu papel na dominação e lutas sociais), ou melhor, sobre a “falsa consciência”, em que a tomada de consciência constituiria a condição da luta social - da luta de classes. Em Bourdieu (2013), a luta social tem como condição a própria ação não consciente de sua própria natureza. No tocante à luta política, antes de sua ocorrência seria necessário uma luta pela *classificação*, i.e. pelas formas de representação simbólica da realidade social, de forma que não haveria uma consciência sobre uma natureza *verdadeira* das classes, e sim uma consciência sobre uma natureza *pensada*, simbolicamente construída, sobre as classes. Nas palavras de Burawoy, “as lutas por *classificação* precedem as lutas por

hegemonia” (2010, p. 70). No entanto, isso se baseia numa falsa divergência, ao menos, de forma generalizada com o marxismo em sua heterogeneidade.

A crítica de Bourdieu, formulada em *O Poder Simbólico* (1989), é direcionada à formulação clássica da passagem de *classe em si* → *classe para si*, encontrada na *Miséria da Filosofia* (Marx, 1985). Poulantzas (2020) nega tal concepção, argumentando que mesmo na totalidade da obra de Marx as classes não aparecem como descoberta consciente dos agentes que objetiva a classe por meio da luta política. Em outras palavras, não há um estado natural da classe, anterior à consciência, e outro estado distinto, político, da classe posterior à consciência. A luta política não é necessariamente consciente, e também nem sempre é idêntica ou dedutível das classes no nível das relações de produção próprias do modo de produção dominante em uma dada formação social. Trata-se aqui de *práticas* de classe, ao invés de simplesmente *interesses* de classe ou *consciência* de classe, e enquanto práticas, são o efeito concreto das múltiplas determinações não apenas das diversas instâncias próprias do modo de produção dominante, como também das instâncias dos demais modos de produção constituintes de uma dada formação social.

(...) as análises aqui apresentadas não têm nada que ver também com o esquema hegeliano, o da *classe em si* (situação econômica de classe, determinação objetiva de classe unicamente pelo processo de produção) e o da classe *para si* (classe dotada de uma ‘consciência de classe’ própria e de uma organização política autônoma = luta das classes) (...) Isso implica por sua vez:

a) que todo lugar objetivo de classe no processo de produção se traduz *necessariamente* por *efeitos*, no que concerne a esta classe, sobre o conjunto de sua determinação estrutural, isto é, igualmente por um lugar específico desta classe nas relações políticas e ideológicas da divisão social do trabalho. (...) mesmo que ela [a classe operária] esteja fortemente contaminada pela ideologia burguesa, sua existência econômica traduz-se por *práticas político-ideológicas materiais específicas* que se manifestam sob seu ‘discurso’ burguês: é o que Lenin designava, aliás descritivamente, por *instinto de classe*. É certo que, para compreender isso, é necessário romper principalmente com toda uma concepção da ideologia como ‘sistema de ideias’ ou ‘discurso’ coerente, e concebê-la como um conjunto de práticas materiais. (Poulantzas, 1975, p. 17)

Esta passagem, retirada da introdução de *As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje* expressa bem a preocupação da qual nos ocupamos aqui: nos termos do greco-francês, a luta de classes, incluindo nela a luta das classes pelo poder político e pela dominância ideológica, não é um ato consciente, mas a própria dinâmica das *práticas* que existem enquanto efeitos da determinação estrutural mesmo antes do momento em que se adquire consciência de classe ou, nos termos

de Poulantzas, a “organização política autônoma (...), uma ideologia (...) e um partido autônomo de luta de classe”, constituindo “as condições de intervenção das classes como *forças sociais*” (Poulantzas, 1975, p. 17), isto é, um objeto distinto das classes sociais.

Apesar do conceito de *prática* em Poulantzas e Bourdieu serem conceitos fundamentalmente distintos¹², apontam para uma concepção em comum: as lutas sociais ou lutas de classe constituem-se por práticas não necessariamente conscientes por parte dos agentes, e cujo objeto é o próprio tecido ideológico que organiza a subjetividade dos agentes de forma hierárquica e homóloga entre as diversas instâncias e estratos sociais. Para Poulantzas (1975), no entanto, esse tecido é organizado por aparelhos de Estado (compreendendo tanto os aparelhos repressivos quanto os aparelhos ideológicos de Estado):

Na medida em que a determinação das classes apela para as relações políticas e ideológicas, e só existem *materializadas nos aparelhos*, uma análise das classes sociais (lutas das classes) só pode ser realizada em suas relações com os aparelhos, e principalmente com os aparelhos de Estado. As classes sociais e sua reprodução só existem pela relação classes sociais/aparelhos de Estado e aparelhos econômicos: tais aparelhos não se ‘sobrepõem’ simplesmente, como apêndices, à luta das classes, mas detêm um papel constitutivo. (Poulantzas, 1975, p. 27)

Já Bourdieu (2008) dissolve a construção desse tecido entre todas as práticas cotidianas dos agentes. Ainda assim, na obra do francês, tanto o Estado quanto outras instâncias legitimadoras (de consagração) de menor amplitude, são instrumentos fundamentais das lutas por classificação, sendo o próprio Estado o instrumento central e onipresente de classificação e ordenamento da hierarquia simbólica do espaço social: “O Estado (...) deve ser pensado como produtor de princípios de classificação, isto é, de estruturas estruturantes capazes de serem aplicadas a todas as coisas do mundo, e em especial às coisas sociais” (Bourdieu, 2015, p. 227).

Assim, os aparelhos de Estado não ocupam o mesmo lugar teórico nos trabalhos de Poulantzas e Bourdieu. Enquanto para Poulantzas (1975) os aparelhos de Estado (repressivos e ideológicos) são instrumentos das lutas de classe e, em sua forma, funcionais à dominação da classe dominante que é a classe burguesa no caso do modo de produção capitalista; para Bourdieu (2015) trata-se de uma construção simbólica que atua na estruturação do espaço social hierarquizado, mas que não serve *a priori* a nenhuma classe, senão enquanto

¹² Enquanto para Poulantzas (1975) as práticas são efeitos da determinação estrutural (nos níveis ideológico, político e econômico da divisão social do trabalho) das classes, correspondendo em última instância às contradições dos modos de produção; para Bourdieu (2008) são expressões fenomênicas cujo sentido metodológico encontra-se na articulação e diferenciação entre sentido subjetivo dos agentes e determinação objetiva da ação social.

cristalização das lutas da classe dominante que controla os termos de valorização e conversão dos capitais. Ainda que Poulantzas trate os aparelhos de Estado como formas *condensadas* das relações de classe¹³, não pressupõe o mesmo construtivismo presente no tratamento de Bourdieu, no qual as lutas por classificação e as lutas pelo poder político são um mesmo movimento, independentemente da mobilização ser uma mobilização de classe, algum grupo de indivíduos ou mesmo um indivíduo, a depender do objeto de análise.

Reconhecemos, no entanto, que as lutas por classificação são uma prática relevante para a aproximação de nosso objeto. *E é na luta política pela constituição de uma força social capaz de disputar o poder político, os aparelhos de Estado, que situamos aqui as lutas por classificação também enquanto objeto teórico.*

2.3. A classe entra em cena

Vamos retornar rapidamente à tese de Eder (2001, 2002) sobre os movimentos sociais. Em seu tratamento acerca do “radicalismo de classe média”, considera que os chamados novos movimentos sociais são, ao invés de uma expressão de uma indeterminação de classe, um efeito do protagonismo da classe média, alterando as possibilidades do fazer político e inaugurando suas formas típicas de mobilização como as formas hegemônicas de mobilização popular. Como efeito do seu *habitus* de classe (Eder, 2002, p. 244), os novos movimentos sociais são marcados pela descentralização das reivindicações, retirando do centro da cena o Estado e as demandas redistributivas ou o caráter classista do poder político. Mais exatamente,

(...) proponho olhar para o espaço cultural no qual esses grupos de pessoas se entendem. Nossa análise histórica mostrou que a história das classes médias e sua posição socioestrutural entre a classe operária e a classe capitalista dentro da velha relação de classe deixaram o problema da *identidade* como uma preocupação central para as classes médias. As classes médias vivem com uma noção tradicional da boa vida, com as relações sociais consensuais cumprindo um papel proeminente. Portanto, complementamos a ideia de uma estrutura de oportunidade social com a ideia de uma ‘estrutura de oportunidade cultural’ específica. A definição de um novo campo de conflitos, centrado nos meios sociais de realização de identidade, nos permite reunir os ‘novos movimentos sociais’ e a ‘nova classe média’. (Eder, 2001, p. 16)

¹³ Nos referimos aqui especificamente ao texto *As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje*, tendo em vista as transformações do conceito de Estado ao longo da vida de Poulantzas. Nos concentramos nesse livro porque é a fonte que tomamos do tratamento poulantziano da nova pequena burguesia, pretendendo não exceder a unidade da lógica tecida no livro para uma pretensa teoria mais “completa” da nova pequena burguesia ou do Estado em sua obra.

Essa problemática se situa precisamente na suposição bourdieusiana de que o eixo das lutas políticas é a classificação:

O que dá às classes médias o *status* de uma classe potencial não é a sua história, que as liga a um conflito de classe antigo, mas sua inserção direta numa relação social antagonica que é definida pelo controle sobre os meios de criação de uma identidade, de um estilo de vida identitário. Esse conflito tem um caráter de classe porque não há nenhuma outra solução para esse antagonismo que não seja por mudanças estruturais na distribuição de poder. Como a identidade é um bem indivisível, o conflito sobre a identidade não pode ser submetido a resolução judicial; o conflito está estruturalmente inscrito no problema e nos grupos nele envolvidos. (Eder, 2001, p. 17)

Ou seja, as lutas da classe média seriam caracterizadas, factualmente pela ascensão dos chamados novos movimentos sociais - e vale notar, que Eder refere-se especificamente aos movimentos sociais nos países centrais do capitalismo entre os anos 60 e 80 -, por um deslocamento do problema “tradicional” envolvendo a redistribuição e o poder político, como expressão de sua determinação de classe intermediária, numa quadra histórica na qual a contradição capital x trabalho encontrava-se mediada e “atenuada”, corroendo as possibilidades de ação política da classe operária e abrindo espaço para novos repertórios de mobilização.

O *habitus* da nova classe média é determinado por sua situação intermediária entre as classes mais altas e as mais baixas. O *habitus* do novo pequeno-burguês é objetivamente determinado pela defesa da individualização, imposta a ele pelo sistema de status. Nessa defesa, o dilema do pequeno-burguês é reproduzido: ele defende um ‘mundo-da-vida’ que é ao mesmo tempo tradicional e moderno, identificando-se tanto com os governantes quanto com os governados. (...) A tensão entre o universalismo e o particularismo, determinada por sua posição objetiva, pode ser resolvida apelando para um mundo-da-vida que é menos do que um discurso moral e mais do que economia moral: uma forma de vida resultante da individualização objetiva e que se refere a uma ideia individualista de felicidade. (...) A moralidade torna-se o tema do protesto coletivo. A moralização do mundo visa realizar um postulado moral padrão. A diferença entre ideal moral e realidade social torna-se a força motivadora do protesto coletivo que caracteriza as cruzadas morais. (Eder, 2002, pp. 244-245)

Mesmo quando o “radicalismo de classe média” se manifesta em relação ao poder político e ao sistema produtivo, foca, para Eder, num enquadramento ideal de afirmação de uma aceção moral do “mundo-da-vida” contra a normatização do Estado:

Uma segunda forma de protesto pequeno-burguês tem origem nos problemas conectados com a crise do Estado de bem-estar, com a frustração e a desilusão em relação ao sistema de partidos e com a burocratização. (...) se baseia em assuntos

políticos que não foram cuidados pela cultura política dominante. (...) Isso se reflete, particularmente, no tratamento de problemas ecológicos, que oscilam entre o romantismo rústico, a política de energia alternativa e uma nova política de crescimento. (...)

Uma terceira forma de protesto da pequena burguesia resulta dos problemas conectados com a crise na sociedade industrial e sua ‘lógica orientada para a produção’. Os novos problemas são as formas de produção social que são mais orientadas para o mundo-da-vida... (Eder, 2002, p. 247)

Citamos extensamente estas passagens porque, apesar de tratar majoritariamente de movimentos situados no espectro político da esquerda no contexto dos países centrais do capitalismo, a relação que guarda com um *habitus* de classe média, tal como tratado pelo autor, é muito similar com a que encontramos no estudo das manifestações à direita, que com efeito, trata-se de um outro fenômeno de classe, muito distinto daquele abordado por Eder. Não relativo apenas às características da “forma de vida” que implicam determinadas concepções de mundo da classe média, mas à trajetória e condição da classe média na luta política:

Certamente, existem menos movimentos de direita do que de esquerda, ainda que haja mobilizações contra governos de esquerda. Exemplos de mobilizações de direita, nesse sentido, são mais comumente encontrados onde governos reformistas no Sul Global enfrentaram a oposição de oponentes da classe média, hostis às políticas de redistribuição em favor dos pobres ou da classe trabalhadora. (Davidson, 2013, p. 284, tradução livre)

Essa posição seria resultado de uma nova quadra histórica, marcada pela vigência do neoliberalismo:

O papel da classe média é crucial aqui. Wacquant traçou a transformação geral da atitude que acompanhou a imposição do neoliberalismo, onde suas frustrações podem ser direcionadas contra o Estado, por um lado, e contra os pobres ‘indignos’, por outro - ambos considerados parasitas. (Davidson, 2013, p; 285, tradução livre)

Ou seja, o objeto primordial dessas mobilizações, com base na classe média, é o próprio Estado e o problema da distribuição de renda, aparentemente retornando ao problema que se acreditava ultrapassado com a emergência dos chamados novos movimentos sociais. No entanto, esses mesmos movimentos são atravessados pela criação de identidades, reafirmação de determinados estilos de vida em detrimento de outros, e a valoração moral dos mesmos. *Factualmente, uma disputa que toma como problema central o poder político também se desenvolve, indissociavelmente, por meio de uma disputa por identidade.*

Para acessar esses dois aspectos do fenômeno, precisamos conjugar aqui a) as determinações de classe no sentido de sua reprodução social e b) a trajetória de classe, no sentido de sua relação conjuntural com as demais classes e instrumentos de reprodução.

2.4. Classe média em movimento

A classe média aparece sempre como um objeto muito heterogêneo. Existem inúmeras abordagens teóricas distintas acerca desse problema, tanto entre as principais vertentes teóricas da sociologia quanto dentro delas. A designação de *média* dada a uma classe varia entre o apontamento de uma classe não integrada completamente ao modo de produção capitalista, portanto não situada em nenhum dos dois extremos antagônicos das relações de produção; e o apontamento de uma classe integrada ao modo de produção capitalista dentro de uma estrutura social em que são vigentes inúmeros critérios de diferenciação, sendo possível estabelecer variações contínuas em que algumas posições estariam no meio do caminho. Em qualquer uma dessas abordagens típicas, a camada social designada como classe média abarca uma grande quantidade de determinações sobre os agentes e, portanto, uma grande heterogeneidade de posições em seu interior.

Mesmo na crise política que envolve a queda do governo de Dilma Rousseff e os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, podemos identificar divisões entre as diversas camadas da classe média (Arias & Cavalcante, 2019; Cardoso, 2020), demonstrando notáveis divergências de interesses ou, ao menos, a relação de distintas camadas sociais com o espaço e discurso políticos. No entanto, trata-se de uma categoria necessária para apontar uma determinada unidade fenomênica ou, nos termos de Saes, uma “noção prática” (Saes, 1977), que aparece também como categoria presente no próprio discurso e percepção dos agentes.

Enquanto podemos abordar essas posições por suas especificidades, desmembrando a análise sobre diversas ocupações ou expressões político-ideológicas, torna-se necessário falar em uma “classe média” a partir do momento em que o próprio discurso social mobiliza tal categoria e organiza lutas no esforço de regular as formas e limites daquilo que é classificado dessa maneira. Para Wacquant (1991), a classe média é resultado de lutas simbólicas pela criação de uma identidade “do meio” (1991, p. 55) que, por um lado, permitiria a ascensão social de determinados agentes despossuídos das mesmas condições da classe dominante e, por outro, ocultaria o caráter antagônico das lutas travadas entre a massa de trabalhadores pauperizados e a classe dominante proprietária. Mas se por um lado há uma funcionalidade do objeto socialmente concebido “classe média” na reprodução de uma estrutura social desigual e

dominada por uma determinada classe, por outro trata-se de uma posição altamente instável e dependente do conteúdo e história das lutas sociais pela posição *intermediária* no espaço social; o que também diz respeito à forma como devemos tratar este objeto teoricamente:

Porque ‘é nessas zonas intermediárias do espaço social que a indeterminação e a confusão da relação entre práticas e posições é maior, e em que o espaço aberto para estratégias simbólicas destinadas a alterar essa relação é maior’, a classe média é necessariamente uma entidade mal definida. Isso não reflete uma falta de penetração teórica, mas sim o caráter da realidade. Teorias da classe média deveriam conscientemente tentar capturar essa ambiguidade essencial de seu objeto, ao invés de tentar superá-la: a indeterminação, embaraço, e conflito que existe e em parte a define não deveriam ser destruídos, e sim preservados nos modelos sociológicos dessa realidade. (Wacquant, 1991, p. 57, tradução livre)

Wacquant baseia-se - além de uma extensa revisão dos trabalhos sociológicos acerca dessa camada social - na teoria de Pierre Bourdieu, com a perspectiva de uma fabricação permanente das classes através das lutas simbólicas de classificação e julgamento social. Sob essa perspectiva, o trunfo dos agentes de classe média¹⁴ na cena das lutas simbólicas é o capital cultural, que permite a mobilidade social sem depender exclusivamente de sua relação com a propriedade (tal qual são definidos tradicionalmente a burguesia e o proletariado como respectivamente possuidores e despossuídos). Assim, a distribuição desse capital permite a mobilidade de uma massa de agentes em posições intermediárias em um espaço social altamente hierarquizado, ao passarem por instituições de consagração como a instituição escolar, instituições de ensino superior, etc. (Bourdieu, 2008). A posse de capital cultural não é, ainda assim, desvinculada processualmente da posse de capital econômico. Apesar da inovação teórica de Bourdieu tratar-se precisamente de uma defesa da autonomia relativa de espaços sociais com regras próprias estabelecidas por lutas simbólicas, seu desenvolvimento teórico não busca negar as determinações da economia econômica sobre a economia simbólica. A reprodução das posições sociais depende em grande medida da mobilização do capital econômico para sustentar os marcadores sociais eficazes na classificação, em especial o estilo de vida e o acesso a espaços legítimos de consagração simbólica. Além disso, o próprio Wacquant chama atenção para o fato de que “(...) não é possível criar qualquer grupo aleatoriamente: lutas simbólicas têm uma base objetiva, e sua eficácia depende de ativar

¹⁴ Em *A Distinção* (2008), livro de Bourdieu que usamos como base neste ponto do texto, o autor chama o estrato que chamamos aqui de classe média de “nova pequena-burguesia”, “pequena-burguesia tradicional” e as variantes da primeira, “pequena-burguesia de execução” e “pequena-burguesia em declínio”, a depender da aproximação por ocupações ou por trajetória no espaço social.

diferenças reais, materiais” (Wacquant, 1991, p. 57), dentre as quais, e não exclusivamente, a distribuição de bens materiais e acesso material a determinados estilos de vida.

É importante notar que a classe média para Bourdieu (2008) não é definida pela ocupação dos agentes, nem por sua renda, mas por sua posição relativa às posições *dominantes*. Um agente dominante e consagrado no campo literário, por exemplo, situa-se na classe dominante, ainda que em sua fração *dominada* (Bourdieu, 2013b), enquanto um agente no mesmo campo, com um menor acúmulo de capital simbólico, ocuparia uma posição intermediária ou marginal. O que varia aqui é o acúmulo de capital simbólico, e não uma relação estrutural vinculada *a priori* à exploração ou ao poder político, tal como no caso do esquema de classes de Poulantzas, ao qual retornaremos mais a frente; relação inferida por Bourdieu ao identificar uma homologia de posições entre a distribuição dos capitais econômico e cultural. Assim, a classe média seria caracterizada por uma certa relação com a cultura legítima, dado que seu baixo acúmulo de capital econômico (em relação à burguesia da grande propriedade) não permite que sua reprodução social seja totalmente baseada na propriedade, encontrando espaço para suas estratégias de reprodução na performance de um estilo de vida que possa ser confundido com aquele legítimo, apropriado pela classe dominante. Mais especificamente, uma relação de possível ascensão ou desclassificação, uma posição potencialmente pendular que gera diversas tendências nas estratégias de reprodução e comportamento dos agentes pertencentes a esta classe:

As disposições que se manifestam na relação com a cultura, tais como a preocupação com a conformidade que determina uma busca ansiosa das autoridades e dos modelos de conduta, além da inclinação para a escolha dos produtos seguros e certificados (como por exemplo, os clássicos e os prêmios literários), ou na relação com a língua, através da tendência para a hipercorreção, espécie de rigorismo que leva ao exagero com medo de não prestar suficiente atenção e a perseguir, em si e nos outros, as incorreções da linguagem (...) não são diferentes daquelas que se manifestam na relação com a moral, através da sede quase insaciável relativa a técnicas ou regras de conduta que leva a submeter toda a existência a uma disciplina rigorosa e a se governar, em todas as coisas, por princípios e preceitos, ou na relação com a política, através do conformismo respeitoso ou do reformismo prudente (...) ou seja, ascetismo, rigorismo, juridismo, propensão ao acúmulo sob todas as suas formas (Bourdieu, 2008, pp. 310-311)

Em resumo, enquanto o *habitus* burguês, ou da classe dominante, é caracterizado pela *naturalidade*, o *habitus* pequeno-burguês, ou de classe média, é aquele caracterizado pelo *ascetismo*, tentativa de performar um *habitus* que não é seu, mas da posição social que pretende

atingir ou manter, no caso das frações ascendentes. O grau de tal condicionamento depende do nível de preponderância do capital cultural dentro da composição do capital global de um agente ou grupo de agentes dentro da classe média.

A pendularidade descrita por Bourdieu a partir do capital cultural está longe de uma aceção completa da classe média, e é vinculada ao intento de seu trabalho em *A Distinção*. Mas pressupõe uma concepção em comum com outros autores, nomeadamente, a de que a classe média situa-se entre uma classe dominante que reproduz sua posição social de forma mais ou menos estável sobre a propriedade e uma classe dominada, despossuída; ao mesmo tempo em que essa posição intermediária é marcada pela instabilidade, pela constante tentativa de ascensão e constante medo da demissão. A preponderância do capital cultural na reprodução dessa posição intermediária também não pode ser pressuposta para qualquer objeto mesmo se aceitamos a leitura de Bourdieu, dada a especificidade dessa conclusão na sociedade francesa: para pensar nas lutas sociais a partir de Bourdieu, é necessário identificar quais são as formas preponderantes de reprodução social das classes em uma dada formação social.

Poulantzas (1975) vai além do encontro contingente de volumes de capitais no ordenamento de uma estrutura de classes. Enquanto a crítica de Bourdieu (1989) à concepção marxista de classes tem como objeto uma suposta transferência mecânica de interesses de classe concebidos teoricamente para o mundo das práticas políticas e existência factual de identidades coletivas, Poulantzas defende precisamente que a existência das classes deve ser constatada ao mesmo tempo nas instâncias econômica (posição nas relações de produção, ao nível do conceito de modo de produção), ideológica e política. Assim, há uma vinculação ao fenômeno mais geral do desenvolvimento do modo de produção capitalista. No caso da classe média ou, nos termos de Poulantzas, da nova pequena-burguesia, as determinações econômicas de classe são identificadas como

(...) trabalhadores assalariados que, não pertencendo à classe operária, são também explorados pelo capital, seja porque vendem sua força de trabalho, seja pela posição dominante do capital nos termos da troca (serviços). Trata-se de uma determinação decorrente, principalmente, das relações econômicas (trabalho não-produtivo). Mas essa situação econômica comum não é claramente suficiente para nos fazer considerar esses diversos conjuntos como pertencendo a uma mesma classe, a nova pequena-burguesia. É preciso nos referirmos igualmente ao seu lugar nas relações políticas e ideológicas da divisão social do trabalho, lugar que revelará de fato a extensão das determinações comuns desses conjuntos. (Poulantzas, 1975, p. 272)

A divisão social do trabalho ocupa, dessa perspectiva, um papel fundamental: aponta os fundamentos político-ideológicos que diferenciam a nova pequena-burguesia da classe operária e o seu nexos estável com as relações de produção. Segue:

Direi, com efeito, *que a divisão trabalho intelectual/trabalho manual marca o conjunto da nova pequena-burguesia que se situa nessa divisão (...)* Essa nova pequena-burguesia, produto da própria reprodução ampliada do capitalismo monopolista, está situada em relação à divisão ampliada trabalho intelectual/trabalho manual que caracteriza o modo de produção capitalista. Isso significa que está situada de forma muito particular na reprodução das relações político-ideológicas capitalistas. (Poulantzas, 1975, p. 273).

Essa divisão não é uma divisão técnica do trabalho, que pode ser atribuída a tal ou qual ofício *a priori* na análise, mas antes, uma distinção produzida através de “(...) toda uma série de rituais, de habilidades, de elementos ‘*culturais*’ (...) Se esses símbolos ideológicos só têm então pouco a ver com uma diferenciação real na ordem dos elementos de ciência, eles legitimam essa distinção *como se ela se baseasse sobre si mesma*” (Poulantzas, 1975, p. 280). Ou seja, não se trata de uma transposição mecânica de uma posição “econômica” para o nível das práticas de classe, mas dos efeitos da organização do trabalho nas relações de produção na gênese das determinações ideológicas e políticas de classe. Há uma diferenciação de ordem ideológica que deve ser, assim, *construída* através das lutas, e perpetradas através dos aparelhos em jogo, sejam eles os aparelhos produtivos em seus efeitos, sejam eles os aparelhos ideológicos.

Tanto para Poulantzas (1975) quanto para Bourdieu (2008, 2014), a escola figura como uma das principais instituições a organizar eficazmente essa diferenciação. Para o primeiro, a escola é responsável por ocultar a posição da nova pequena-burguesia como uma classe privilegiada em uma estrutura desigual e estável e gerar a aparência de uma mobilidade social universalmente acessível, mediada apenas pela capacidade dos envolvidos em desenvolver suas faculdades intelectuais, ao mesmo tempo em que constrói o estatuto da superioridade da atividade intelectual sobre a atividade manual. “O papel principal da escola capitalista não é ‘qualificar’ *diferentemente* o trabalho manual e o trabalho intelectual, é, bem mais, desqualificar o trabalho manual (sujeitá-lo) *qualificando apenas* o trabalho intelectual” (Poulantzas, 1975, p. 289).

Para o segundo, a escola funciona como um instrumento de reprodução da posição social daquelas classes com maior acúmulo de capital cultural e, junto do ensino superior, constitui o sistema de consagração social de determinadas habilidades e conhecimentos

atrelados à ocupação dos agentes de classe média e à sua distinção social e diferenciação em relação às classes subalternas.

Ou seja, trata-se de um *instrumento* da reprodução social das classes privilegiadas pela hierarquia do trabalho não-manual sobre o manual. De fato, Saes (2005) encontra na escola um grande objeto das lutas empreendidas pelas classes médias nascentes. O estabelecimento do acesso universal à educação básica foi condição histórica para justificar ideologicamente a posição privilegiada daqueles agentes com pequena ou nenhuma propriedade, mas com uma posição individual ou familiar vinculada ao trabalho não-manual, transfigurando processos reais em uma escala de méritos (Saes, 2007) autorreferenciada e generalizada enquanto ideologia pelo próprio aparelho escolar.

Ao mesmo tempo em que tende a preservar sua posição diferencial em relação às classes subalternas, a própria maneira de reprodução dessa posição é a construção permanente de uma hierarquia simbólica que permite que a classe média apareça como um conjunto de indivíduos em posições privilegiadas por efeito de seu mérito em um espaço social fluido, onde a mobilidade é permitida a todos. Tal dependência simbólica situa a classe média em uma perfeita corda bamba: basta uma alteração significativa dos esquemas simbólicos generalizados entre os agentes em uma formação social para que percam ou tenham sua posição social ameaçada. É o caso do exemplo clássico utilizado por Bourdieu (2008) acerca da democratização do ensino superior, forçando aqueles que antes possuíam diplomas valorizados a procurar em titulações ainda superiores ou na criação de novas competências a manutenção de sua distinção social. É também o caso dos estudos acerca da demissão ou *desclassificação* social que relacionam a trajetória declinante da classe com o comportamento conservador e adesão ao espectro político da direita (Peugny, 2006, Estanque, 2015, Hochschild, 2016).

Essa relação com a instituição escolar se traduz em termos ideológicos, para Poulantzas, não apenas na naturalização das relações hierárquicas do trabalho e suas representações, mas também em crença na “meritocracia”: “Temerosa de cair na proletarização, seduzida por ascender à burguesia, a nova pequena-burguesia aspira (...) pela passagem ‘individual’, rumo ao alto, dos ‘melhores’ e dos ‘mais capazes’” (Poulantzas, 1975, p. 318). Essa é a base da concepção de justiça social da classe média, como se a retribuição social do trabalho fosse vinculada à capacidade, esforço e mérito vinculados ao universo do trabalho não-manual, valorizado pela instituição escolar e pela hierarquia do trabalho. Essas estruturas, por sua vez, são vistas como estruturas neutras, juízes desinteressados da mobilidade social, e elemento pacificador das desigualdades sociais.

Tal crença de neutralidade está fundada naquilo que Poulantzas trata como “fetichismo do poder”, seguindo Lenin, como relação entre a classe média e o Estado:

Em virtude da situação dessa pequena-burguesia como classe *intermediária*, polarizada entre a burguesia e a classe operária, em virtude também do isolamento de seus agentes (individualismo pequeno-burguês), ela tem uma forte tendência em considerar o Estado como uma força neutra em si, cujo papel seria operar uma *arbitragem* entre as classes sociais presentes. (Poulantzas, 1975, p. 319)

Determinação que não é gratuita, mas relativa ao fato de que

(...) o próprio aparelho de Estado, consagrando a divisão trabalho intelectual/trabalho manual, esteja situado ao lado do trabalho intelectual; o fato de a organização estatal apresentar a consagração da hierarquia e a autoridade burocratizada à qual está submetida uma grande parte dos agentes pequeno-burgueses; enfim, o papel dos aparelhos de Estado na distribuição-qualificação dos agentes pequeno-burgueses.

Esses fatos determinam com frequência uma atitude complexa de *identificação* da pequena-burguesia com um Estado que ela considera como sendo de direito *seu* Estado e *seu* representante e organizador político legítimo. (Poulantzas, 1975, p. 320)

Assim, as lutas em torno do Estado, para essa classe, estariam sempre situadas numa luta pela sua autonomização, independência de interesses particulares, sua *democratização* ao mesmo tempo que sua *racionalização* administrativa. Como veremos mais à frente, a articulação destes dois últimos elementos é central nas manifestações à direita que estudamos na medida em que se clama por uma democratização do Estado, mas não qualquer democratização: a democratização na qual o sujeito é um povo *competente* politicamente, em oposição a um povo *cliente* de políticas assistencialistas.

Capítulo 3. Reprodução social e trajetória de classe

Olhamos, até agora, para aspectos ideológicos vinculados à classe média. Mas afinal, a questão aqui é porque esses aspectos ideológicos se encontram articulados no momento das manifestações à direita com determinados elementos conjunturais, e através da tática específica da ocupação das ruas. Não é a todo momento que a ideologia de classe média se manifesta como uma ideologia reacionária, à direita, e nem é por toda a extensão das fileiras da classe média que essa ideologia aparece de maneira unívoca enquanto comportamento político. Do ponto de vista da vigência da ideologia meritocrática, sua manifestação é possível *virtualmente* em diversas direções, inclusive no sentido possível de saudar as políticas assistencialistas de forma a - tal como a universalidade da educação básica - nivelar as condições a partir das quais os indivíduos são jogados numa ordem social competitiva onde se atesta o mérito individual através da ascensão social. No entanto, a ideia de meritocracia se manifesta, entre os agentes que analisamos, de outra maneira. Ainda, poderia se manifestar de maneira “laica” como a hierarquia dos indivíduos em escala de renda ou de prestígio a partir de sua inserção na divisão social do trabalho, mas manifesta-se inseparavelmente de uma escala que envolve também a devoção familiar e adesão aos demais valores que constroem o universo discursivo das manifestações e circuitos adjacentes.

Neste capítulo e no próximo capítulo, nos dedicamos a analisar os efeitos ideológicos de classe não a partir de implicações lógicas do conteúdo da ideologia de classe, mas a partir de sua articulação frente à configuração do espaço social dentro do qual os agentes sociais agem para manter suas posições relativas ou ascender socialmente, a depender da trajetória recente da classe ou fração de classe à qual pertencem.

3.1. Modalidades da meritocracia

Inicialmente, é necessário esclarecer uma distinção própria da ideologia meritocrática enquanto ideologia da classe média. Como aponta Cavalcante (2018), a ideia de “mérito” sustentada por essa ideologia não é um mérito genérico associado a qualquer tipo de esforço. Sua especificidade está associada à apropriação específica de classe da ideologia de valorização do trabalho enquanto valorização do trabalho não-manual, em detrimento do trabalho manual, uma distinção que já abordamos no capítulo anterior. Assim, o mérito não seria alcançado apenas a partir do esforço e trabalho duro em uma fábrica, construção ou no trabalho doméstico, por exemplo, e sim na diligência e esforço relacionado especificamente a uma posição superior

dentro da hierarquia do trabalho, associada ao trabalho não-manual, em suas modalidades históricas, no caso, associada àquelas ocupações de gestão, concepção e próprias da *intelligentsia* como a docência universitária, o jurismo, etc.

Enquanto o próprio exercício desse tipo de ocupação já contém em si um elemento de *competência e competitividade*, uma vez que os filtros dos vestibulares e concursos funcionam como instâncias de consagração da capacidade individual em superar concorrentes e demonstrar competências necessárias para esses postos de trabalho vinculados ao *interesse geral*; Cavalcante (2018) chama a atenção para a emergência do mercado, enquanto um *locus* social específico caracterizado idealmente pela *concorrência*, na normatização da escala de méritos.

(...) o discurso recente de combate à corrupção desloca o espaço privilegiado de vigência da lógica meritocrática do Estado para o mercado. De certo modo, isso poderia parecer contraditório na medida em que os principais protagonistas desse combate são membros da burocracia de Estado. Mas a fonte do desvirtuamento da competição não é identificada no componente propriamente burocrático, que é regido pelos princípios de recrutamento meritocrático e pela observância das normas na aplicação de suas tarefas, mas no corpo político do Estado que é regido pelo método de recrutamento imposto pelo sufrágio universal. Este aspecto permite que a classe média se torne a base social dos movimentos anticorrupção e defenda os agentes ‘imparciais’ do poder Judiciário, ao mesmo tempo que desconfia do caráter ‘populista’ das intenções dos agentes políticos. Não é à toa que o fenômeno mais relevante da conjuntura atual é o apoio a figuras supostamente ‘apolíticas’, apresentadas como técnicas e dotadas de perfil gerencial. (Cavalcante, 2018, p. 118)

Como vimos no primeiro capítulo, há de fato um antagonismo construído entre os corpos sufragados do Estado (a presidência, as casas legislativas, enfim, cargos eletivos) e os corpos jurídico e repressivo (compostos por quadros concursados, expressões do mérito intelectual e da racionalidade incorporada pelo Estado independentemente das *vacilações* das massas). O mérito é aqui mobilizado para organizar uma lógica de valorização de personagens, grupos e instituições a partir de uma demanda de colonização de todo o corpo do Estado por princípios associados à competitividade onde se coloca à prova tal mérito.

Cabe observar uma contradição curiosa, porém explicativa, das manifestações à direita. Durante a vigência do mandato da ex-presidente Dilma Rousseff, o antagonismo entre a dimensão do sufrágio e a dimensão jurídico-repressiva foi um dos principais nexos de protesto, buscando sobrepor ao poder eleito por meio do voto o poder da dura *racionalidade* estatal representada pelos juízes e promotores (e, secundariamente, gerais e policiais), o que deu

sentido à pauta do *impeachment* e permitiu a *pax* de que gozou o governo Temer, ao menos em relação aos grupos mobilizados nas manifestações à direita.

No entanto, esse impulso logo se converteu em uma empreitada também eleitoral na medida em que a figura de Bolsonaro surgiu em 2018 como um aparente representante dessa mesma racionalidade de Estado, enquanto um representante eleitoral das forças armadas. No momento de sua derrota eleitoral em 2022, o discurso dos manifestantes bolsonaristas demonstrou uma notável fusão entre oposição e defesa da democracia popular: os clamores pela intervenção das Forças Armadas contra a posse de Lula eram baseados numa concepção de que as eleições não eram uma instituição confiável (agora também materializada no TSE e STF), e as verdadeiras representantes da vontade popular seriam as Forças Armadas.

Essa contradição é apenas aparente: na verdade, esses deslocamentos lógicos são uma expressão coerente da ideologia meritocrática própria da classe média e de suas particularidades históricas como as apontadas por Cavalcante. Mesmo que durante o governo Bolsonaro as instituições jurídicas tenham perdido seu prestígio entre os manifestantes enquanto personagens públicos, podemos identificar significativas continuidades:

- a) O protagonista das aspirações dos manifestantes continuou sendo incorporado pelo aparato repressivo do Estado, numa crença de que a racionalidade emana dos corpos não sufragados e é superior a uma “vontade democrática” expressa através da instituição eleitoral.
- b) O STF e o TSE só foram relegados ao papel de vilões na medida em que apareceram coadunados de alguma maneira com os inimigos tradicionais dos manifestantes: através da inocência de Lula, a defesa intransigente da instituição eleitoral contra o discurso da “fraude nas urnas” de Bolsonaro e a atuação do STF em favor das medidas restritivas da pandemia. Aqui, ao invés de uma mudança radical de direção, parece mais ser o caso de uma reordenação da forma pública como aparecem os agentes vinculados a cada um dos corpos de Estado de acordo com o discurso vigente nas manifestações e circuitos adjacentes, precisamente por conta do próximo ponto.
- c) A figura de Lula continuou a ser tratada como vilanesca por sua condenação durante a Operação Lava-Jato, mantendo o papel de fundo do corpo jurídico na legitimação da ordem moral proposta pelos manifestantes. Figuras como Sérgio Moro podem ser individualmente rejeitadas após sua cisão com o bolsonarismo, mas não a instituição mais geral que representou.

Apesar da figura de Bolsonaro parecer, a princípio, um contrassenso em relação a uma ideologia meritocrática que privilegia o trabalho não-manual e competências positivamente

atestadas pelas instituições, e ser uma figura essencialmente forjada dentro da instituição eleitoral, a estética que assume relacionada ao seu passado nas Forças Armadas e em defesa da repressão e privatização como forma primordial de lidar com os problemas morais identificados pelos manifestantes permite que seja identificado com a racionalidade de Estado e de mercado que é, em última instância, a fiadora dos princípios de classificação que norteiam a escala de méritos. Assim, não há um *locus* a priori em que se situe a imparcialidade figurada pela ideologia meritocrática, mas uma determinação tendencial, por um lado, e o comportamento dos personagens associados a esses *locus* no curso dos acontecimentos políticos eficazes para o direcionamento das manifestações, por outro.

Outro aspecto que se manteve contínuo na expressão da ideologia meritocrática foi a rejeição às políticas de assistência social e à corrupção, especificamente petistas (não houve uma oposição, por exemplo, ao Auxílio Brasil no final do mandato de Bolsonaro, ou reação aos escândalos de corrupção dos governos Temer e Bolsonaro), e ao que poderia ser chamado de “função social” do Estado, compreendido nas manifestações como a própria corrupção do Estado para fins particulares e clientelistas, corruptores não apenas dos pretensos fins do Estado quanto da ordem competitiva que deveria imperar no país. Essa aproximação do problema da corrupção apenas se complexificou conforme o panteão de inimigos das manifestações à direita se consolidou para além dos agentes políticos vinculados ao Estado, e os heróis, para além de Moro, se multiplicaram na figura dos pais de família e esposas diligentes.

Desde o início das manifestações, a pauta anticorrupção foi, antes de tudo, um problema *moral*. Não um cálculo orçamentário dos impactos de desvios de dinheiro, mas uma percepção de que as ações dos governos petistas, incluindo os escândalos de corrupção, representavam uma infração dos valores atrelados à meritocracia, entre os definidores da posição de classe, do estilo de vida e da justificação ideológica da posição da classe média brasileira. Como tal, desde o início, também esteve atrelada, como procuramos mostrar no primeiro capítulo, a uma série de outros valores, em especial vinculados à instituição familiar.

De fato, a família figura como uma unidade fundamental da cosmovisão vigente entre os manifestantes. Ela seria a unidade básica da realização moral dos indivíduos, e também a unidade de articulação entre os discursos conservador e liberal, duas tendências que notadamente se uniram nas manifestações à direita e circuitos adjacentes, algo especialmente notável entre os ideólogos do movimento (Cavalcante, Chaguri e Netto, 2019).

Diferentes estudos sobre o comportamento político e social da classe média apontam para algumas razões da mobilização da unidade familiar como entidade balizadora dos valores morais e políticos dentro da classe. Peugny (2009), por exemplo, em seu estudo focado no

fenômeno da desclassificação social, sugere que o recurso à família está associado à mesma como a ferramenta última de reprodução material e/ou social para aqueles que experimentam o declínio em sua posição social ou em sua capacidade de consumo material. Dessa perspectiva, uma explicação central para a ascensão do conservadorismo tendo como unidade fundamental a família seria um processo mais generalizado de desclassificação de camadas significativas da classe média ou das camadas *estabelecidas*. Estudos sobre o estilo de vida da classe média, como o de Méndez e Gayo (2019), identificam na família uma das bases da composição do estilo de vida que permite reproduzir a posição social dos agentes (seja em termos de renda compartilhada para arcar determinados aspectos do estilo de vida, seja no capital cultural e escolar compartilhados entre pais e filhos).

Já do ponto de vista da ideologia liberal que, como vimos, foi uma das vias de direcionamento das primeiras organizações a chamarem os atos, e base ativa do discurso antiestatista assumido contra as políticas petistas, a família aparece como entidade necessária para o neoliberalismo na medida em que torna possível concentrar cada vez mais as responsabilidades sobre a reprodução da força de trabalho na família, enquanto as responsabilidades do Estado são demolidas e substituídas por sua forma mercadorizada. A família seria o “(...) locus natural de onde seria gerida a melhor previdência: no seio da família, por amor ou pelo peso do papel social que cumprem” (Cavalcante, Chaguri e Netto, 2019, pp. 14-15).

(...) a realização concreta da política neoliberal não tem razão de enfrentar as estratégias tradicionais de divisão do trabalho doméstico, especialmente as regidas por uma moral disciplinada e uma conduta ascética que garante a estabilidade entre as gerações (...) Não à toa, ao ser questionado, ainda antes das eleições, se o conservadorismo moral de Bolsonaro o desagradava, Guedes rechaçou a suposição da pergunta e viu como positivas certas investidas do então candidato contra a ‘depravação moral’ tal como existente ‘nas novelas da Globo, [que] *arrebetam com as famílias do Brasil*’. A matéria assim continua: ‘várias vezes, em nossas conversas, Guedes criticou episódios de novelas ou programas em que se discutia a diversidade sexual para adolescentes. ‘Quantos sexos existem? A ciência diz que existem dois. Mas, para a Globo, são seis’. (Cavalcante, Chaguri e Netto, 2019, p. 15)

A família não se apresenta como um mero dado natural; mas sim como uma realização moral distinta dos discursos vinculados ao espectro político da esquerda, vistos como uma cruzada imoral contra os valores tradicionais. Ao realizar essa distinção, os agentes se colocam em posição superior aos seus antagonistas, tecendo uma hierarquia simbólica que se pretende

eficaz ao incidir sobre a cena política. Assim, a concepção do “mérito” que articula esforços ou características individuais a uma posição social ocupada (ou que deveria ser ocupada) encontra-se, nessa conjuntura, intimamente associada à relação do indivíduo/grupo com sua família ou com o discurso geral de defesa da família.

Para Cavalcante (2018), na ideologia meritocrática a família aparece como espaço primário de realização do mérito “(...) quando o incentivo à disciplina, autocontrole e pensamento prospectivo são direcionados diretamente aos estudos, e não a qualquer tipo de trabalho” (Cavalcante, 2018, p. 108). Ao passo em que a trajetória individual dá sentido à realização do mérito, a família é a instância que impõe a disciplina como um mecanismo próprio da reprodução da posição social ocupada pela família em particular (Méndez e Gayo, 2019). Assim, o papel da família no discurso associado à ideologia meritocrática seria aquele mesmo da disciplina envolvida na realização do mérito, que aparece também de múltiplas maneiras no universo discursivo das manifestações: oposição à “farra” dos gastos sociais dos governos petistas, defesa da “ordem” em oposição ao desvirtuamento dos valores e o apelo às instituições vinculadas à “razão” de Estado e à disciplina militar, o legalismo em oposição à corrupção teoricamente praticada pelos governos petistas e políticos de centro e esquerda, etc.

Para além desses aspectos de fundo, existem também articulações diretas no discurso dos manifestantes. A família associa-se ao mérito diretamente na medida em que a posição do “pai de família”, uma das representações do típico “cidadão de bem” é caracterizado pela sua capacidade de *prover* materialmente para sua família, expressão de seu êxito na ordem social competitiva. Algo muito próprio das manifestações à direita, a abundância material é tida como evidência da legitimidade daquele movimento social, ao contrário do que seria o caso de um movimento social voltado às chamadas pautas materiais, por distribuição de renda, políticas sociais, etc.

Em uma das barracas do acampamento bolsonarista de São Paulo, cozinha-se uma feijoada para uma boca livre coletiva. A cozinheira diz “*tá aqui o nosso pão com mortadela!*”, demonstrando que - ao contrário das manifestações de esquerda, em que teoricamente compareceriam apenas pessoas interessadas em comer de graça o que os partidos de esquerda poderiam oferecer em termos de clientelismo - ali eles eram capazes de garantir boa alimentação por si próprios, base para o “eu vim de graça”.

Mas afinal, se os manifestantes tentam convencer alguém de seus méritos, podemos encontrar razões sociais em chaves de interpretação como a da desclassificação ou da reprodução social da classe?

3.2. Elementos de trajetória

Para Cavalcante (2015a), a meritocracia como discurso central envolvido na pauta anticorrupção e nas formas como é performada nas manifestações não aparece gratuitamente. Mais do que isso, o fato das mobilizações serem engrossadas majoritariamente pela alta classe média expressa um efeito da trajetória da estrutura de classes no Brasil, diferente de outros momentos em que as camadas inferiores da classe média ou as massas sindicalizadas, por exemplo, se mobilizam nas ruas ou em greves.

De fato, as últimas décadas foram marcadas por um movimento de instabilidade na posição social e nas condições econômicas das classes médias “ocidentais”¹⁵ (Chauvel e Hartung, 2016), levando estas classes ao centro das lutas políticas e retomando as discussões sobre o medo da proletarização ou demissão social, frustração e ansiedade relativas à mobilidade social; e conseqüentemente, sobre as estratégias adotadas por essas classes para a reprodução de sua posição social. Neste item, buscamos mapear os elementos da trajetória da classe média brasileira sob os governos petistas, de forma a prover substrato para a nossa explicação do comportamento político, das modalidades ideológicas e performances em jogo e das diferenças entre suas camadas superiores e inferiores.

Enquanto Chauvel e Hartung (2016) identificam um movimento geral de encolhimento dos postos no funcionalismo público como um dos elementos de instabilidade na posição da classe média, Cavalcante (2015) aponta que, durante os governos petistas no Brasil, o processo foi o contrário: de expansão dos postos do funcionalismo público, em especial no setor da educação (Arias e Cavalcante, 2019). Ao mesmo tempo, diversas ocupações de classe média também não sofreram quedas de rendimento médio, mas sim um tímido incremento (Salata, 2018). Uma explicação puramente pautada na trajetória da classe média quanto à disposição de postos de trabalho e à variação de renda perde a força com tais indicadores positivos: ainda que não representem um processo de ascensão social das classes médias, também não representam um processo de queda radical.

A tensão encontra-se, justamente, em outra dimensão de sua posição social, a saber, a dimensão relacional. Em seu estudo sobre o incremento da renda entre 2002 e 2013, Salata (2018) aponta que todas as classes tiveram incrementos, mas a classe média - na aproximação utilizada por Salata, aqueles estratos sociais que dependem de “habilidades/credenciais” para

¹⁵ Chauvel e Hartung baseiam-se em dados acerca de alguns países desenvolvidos como Alemanha, Reino Unido, França, Estados Unidos, Dinamarca, Canadá e Austrália.

sua reprodução, identificados por tipos de ocupação - foi aquela que proporcionalmente teve o menor incremento.

Na verdade, em vez de encontrarmos uma classe média fortalecida, verificamos que as categorias que têm nas credenciais ou propriedade (pequena ou média) seu principal ativo, típicas da classe média, tiveram sua vantagem sobre as classes trabalhadoras reduzida; estas últimas, por sua vez, apresentaram ganhos substantivos em seus rendimentos. (Salata, 2018, p. 90)

Concomitantemente às variações na renda e em sua distribuição entre as classes, o grande volume de empregos formais criados não se traduziu, por conta da timidez no desenvolvimento industrial e tecnológico, em um crescimento no número de empregos de maior qualificação, que favoreceria particularmente a classe média. “Um dos sinais mais claros é o fato de quase 95% dos empregos criados na década de 2000 estiveram na faixa de até 1,5 salário mínimo, majoritariamente no setor de serviços e em postos com exigência de baixa qualificação” (Cavalcante, 2015a, p. 185).

Essa diferença, ainda que não seja em si uma alteração na relação entre as classes, gera efeitos no momento em que as classes subalternas, nos termos de Salata, aquelas reproduzidas através da venda da força de trabalho independentemente da consagração de suas habilidades/credenciais, passam a ter acesso a determinados bens e espaços antes monopolizados pela classe média:

Indícios importantes haviam sido identificados por pesquisa de 2012 do instituto Data Popular a respeito de como os estratos superiores de renda repercutiam a ascensão dos trabalhadores do estrato C. Por meio de questionário aplicado a 15 mil pessoas dos estratos A e B, os resultados mostravam que 55,3% dos consumidores do topo da pirâmide achavam que os produtos deveriam ter versões para rico e para pobre, 48,4% afirmaram que a qualidade dos serviços piorou, 49,7% preferem ambientes frequentados por pessoas do mesmo nível social, 16,5% acreditam que pessoas mal vestidas deveriam ser barradas em certos lugares e 26% dizem que o metrô traria “gente indesejada” para a região onde mora. (Arias e Cavalcante, 2019, pp. 118-119)

As transformações sociais promovidas pelo acesso de maiores contingentes ao consumo, “incluindo” cada vez mais os estratos de menor renda, retira dos estratos de maior renda a exclusividade sobre certos bens, e mesmo quando não retira a exclusividade de certo bem, o aumento relativo de renda das classes subalternas diminui no geral a distância socialmente concebida entre uma classe e outra. Não necessariamente em termos da possibilidade de ingressar efetivamente na classe média, mas em termos do quanto essa classe

aparece enquanto um destacamento privilegiado do resto, a maioria desqualificada da população.

Um indicador relevante é relativo ao contingente de alunos e formados no ensino superior. Uma vez que a posição de classe média relativa à sua ocupação é intimamente relacionada à consagração de sua qualificação através das instituições escolares, envolvendo tanto ocupações assalariadas quanto as “por conta própria” que exigem qualificações para a prestação de serviços, as universidades são um espaço profícuo para buscar as tensões de sua trajetória de classe no contexto brasileiro.

Segundo o Censo da Educação Superior operado pelo Ministério da Educação, entre os anos de 2001 e 2010 o número anual de formados nos cursos de graduação triplicou: de 390.000 em 2001 a 973.800 em 2010 (INEP, 2011). Em 2021 esse número já atingiu a cifra de 1.327.000, demonstrando a continuidade da tendência de crescimento, ainda que tenha sido um crescimento proporcionalmente menor em relação à década anterior (INEP, 2022). Esse crescimento foi resultado de uma política de ampliação do acesso ao ensino superior, através da inauguração de novas instituições públicas, ampliação de vagas, implementação de cotas sociais e raciais e programas de financiamento para universidades e faculdades privadas, mirando nas faixas inferiores de renda, como o PROUni e o FIES. As instituições de ensino superior, instâncias de consagração do trabalho não-manual, assim, se tornaram progressivamente mais acessíveis para as classes subalternas, ainda que essa acessibilidade não tenha representado uma transformação tão radical no perfil classista dos seus alunos. No entanto, é de fato uma transformação radical no sentido da exclusividade desses espaços, uma vez que especialmente as instituições públicas passam a defender a “democratização” do ensino como um de seus pilares e estabelecem de maneira generalizada as cotas sociais e étnico-raciais; e no número de diplomas disponíveis, o que, em tese, tende a tornar mais competitivo o mercado de trabalho da mão de obra qualificada, uma vez que não há um crescimento correspondente na criação de postos de trabalho de maior qualificação.

Esse processo vai de encontro com os estudos acerca da reprodução da classe média nos países centrais onde houve um aumento no nível educacional da população: nesses casos, a tendência das estratégias de reprodução dessa classe foi de diversificação, *buscando outras maneiras ativas de diferenciação*, dada a democratização do capital escolar e a relativa erosão da exclusividade da classe média sobre ele (Méndez e Gayo, 2019).

O processo de ascensão social relativa das classes subalternas durante os governos petistas também se converteu em um discurso bem difundido sobre a criação de uma “nova” classe média, o que apontaria também para uma “democratização” não apenas de determinados

espaços e bens de consumo como também da própria posição social objetiva que corresponde à posição entendida como “média”. Essa tese, defendida desde figuras e partidos públicos - como a própria ex-presidente Dilma¹⁶ - até acadêmicos - como no caso do relevante trabalho de Neri (2011) -, no entanto, apresenta problemas fundamentais. Como aponta Salata (2016), é inegável a ascensão de um largo contingente para a faixa de renda “(...) formada por indivíduos com renda domiciliar mensal entre R\$1.064,00 e R\$4.591,00” (Salata, 2016, p. 208) nos anos 2000, formando um largo estrato “estatisticamente intermediário”; mas isso não

significa que tenham passado a integrar a classe média enquanto uma classe real, com identidade própria e reconhecimento enquanto tal pelo conjunto da sociedade, além de apenas uma faixa de renda que possa ser considerado do ponto de vista da análise uma faixa de renda “intermediária”, distinta ao mesmo tempo das faixas de renda inferiores e daquelas superiores.

No entanto, a concepção de classes e de sua reprodução social adotada neste trabalho não nos permite restringir a trajetória de classe a aspectos de variação de renda, capacidade de consumo ou mesmo a competição no mercado de trabalho e espaços de realização dos capitais necessários para sua posição na estrutura ocupacional. Apesar de serem processos significativos, e explicativos em determinada medida da experiência recente da classe média, o que nos importa, em termos de explicação de suas estratégias de reprodução, é a forma como tais processos, dentre outros, se traduzem em *estruturas subjetivas* que orientam a ação coletiva. Assim, é necessário observar especialmente a trajetória das condições gerais de reprodução da *ideologia* que caracteriza a classe média. Para Cavalcante,

(...) o impacto econômico só pode ser avaliado por ‘perturbações’ ideológicas e simbólicas que atingem um modo de vida de classe média. Indo além, diríamos que é o componente ideológico que parece *potencializar* de forma mais aguda a revolta da classe média. Essa revolta será marcada, nesse sentido, por uma reação político-ideológica particular: para sustentar o privilégio de classe média (...) recorre-se a um apego peculiar à meritocracia que se combina com uma aversão conservadora à massa ‘ignorante e preguiçosa’, ‘complacente’ com a corrupção ou ‘comprada’ pelo governo. (Cavalcante, 2015a, p. 184)

O centro da questão está na adoção de diversos mecanismos de compensação que ameaçam as condições de reprodução não estritamente do capital econômico da classe média, mas da vigência da ideologia que justifica sua posição social e permite sua manutenção frente

¹⁶ Em entrevista ao Jornal Nacional, a ex-presidente Dilma colocou o padrão de consumo que caracterizaria uma “classe média” como o eixo da política de desenvolvimento econômico. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,dilma-queremos-continuar-a-ser-um-pais-de-classe-media,1545888>

às transformações sociais: o critério meritocrático para a mobilidade social perdeu força frente às políticas de inclusão ao mercado de consumo e de trabalho, às instituições de ensino superior e até a elementos de estilo de vida antes monopolizados pela classe média.

Esse foco não é arbitrário: uma vez que os próprios agentes mobilizados no movimento político que torna o estudo da dinâmica dessa classe necessário apontam para a diferenciação em relação às classes subalternas e a defesa da meritocracia como o nexo de seu movimento - ao invés de demandas puramente “econômicas” de distribuição de renda ou de valorização dos setores onde atuam ou são empregados -, é necessário dar atenção a como essa percepção surgiu em diálogo com os acontecimentos políticos.

3.3. Divisões entre camadas no interior da classe média

Se a questão central para esses elementos de trajetória que apontam para as razões subterrâneas da mobilização da classe média é a reação à potencial fragilização das suas condições de reprodução social do ponto de vista ideológico, podemos propor a partir daí uma preocupação justa: não seriam as camadas inferiores da classe média mais propensas à revolta dada à maior probabilidade de proletarização e/ou desclassificação (borramento de sua diferenciação com as classes subalternas)? As camadas inferiores são precisamente aquelas com menos instrumentos de diferenciação e mesmo de preservação de seu mercado de trabalho contra a ascensão das classes subalternas em renda, estilo de vida e qualificação (Cardoso, 2020).

Ao mesmo tempo, também é uma hipótese factível que precisamente as camadas inferiores da classe média se identifiquem tendencialmente às pautas das classes subalternas uma vez que também podem ser mais beneficiadas pelos serviços públicos, os concursos públicos em expansão, valorização dos salários, etc. No entanto, isso não se verifica no perfil das manifestações.

Os dados disponíveis sobre o perfil dos presentes nas manifestações não permitem um detalhamento da distribuição de classes a partir, por exemplo, de suas ocupações. A distribuição por faixa de renda também torna problemática uma distinção desse tipo uma vez que não partimos de uma definição de classes e camadas de classe apenas por faixas de renda. Ainda assim, podemos nos aproximar do problema de formas indiretas, que podem nos prover certa base para o direcionamento de nossas considerações: o cruzamento da distribuição das faixas de renda, escolaridade, idade e tipos amplos de ocupação, como fazem Arias e Cavalcante (2019) em seu estudo sobre a divisão da classe média nas manifestações pró e contra o *impeachment*. Da mesma forma, nos valem das pesquisas do Datafolha acerca do apoio à

candidatura e ao governo de Bolsonaro para averiguar a continuidade ou descontinuidade dessas mesmas tendências no passo da evolução das manifestações de rua do “pró-*impeachment*” até o bolsonarismo propriamente dito.

Embora nos dois “lados” das ruas, as manifestações à direita e à esquerda, a classe média, e mesmo as camadas superiores da classe média, estivessem sobrerrepresentadas, existem algumas variações tendenciais que devem ser notadas. Ou seja, ambas foram engrossadas pela classe média, não sendo possível dizer que as manifestações à esquerda sejam manifestações “populares” em oposição a manifestações de classe média à direita; mas nas manifestações à direita, o peso da alta classe média e das classes superiores foi tendencialmente maior. Uma primeira aproximação pode ser feita através dos seguintes dados sobre as manifestações em São Paulo coletados pelo Datafolha e pela Fundação Perseu Abramo, compilados e dispostos por Arias e Cavalcante:

Tabela 1: Sobrerrepresentação e divisão da classe média nas manifestações pró e contra o *impeachment* em São Paulo (2015-2016)

		Manifestações pró- <i>impeachment</i> (SP)					Manifestações contra <i>impeachment</i> (SP)				São Paulo - Geral
		15/03/15	12/04/15	16/08/15	13/12/15	13/13/16	13/03/15	20/08/15	16/12/15	18/03/16	
	Estimativa de Público	210 mil	100 mil	135 mil	40 mil	500 mil	40 mil	35 mil	55 mil	95 mil	
Escolaridade	Fundamental	2 %	3 %	4 %	4 %	4 %	12 %	18 %	12 %	5 %	27 %
	Médio	21 %	20 %	20 %	16 %	18 %	28 %	30 %	26 %	18 %	45 %
	Superior	76 %	77 %	76 %	81 %	77 %	60 %	52 %	62 %	78 %	28 %
	Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Renda	Até 2 SM	7 %	6 %	6 %	6 %	6 %	25 %	24 %	16 %	9 %	29 %
	De 2 a 5 SM	22 %	22 %	21 %	20 %	25 %	33 %	33 %	34 %	35 %	43 %
	Mais de 5 a 10 SM	27 %	24 %	25 %	25 %	26 %	23 %	21 %	25 %	28 %	15 %
	Mais de 10 SM	41 %	41 %	42 %	44 %	37 %	18 %	20 %	21 %	24 %	11 %
	Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Cor	Branca	69 %	73 %	75 %	80 %	77 %	46 %	46 %	52 %	62 %	48 %
	Parda	20 %	18 %	17 %	12 %	15 %	24 %	32 %	25 %	20 %	33 %
	Preta	5 %	4 %	3 %	18 %	4 %	19 %	17 %	18 %	14 %	14 %
	Outra	5 %	5 %	5 %	4 %	3 %	10 %	4 %	4 %	4 %	5 %
	Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Adaptado de Arias e Cavalcante (2019, p. 111)

As manifestações contra o *impeachment* mostram uma maior proporção da faixa de 2 a 5 salários mínimos e, com exceção da manifestação de 19 de março de 2016, também uma

proporção muito mais significativa da faixa de até 2,5 salários mínimos em relação à sua contraparte *pró-impeachment*. Ao mesmo tempo, as faixas acima de 10 salários mínimos engrossaram significativamente as manifestações *pró-impeachment*, somando geralmente o dobro da mesma proporção nas manifestações contra o *impeachment*. A maior variação nessa relação se deu precisamente nas manifestações de março de 2016, marcadas pelo contexto da delação de Delcídio do Amaral e o envolvimento direto de Lula nas investigações da Lava-Jato, no momento de maior ebulição das manifestações à direita, como estabelecemos no primeiro capítulo - um momento em que é esperada uma maior massificação do movimento à direita e sua diversificação em termos de classe.

Outra dimensão apontada por Arias e Cavalcante (2019) é a corroboração com uma tendência da presença das camadas superiores nas manifestações *pró-impeachment* por outros indicadores, como a cor da pele, que imprime uma maioria branca em ambos os lados, mas com uma preponderância significativamente maior (em geral 20 pontos percentuais maior em todas as manifestações) no lado *pró-impeachment*. Assim, “(...) não obstante a presença significativa da alta e baixa classe média, as manifestações ‘contra o golpe’ nas ruas de São Paulo demonstravam um corte mais popular, distinção corroborada pelos registros feitos na pesquisa de campo” (Arias e Cavalcante, 2019, p. 111).

A “preferência” da classe média pelo posicionamento a favor do *impeachment* e, mais especialmente, pela saída às ruas em defesa dessa pauta, foi essencialmente definida pela participação massiva de suas camadas superiores, a despeito de ser numericamente menor que as camadas inferiores na sociedade brasileira. Ao mesmo tempo, existem precisões em relação a ocupações típicas de classe média: à esquerda, entre as diversas ocupações citadas, a mais típica foi, incontestavelmente, a de funcionário público; enquanto à direita, predominavam os autônomos, profissionais liberais e empresários (Arias e Cavalcante, 2019, p. 118) - uma distinção que aponta para a hipótese de uma presença nas manifestações à esquerda mais motivadas pelo histórico das lutas das categorias do funcionalismo público, diferente das motivações gerais das camadas superiores da classe média relacionadas ao combate à corrupção, modalidade concreta da ideologia meritocrática.

Tais tendências, assim, podem ter mais a ver com uma particularidade das manifestações à esquerda do que com uma divisão de princípio entre as camadas da classe média. Esse ponto é corroborado pela evolução da composição de classe da base de apoio do movimento político de direita, representado pela candidatura e pelo governo de Jair Bolsonaro. Tomando as pesquisas do Datafolha realizadas nas vésperas do segundo turno das eleições gerais de 2018 e da aprovação do governo de Bolsonaro em janeiro de 2021, podemos identificar proporções muito próximas das faixas de renda que representam essas camadas na

base de apoio do candidato e presidente, à época.

Na pesquisa do segundo turno (Datafolha, 2018), apoiavam Bolsonaro 54% dos entrevistados entre 2 e 5 salários mínimos e 63% dos entrevistados entre 5 e 10 salários mínimos. Em termos de escolaridade, 51% e 55% respectivamente entre os entrevistados com ensino médio completo e ensino superior completo. Já em janeiro de 2021 (Datafolha, 2021), os respondentes que optaram por classificar o governo Bolsonaro como “ótimo ou bom” eram divididos em 35% entre 2 e 5 salários mínimos e 33% entre 5 e 10 salários mínimos. Em termos de escolaridade, a proporção de respondentes com ensino médio completo era de 31%, e com ensino superior completo, 29%.

A opção “regular” foi ainda mais popular na faixa de renda que poderíamos aproximar às camadas inferiores da classe média, com 26% daqueles entre 2 e 5 salários mínimos e apenas 19% entre aqueles entre 5 e 10 salários mínimos. Em geral, tanto durante as eleições como em 2021, a faixa acima de 10 salários mínimos permaneceu majoritariamente fiel ao governo.

A tendência que se desenhou foi de co-participação das diferentes camadas da classe média em favor da candidatura e do governo Bolsonaro. No entanto, esse é apenas um indicador indireto para o nosso tema de estudo, uma vez que o apoio eleitoral é qualitativamente distinto da mobilização em manifestações de rua. Esses dados não nos permitem chegar a uma conclusão definitiva sobre a composição social orgânica do movimento em termos da divisão da classe média, mas pode nos dar um direcionamento acerca do nosso foco analítico: há uma diferença proporcional no nível de investimento da alta classe média na construção do movimento *pró-impeachment*, fundador do universo simbólico das manifestações à direita que perduraria através do bolsonarismo, e um processo de massificação do movimento em direção às camadas inferiores e classes subalternas *ao menos* a nível de participação passiva através apenas do processo eleitoral.

Também com base nos dados levantados pelo Datafolha acerca do perfil dos manifestantes a favor e contra o *impeachment*, Cardoso (2020) defende que a variação no perfil de renda entre os dois lados expressa, de fato, uma divisão de frações de classe na conjuntura política, com uma alta classe média no campo conservador e uma baixa classe média no campo progressista. Alguns elementos, como a proporção quase idêntica de possuidores de ensino superior completo, poderiam ser explicados, por exemplo, a distribuição dos diplomados entre ocupações mais ou menos valorizadas (2020, p. 224). O argumento é apoiado ainda por outros levantamentos do mesmo instituto acerca da percepção de entrevistados sobre os escândalos de corrupção, que também adquire maior consenso progressivamente quanto mais alta a faixa de renda. Ao mesmo tempo em que a corrupção se torna (diacronicamente) o problema mais mencionado enquanto principal problema do país pelos entrevistados, a menção do PT

enquanto partido corrupto também cresce (sincronicamente) entre as faixas de renda que indicam as posições de classe média: em pesquisa aplicada em dezembro de 2015, 59% dos entrevistados na faixa de renda entre 2 e 5 salários mínimos apontavam o PT como partido corrupto, 68% entre 5 e 10 salários mínimos e 74% acima de 10 salários mínimos (2020, p. 241).

No entanto, uma pesquisa do mesmo período, aplicada em novembro de 2015 pelo mesmo Datafolha acerca da aprovação da ex-presidente Dilma, mostra uma distribuição menos variada entre essas mesmas faixas de renda entre os entrevistados que não aprovavam o governo e o classificavam como ruim ou péssimo: 68% entre 2 e 5 salários mínimos, 69% entre 5 e 10 salários mínimos e 75% acima de 10 salários mínimos (Datafolha, 2015).

Não se trata aqui de tratar em minúcias pequenas variações de porcentagem em determinadas pesquisas e fazer depender disso o argumento. Buscamos apontar, apenas, que esses levantamentos não expressam uma divisão polarizada entre as próprias frações da classe média em toda sua extensão. É necessário precisar, então, do que se trata realmente o fenômeno da “divisão” da classe nas manifestações: a expressão de tendências distintas entre as frações inferior e superior em *protagonizar* os dois pólos das manifestações, *independentemente de qual logrou maior hegemonia*¹⁷ no movimento político em geral e, portanto, levou consigo maiores números inclusive de outras frações e classes, seja nas próprias manifestações, seja apenas no terreno da opinião, seja na expressão eleitoral do projeto conservador.

Indubitavelmente, a alta classe média foi a fração de classe que mais massificou as manifestações à direita, e também é dessa fração que proveem os quadros jurídicos e políticos que serviram de ponta de lança na conformação de uma conjuntura política favorável para essas forças políticas, em especial através da Operação Lava-Jato e dos grupos organizadores dos grandes atos. Também é a fração na qual a posição expressa nas manifestações à direita aparece de maneira mais generalizada entre seus membros, enquanto na fração inferior há maior espaço para o dissenso e para a participação ativa no pólo contrário das ruas. Trata-se, assim, de classificar, para efeitos da análise, as manifestações à direita como expressão de um movimento *de classe* que atua sobre outros grupos de maneira a construir uma *hegemonia*, e não enquanto um movimento indeterminado que por acaso comporta participantes de diversas origens sociais.

¹⁷ É necessário fazer um aparte acerca do uso da palavra “hegemonia” nesse contexto. No sentido marxista, ao qual nos filiamos, *hegemonia* é um fenômeno de dominação de classe, e próprio das práticas da classe dominante (Poulantzas, 2020, p. 137). Assim, não cabe à classe média exercer *hegemonia* sobre outras classes nesse sentido. Os agentes dessa classe agem, em diversas instâncias, enquanto apoios ou operadores dos instrumentos da hegemonia da classe dominante sobre as demais ou, nos termos do próprio Poulantzas (2020), como classe apoio. O sentido que empregamos aqui, mais coloquial, se aproxima mais de um conceito como aquele de “irradiação” empregado por Zavaleta (2009) ao se referir à capacidade de uma classe social em criar adesão aos seus instrumentos, formas de luta e pautas políticas.

Além disso, há também um problema metodológico associado à aproximação das possíveis divisões no seio de uma classe média estratificada. Como existem diversas definições e delimitações de cada camada da classe média, a depender da abordagem teórica e das escolhas de pesquisa nos trabalhos sociológicos e nos levantamentos estatísticos, muito dificilmente poderíamos realizar uma análise precisa dessa divisão com base nos dados e trabalhos disponíveis. Em geral, lidamos com *proxys* da delimitação de nosso objeto, aproximações pela faixa de renda, escolaridade ou raça. As camadas inferiores da classe média podem facilmente se diluir estatisticamente entre as camadas superiores das classes populares na distribuição de faixas de renda e escolaridade, por exemplo, o que poderia ser superado por uma riqueza de informações relativas à ocupação individual e de familiares.

A alta classe média aparece, aqui, não apenas como camada empiricamente majoritária nas manifestações à direita, como também aquela que expressa de maneira mais direta as tendências ideológicas e sociais *de classe média*.

3.4. Alta classe média e lutas sociais

Ao definir dessa maneira a “divisão” das frações da classe média, fica ainda mais claro, à luz da trajetória recente, os principais determinantes da mobilização política. Uma vez que a fração de classe que protagoniza as manifestações é precisamente aquela mais distante do risco de proletarização e da efetiva *indiferenciação* em relação às classes populares, podemos inferir que o determinante social é mais caracterizado pelo medo da *desclassificação* do que pelo medo da *proletarização*, ou seja, um movimento pela distância simbólica em relação às classes subalternas e não pela manutenção de um determinado estilo de vida substantivamente.

De fato, a posição da classe média, mesmo de sua camada superior, é uma posição em constante negociação. Autores como Bourdieu (2008) e Ehrenreich (1989) apontam para as lutas sociais da classe média como lutas pela conformação de uma ordem simbólica que lhes assegura os privilégios relativos dentro de uma sociedade desigual, em que se valem de elementos não exclusivamente econômicos para terem acesso a determinados estilos de vida, círculos sociais e, adicionalmente, seguindo a argumentação de Décio Saes, ao processo político de “tomada de decisão” (1985, p. 22). Sua posição social não é garantida pela propriedade defendida militarmente pelo Estado, mesmo sua ocupação dentro das relações de trabalho não garante seus privilégios pela sua simples existência, e requer uma luta pela sua distinção em relação a outros participantes dominados do processo de produção e de reprodução ampliada do modo de produção capitalista. Nas palavras de Ehrenreich, acerca da classe média estadunidense entre os anos de 1960 e 1980:

Seu único ‘capital’ é conhecimento e técnica, ou ao menos as credenciais que atestam técnica e conhecimento. E diferente do capital real, aquele não pode ser acumulado através dos tempos difíceis, preservado para além do tempo de vida de um indivíduo ou, é claro, legado a herdeiros. O ‘capital’ possuído pela classe média é muito mais instável do que o patrimônio, e deve ser renovado por cada indivíduo através de esforço e comprometimento. (Ehrenreich, 1989, p. 15, tradução livre)

No trabalho de Ehrenreich, esse raciocínio implica em um sentimento de ansiedade, constante auto-disciplinamento e medo da proletarização, tema que já tratamos diversas vezes neste trabalho. O que nos interessa neste momento é o caráter das estratégias de reprodução da classe média, associadas a essa posição frágil em constante negociação. Tomemos um exemplo de leitura do tema.

Enquanto Poulantzas, tal como apresentado no capítulo anterior, descreve as conformações ideológicas típicas da *nova pequena-burguesia*, Saes (1985) descreve, no período histórico compreendido entre 1930 e o estabelecimento da ditadura civil-militar de 1964, o processo de integração da classe média¹⁸ no sistema político durante os governos chamados “populistas” e seu afastamento pelas mãos dos militares e do capital monopolista. As lutas empreendidas pela classe média nesse movimento histórico são analisadas como expressões de posições ideológicas tomadas a partir de distintas situações de trabalho e pela reprodução social de suas condições ideológicas de existência. A heterogeneidade própria dessa classe se expressa nas distintas posições adotadas, entre suas camadas superiores e inferiores, na ocasião da assim chamada “revolução de 30” e subsequentes apoios e oposições: enquanto as camadas inferiores da classe média, representadas politicamente de maneira mais relevante pelo tenentismo, expressavam um apoio à superação da dominação oligárquica e estabelecimento de um Estado industrializador de orientação urbana (envolvendo também a expansão de seu exército de funcionários); as camadas superiores, mantendo relações orgânicas com a elite oligárquica, defenderam a manutenção do velho regime e a exclusividade do sistema político.

O comportamento dessas camadas superiores denota uma concepção da política enquanto “símbolo de prestígio social” (Saes, 1985, p. 107) e um interesse de impedir a

¹⁸ O que tratamos aqui como “classe média” é tratado por Saes no livro citado (1985) como “grupos médios”, tomando em conta que esses grupos apresentam tendências ideológicas distintas - sem uma unidade de classe -, ainda que atuem dentro de um “limite político” típico de uma “consciência média” (p. 20) que não define a propensão desses grupos como um todo para um ou outro pólo da luta de classes (entre burguesia e proletariado): “As camadas médias urbanas dividiram-se - sobretudo em função de sua ‘situação de trabalho - entre as diferentes linhas políticas correspondentes em última instância às classes em conflito...” (p. 22) No entanto, em trabalhos posteriores, Saes (2005) trabalha com a unidade de uma “classe média” (explicitamente chamada assim) baseada no uso do “prestígio social do ‘trabalho intelectual’ (...) para afirmar sua superioridade econômica e social com relação às classes trabalhadoras manuais” (Saes, 2005, p. 100), portanto, uma classe forjada sob uma unidade ideológica não enquanto um conjunto de ideias homogêneo, mas enquanto prática de classe.

camadas no sistema político e a pressão do aumento salarial do operariado. Assim, “ameaça de degradação de seu status” (Saes, 1985, p. 109) representada pelo ingresso de novas enquanto as camadas inferiores, numa trajetória social ascendente, buscavam a integração às superestruturas políticas, as camadas superiores, numa trajetória social descendente, buscavam defender o espaço da política enquanto uma de suas fortalezas de reprodução social.

O estudo de Codato (2008) acerca da constituição do campo político profissional corrobora a tese de Saes quanto à integração da classe média ao sistema político, na medida em que é a partir do regime instalado em 1930 que os participantes desse campo passam a ser recrutados de maneira mais ampla entre as fileiras da classe média, sejam suas categorias “tradicionais”, como profissionais liberais e professores universitários, seja entre os “bacharéis” - nos termos do autor, o “(...) descasamento entre as *classes* economicamente *dominantes* e as *classes* politicamente *dirigentes*...” (Codato, 2008, p. 90). Mas para além da composição do sistema político dentro de suas instituições constitucionais, a classe média também passou a ser protagonista dos processos de mobilização política e de intervenção direta no “processo nacional de tomada de decisões”:

Mais especificamente: o sistema político, enquanto articulação ao nível dos agentes políticos da dominação de classe, reconhece às camadas médias urbanas o ‘direito à política’. Este reconhecimento (...) indica a presença de um agente político capaz de exercer pressão sobre o centro nacional de decisão, pela satisfação de suas mais diversas aspirações. Esta pressão, seja ela concentrada ou difusa, provenha dos partidos, dos sindicatos ou dos ‘movimentos de opinião’, é reconhecida ‘de fato’ pelo sistema político como um elemento que seus agentes dominantes deverão considerar no momento da tomada das decisões globais. (Saes, 1985, p. 23)

Saes prossegue, ainda, refinando sua tese, ao distinguir essa integração de uma simples composição do Estado por indivíduos provenientes da classe média:

A simples ‘substituição’ política da classe dominante por certas ‘categorias sociais’, como o grupo militar ou a burocracia de Estado, não caracteriza a integração política das camadas médias urbanas. A história dos Estados capitalistas do século XX, centrais ou periféricos, revela que o simples controle dos aparelhos de Estado por certos ‘grupos institucionais’ não é suficiente para abrir ao conjunto das camadas médias urbanas a possibilidade da participação política. (...) Em resumo, é preciso que a democratização do Estado (‘grupos institucionais’ filiados às camadas médias urbanas) seja acompanhada da democratização do sistema político (conjunto das camadas médias). (Saes, 1985, p. 23)

Ou seja, não se trata apenas de um movimento parcial por parte de determinadas categorias em *entrar* no corpo do Estado, mas de um movimento de classe para o

reconhecimento de determinada posição social como pertencente ao sistema político. Dessa forma, o Estado se torna um instrumento para a realização de seus interesses de classe, na medida em que tal classe permaneça integrada ao mesmo.

É claro que a integração não é um fenômeno dado e homogêneo, e o próprio Saes descreve a relação conturbada das camadas médias com o sistema político no contexto da crise do populismo, algo bem evidenciado na própria defesa do golpe de 1964. Esse momento revelou “(...) a existência, além das vanguardas [as categorias como o oficialato militar], de uma ‘massa’ média capaz de manifestar-se politicamente nos momentos de crise” (Saes, 1985, p. 125). A favor de uma intervenção militar, manifestaram-se tanto as camadas médias “tradicionais”, ainda vinculadas às elites agrárias e desejanteres do caráter prestigioso da prática política (algo expresso pelo anticomunismo, versão então atualizada do anti-populismo), quanto as “novas” camadas médias, desejanteres de um Estado que expressasse a ordem e a autoridade. Assim, enquanto a posição das camadas médias tradicionais era determinada pela sua relação orgânica com a elite agrária e o velho regime (e a ameaça das transformações sociais representadas pelo governo populista no início dos anos 1960), a posição das novas camadas médias urbanas foi determinada pela sua situação de trabalho, caracterizada pela detenção “(...) da autoridade técnica ou administrativa no seio da empresa ‘moderna’” que “acha-se na origem da convicção sobre o caráter ‘racional’ da autoridade, assim como da ‘necessidade’ de uma organização hierarquizada da sociedade” (Saes, 1985, p. 140).

Paradoxalmente ou não, o regime instalado pelo golpe foi caracterizado pela exclusão das próprias camadas médias do jogo político, fechado para atender aos interesses exclusivos da fração hegemônica da classe dominante, empossada pelos militares - para Saes, o capital monopolista internacional e associado. De fato, como demonstra Cardoso (2020), a oposição à ditadura civil-militar foi protagonizada pela própria classe média, em especial em sua expressão no movimento estudantil, de acordo com um conflito relativo entre a classe média e o governo militar.

Mas a integração ao sistema político não é um fim em si mesmo. A classe média procedeu na defesa de uma série de medidas que garantissem a reprodução de suas condições de existência e de sua posição privilegiada em relação às classes inferiores. A defesa da escola pública universal e obrigatória é talvez a luta mais representativa do comportamento de classe que procuramos entender: para Saes (2005), a defesa desse modelo escolar por parte da classe média em seu processo de integração política nos países capitalistas é uma maneira de dar condições à validade da ideologia meritocrática. Descartando a hipótese de uma luta por um sistema público de educação do qual a classe média seria um cliente, dado que essa classe utiliza serviços privados para a educação de seus filhos, a motivação de classe encontra-se na

defesa do “mito da escola única”, ou seja, no mito da educação universal como um instrumento de nivelação, de maneira que as diferentes trajetórias intelectuais e profissionais, de maior ou menor sucesso, seriam expressões do mérito individual em utilizar-se dos instrumentos formativos disponíveis para todos.

Nesse ponto, indicamos uma precisão do argumento acerca da relação entre a classe média e a instituição escolar: não se trata apenas de uma relação na qual a classe média *depende externamente de seus efeitos*, enquanto uma instância de consagração de habilidades e credenciais que funcionarão no acesso a determinados postos de trabalho; e sim uma relação *construída* na qual a classe média se vale inclusive da *hierarquização* de níveis e instituições escolares num cenário em que, a princípio, o acesso à educação formal está aberto a todos. Na leitura de Saes (2005), é precisamente esse caráter de estratégia *de classe* para a valorização relativa de sua posição social que foge aos trabalhos de Bourdieu sobre a escola e a classe média.

Cardoso identifica no mesmo período as lutas da classe média pela blindagem de “algumas posições de classe média da competição aberta no mercado de trabalho” (2020, p. 70) através do estabelecimento de concursos públicos e regulamentação das profissões, estabelecendo assim uma relação entre profissão no Estado e a diplomação. A integração da classe média no sistema político, para além de prover instrumentos para a sustentação ideológica de sua posição, funciona também como um meio de estabilização da posição da classe relativa às relações de produção e dentro do exército de funcionários do Estado: fechamento do mercado de trabalho para elementos externos e benefícios corporativos das carreiras do serviço público.

Os dois movimentos [fechamento do mercado de trabalho e benefícios corporativos das carreiras do serviço público] devem ser lidos como resultado de ação política coordenada de segmentos médios para garantir, em lei, sua *distinção de classe* conseguida por mecanismos clientelistas; e a segurança estatutária que seus padrões de vida seriam resguardados da disputa fratricida no mercado de trabalho. (Cardoso, 2020, p. 71, destaques nossos)

O comportamento da classe média no período subsequente - na disputa e ocaso da Era Vargas e a crise do populismo - seria fortemente marcado pela manutenção de tal estabilidade e de suadistância em relação às classes inferiores, ainda que de maneiras distintas entre as diferentes camadas da classe média. Cardoso aponta para a reação contra o aumento do salário mínimo, a inclusão dos analfabetos nas eleições, e um envolvimento cada vez mais marcado das pautasmoralizantes e anticorrupção (com expressões tão variadas como a campanha de Jânio Quadros e o apoio ao golpe militar de 1964).

No livro citado, *Classes Médias e Política no Brasil (1922-2016)*, Cardoso traça a trajetória das grandes intervenções políticas da classe média em determinados momentos chave da história brasileira, sempre balizando sua leitura na explicação das determinações de classe e formas mobilizadas por ela em suas lutas. No caso da sua recente mobilização, nosso objeto, soma-se à leitura de que a alta classe média se pôs em movimento por conta de uma disputa pelo monopólio sobre *espaços de consumo* típicos de classe, portanto, expressão de um *medo de desclassificação* (Cardoso, 2020, pp. 232-233). Em sua reação às transformações sociais que tomaram a sociedade brasileira durante os governos petistas, acabou procedendo, para Cardoso, na criação de uma identidade positiva de classe, a reivindicação de certas características morais e políticas que legitimam sua posição (social e política, na conjuntura):

Considero-a [a conjuntura 2013-2016] período ímpar de *constituição e afirmação da identidade de classe* por parte de diferentes parcelas daquelas classes, que teve como principal eixo organizador, como das outras vezes, as práticas e processos de *construção de significado referenciados no exercício do poder de Estado*. Uma fração daquelas classes elegeu como *o outro* de seu processo identitário os governos do Partido dos Trabalhadores, o próprio partido e o que ela imaginou fossem as bases de sustentação dos governos que combatiam, compostas por outros segmentos das próprias classes médias, além de setores populares organizados, como os sindicatos e os movimentos sociais, aos quais se opuseram por razões ideológicas, práticas, valorativas e morais, que confluíram para a consolidação de sólida imagem de si, que alimentou sua ação coletiva, que foi, ela mesma e recursivamente, o principal elemento de construção de sua consciência e identidade. (...) *a relação de identidade/alteridade que se constituiu ao longo do processo*, em momentos-chave da disputa política, procurou negar ao outro (e a negação foi mútua) *o direito de afirmar-se no espaço público* em seu próprio direito e segundo seu interesse, seus valores, seus projetos políticos, suas crenças mais profundas. (Cardoso, 2020, pp. 219-220, destaques nossos)

No capítulo anterior, ao discutir as contribuições de Klaus Eder frente às mobilizações contemporâneas à direita da classe média, estressamos a concatenação de uma forma de criação de identidade (normalmente tida como “paralela” às pautas de disputa do poder político) e de disputa direta do Estado (seja seu sentido discursivo, seja as políticas que assume, seja sua composição sufragada). Cardoso traz esse mesmo problema:

Nesse sentido, e tal como nas outras conjunturas analisadas antes, os diferentes segmentos das classes médias construíram suas identidades pela mediação do Estado e da política institucional. Não se construíram como movimentos sociais orientados por questões culturais (...) Muito ao contrário, seu ímpeto mobilizador foi alimentado por questões do mundo da política, e os signos produzidos, bem como seus significados, só ganham inteligibilidade no âmbito da luta política pelo controle do poder de Estado.

(Cardoso, 2020, p. 221)

Essas observações corroboram com a tese de Poulantzas, à qual subscrevemos, de que a classe média tende a ver o Estado como seu representante político - ao invés de um partido político específico ou um sindicato -, e suas estratégias de reprodução estão intimamente ligadas à disputa direta de seus aparelhos.

Está claro, a este ponto, que as manifestações assumiram factualmente a criação de uma identidade própria de classe média, de acordo com Cardoso (2020), e assumindo algumas características centrais, que podemos enumerar, conforme apontamos nos primeiros capítulos: 1) delimitação clara de pertencimento de classe; 2) auto-percepção de marginalidade política; 3) apelo à meritocracia em diversas modalidades concretas (profissional, financeira, escolar, familiar, cristã, patriótica); 4) vinculação ao conservadorismo liberal; 5) reivindicação dos órgãos jurídicos e repressivos do Estado, contra os corpos sufragados (pauta anticorrupção e antipetismo, apelo militarista); 6) intensa incorporação dos discursos e símbolos adotados; 7) identidade de grupo altamente normativa e moralizada, com um sistema próprio e incipiente de crenças e valores.

Assim, a luta em questão aparece ao mesmo tempo enquanto uma luta pelo Estado, cujo objeto é o poder político - ainda que, de uma perspectiva de classe, não seja uma luta para disputar a hegemonia da classe dominante -, e enquanto uma luta pela afirmação de uma identidade e seu reconhecimento no espaço público. Ou seja, uma luta por *classificação*. No próximo capítulo, procuramos desenvolver as razões sociais dessa articulação.

Capítulo 4. Capital político e discurso moral

Identidade e disputa do Estado se encontram na moralização da vida social, num mesmo movimento. Em *As Ruínas do Neoliberalismo*, Wendy Brown (2019) opera uma aproximação profícua desse problema encontrando nos intelectuais clássicos do neoliberalismo alguns nexos do discurso que alimenta os movimentos contemporâneos da direita. Dois discursos que a princípio parecem contraditórios, o conservadorismo e o liberalismo, unem-se na fórmula *markets and morals*, conforme a competição em si, e em especial sua forma *mercado*, é imbricada com valores familiares conservadores.

Para Hayek (2010), o autor centralmente abordado por Brown, a liberdade, condição a ser alcançada, existe apenas sob o livre mercado e sob a vigência de uma ordem moral, portada pela tradição, e ao se rejeitar a intervenção *da política* em tal ordem constituída. Em seu pensamento, o efeito coletivo *não pensado* é superior e mais benéfico do que o coletivamente *pensado*, ou a intencionalidade das maiorias. A restrição do Estado às funções mínimas de manutenção das condições para a competição capitalista atende duplamente ao receio da potencialidade negativa de sua “interferência” na tentativa de uma planificação econômica (no contexto do debate acerca do socialismo real) e a um receio dos efeitos da participação das massas nos processos decisórios: ou seja, um receio sobre a “robustez” da democracia ou quando se há “democracia demais” (Brown, 2019, p. 62).

Essa perspectiva ideológica só é possível ao se opor o fenômeno coletivo, do público ou comum àquilo que é particular; e situando o objeto “liberdade” nesta última dimensão, exclusivamente. Assim, os valores, a família e o direito à propriedade são amalgamados numa “esfera pessoal protegida” (Brown, 2019, p. 73) contra os atentados da intervenção da maioria. Em nome da liberdade individual, mesmo as soluções autoritárias contra a democracia “das massas” é justificada. Para além de Hayek e outros pensadores neoliberais do século XX, essa mesma dinâmica pode ser observada nas manifestações à direita no Brasil: a criminalização de práticas políticas e a defesa de uma intervenção militar andam lado a lado com a defesa da liberdade e da democracia, como compreendidas, o direito a não se submeter às chamadas ideologias de esquerda (pautas de gênero, sexualidade, antirracismo, direitos sociais).

Um dos principais enquadramentos desse problema, a nível mundial, é aquele da *política do ressentimento* (Brown, 2019, Hochschild, 2016), em que os agentes que se lançam nos movimentos políticos à direita são movidos por uma reação a um processo de erosão de seus privilégios (sejam eles de classe, gênero ou raça) em um terreno histórico específico: o

neoliberalismo enquanto sistema econômico e político. O desmonte da dimensão social (em favor de uma dimensão individual), e a generalização das relações de mercado tornam a trajetória social dos indivíduos cada vez mais incerta, e as mediações do mundo social cada vez mais numerosas, tornando ambígua, por exemplo, a própria soberania nacional frente à globalização, levam a uma visão de mundo cifrada que não identifica diretamente as fontes de poder e dissolve a experiência objetiva acerca daquilo que é comum e compartilhado. Essa é uma hipótese explicativa para as particularidades citadas da reação à direita: apelo ao nacionalismo, ao familiar, ao tradicional como resposta à fragmentação da experiência social, em favor de uma libertação do indivíduo, sua identidade e dotação de sentido num novo contexto em que seu estilo de vida passa a não ser amplamente legitimado.

Uma outra aproximação possível, partindo de Pierucci (1990), é a compreensão do conservadorismo como um “fenômeno social total”, uma visão de mundo que se faz valer em todos os campos da vida social: suas pautas se estendem desde a instrumentalização do corpo até o estreitamento do processo democrático, organizadas pelo eixo em comum da “(...) *obsessão de afirmar e sublinhar as diferenças* entre grupos de humanos, dotados (é o que se diz) de especificidades irreduzíveis” (Pierucci, 1990, pp. 9-10). “*O conservatismo é antes de mais nada uma proposta de sociabilidade*” e uma

(...) combinação de práticas (de distinção, hierarquização, desprezo, humilhação, intolerância, agressão, profilaxia, segregação), de discursos espontâneos e discursos doutrinários abrangendo a esfera pública e a vida privada (...) de racionalização e afetos (...), fantasmas e preconceitos girando em torno ou nascendo em raio de uma obsessão identitária, isto é, de uma necessidade sempre auto-referida de preservação à *outrance* de um ‘eu’ ou um ‘nós’ ameaçado... (Pierucci, 1990, p. 10)

Dessa forma, a reivindicação moral não poderia se abster da disputa do Estado nem que este não seja visto exatamente como um movimento tático para a realização moral. Ele próprio é um campo de disputa para a realização dessa sociabilidade.

Nas manifestações, de fato, a própria posição política exposta *é uma forma de se colocar moralmente no mundo*.

Ou seja, diferente de um alinhamento a um ou outro partido político, a manifestação pública acerca dos fatos políticos e expressando reivindicações políticas se vale de instrumentos próprios dessa outra esfera, que subordina a política (como expressão do que conforma o público, o correntemente oficial, as regras correntes do sistema político, da chamada ordem democrática) à moral (ainda entendida como expressão democrática, um

“povo” em específico que deve ser o sujeito do processo) que é uma unidade entre família, religião, Nação e mercado.

No interior desta visão de mundo, as dimensões pública e privada da sociedade são domesticadas tanto pela moralidade a reger as condutas privadas, quanto por um princípio de dominação que combina a pessoalidade do patrimonialismo à impessoalidade da burocracia. Nos dois casos, o efeito pretendido converge para um ponto comum, qual seja, garantir que a noção de "homem de bem" se torne um trunfo na disputa pela nação. (Chaguri, Cavalcante e Neto, 2019, p. 10)

A “anti-política” neoliberal é expressa numa rejeição às maiorias, pela intervenção do público sobre o privado. No entanto, a disputa do sentido do Estado aparece para os manifestantes como a forma última de livrar o terreno que é considerado apolítico (desejosamente inalterável) daqueles agentes responsáveis pela ameaça ao seu modo de vida. Essa oposição entre o moral-democrático e o político-democrático é um antagonismo fundamental das narrativas constituintes das manifestações.

Trata-se, portanto, de uma interpelação particular do objeto socialmente concebido da “política”, que situa a moral no centro da problemática política. Cabe aqui avançarmos em como tratar dessa relação teoricamente, nos termos da moralização da política e sua caracterização dessa maneira particular num momento de mobilização. Se tratamos a política como uma esfera social distinta, ao menos em nível abstrato, pressupomos que há um processo de tensão acerca de sua autonomia em relação a outras esferas, como a da moral. Partiremos aqui da leitura de Bourdieu acerca do tema para desenvolver, à luz do material já apresentado, se é possível encontrar essa relação e como ela mesma se desenvolve no cenário recente.

4.1. O capital político

Bourdieu perpassa, a depender do momento, por diversas aproximações do fenômeno “político”, definindo-o seja como um campo de disputa direta pelo aparelho do Estado, seja como um espaço de diferentes posições na produção e circulação de ideologia. De toda maneira, a interpelação do “político” está sempre relacionada a (e depende de) uma disputa pelo discurso *oficial* em uma dada formação social.

Já nos anos 1990, no curso denominado “Sobre o Estado” (2015), Bourdieu enuncia sistematicamente alguns problemas que já estão presentes em outros trabalhos sobre o tema da prática política. O ato de *nomear* e representar idealmente o coletivo encontra-se na base desse fenômeno, bem como na representação política e formação de identidades de classe que

configurariam as classes “concretas”. A nomeação e representação de um coletivo, seja ele um coletivo parcial dentro de uma determinada formação social, seja ele o próprio coletivo correspondente ao “nacional” (portanto, relacionado ao discurso que constitui o Estado), é a forma pela qual se torna público e reconhecido pelos agentes uma espécie de pertencimento e os critérios desse pertencimento.

De toda forma, há uma distinção fundamental entre a esfera pública e a esfera privada na aproximação proposta por Bourdieu. O público seria a esfera do reconhecido, das ações que correspondem a uma determinada identidade coletiva assumida através das lutas próprias a essa esfera; e onde circulam aqueles agentes a quem é autorizado e desejado o papel de representação coletiva. O privado é precisamente a esfera do “escondido”, do doméstico que é radicalmente separado do reconhecimento e do fazer público:

Se a distinção entre o privado e o público é desse tipo, se o privado é ao mesmo tempo o que é singular e o que é oculto ou passível de ser oculto, então o efeito de oficial implica necessariamente um efeito de universalização, de moralização, e aí poderíamos retomar todas as análises que Goffman faz sobre a apresentação de si e os comportamentos dos agentes sociais em público. (Bourdieu, 2015, p. 87)

Essa problemática aparece de maneira mais profícua e reveladora na leitura de Bourdieu (1987, 1989) acerca do fenômeno das classes sociais. Para o francês, as classes sociais “concretas” ou “reais” são resultado de um processo de lutas por classificação, próprias do que constituiria o ato político:

O que está em jogo nas lutas simbólicas é a imposição da visão legítima do mundo social e de suas divisões, ou seja, poder simbólico enquanto poder criador [*worldmaking*] (...) o poder de impor e inculcar princípios de construção da realidade, e particularmente para preservar ou transformar princípios estabelecidos de união e separação, de associação e dissociação já eficazes no mundo social como as classificações correntes de gênero, idade, etnia, região ou nação, ou seja, essencialmente, poder sobre as palavras usadas para descrever grupos ou as instituições que os representam. Poder simbólico, cuja forma por excelência é o poder de criar grupos e consagra-los ou institucionaliza-los (...) consiste no poder de fazer algo existir em estado objetivo, público ou formal quando antes existia somente de forma implícita (...) o poder performático de nomear, que quase sempre vem com o poder de representação, traz à existência institucional, i.e. enquanto uma corporação, o que antes existia apenas enquanto uma coleção de indivíduos justapostos. Aqui devemos perseguir integralmente as implicações do fato de que as lutas simbólicas entre agentes são principalmente promovidas através da mediação de profissionais de representação

que, agindo enquanto porta-vozes dos grupos aos quais devem servir com sua competência específica, se confrontam em um campo relativamente autônomo, o campo político. (Bourdieu, 1987, p. 14, tradução livre)

No entanto, essa não é a única forma na qual aparece o problema das classes sociais. O tratamento é distinto para as classes enquanto um fenômeno real reconhecido pelos agentes enquanto tal e enquanto um instrumento sociológico, que também apresenta seus efeitos mesmo que não sejam diretamente reconhecidos enquanto um objeto explícito. É o caso das classes “teóricas”, que delimitam condições homogêneas de existência, ou seja, a similaridade entre os *habitus* dos agentes determinada por condições também similares de estruturação de sua subjetividade. Assim, a possibilidade de conformação de uma classe “real” enquanto reconhecimento objetivo de uma classificação não é arbitrária e totalmente indeterminada, mas em geral obedece a uma tendência proveniente de um *habitus* de classe.

Assim, se por um lado a conformação das lutas políticas está relacionada ao ato de nomeação e reconhecimento próprio das classes “concretas”, por outro, a participação de agentes nas lutas políticas e a legitimidade desse campo está também relacionada aos agentes conforme seu condicionamento pelas classes “teóricas”, ou seu *habitus* de classe, a “*classe incorporada*” (Bourdieu, 2008, p. 410).

Em *A Distinção*, o problema do espaço político aparece como um espaço constituído em que se organiza a concentração da “capacidade de produção do discurso sobre o mundo social” (Bourdieu, 2008, p. 371). Dizemos espaço constituído porque trata-se de um espaço com lógica própria, ainda que nesse texto Bourdieu não o caracterize *integralmente* como um campo propriamente dito: como veremos, essa caracterização aparece em outros momentos de sua obra. Nesse espaço, Bourdieu descreve uma dinâmica concorrencial da produção de discursos sobre o mundo social, a partir de instrumentos desigualmente distribuídos e com algum nível de consagração (permitindo que o discurso produzido seja validado de alguma maneira).

Por um lado, reconhece a existência desse espaço, distinto de outros e com uma lógica própria, como fruto de uma construção dos intelectuais enquanto força social buscando a *descentralização* da legitimidade do discurso do ponto de vista de sua autonomia relativa, em relação a outras instâncias de legitimação; e por outro, que a tendência desse mesmo processo é a de *centralização* da legitimidade do discurso em determinados agentes que atendem aos critérios construídos pela lógica própria do espaço político. Nesse cenário, e através de uma aproximação do problema concentrada na política como parte mais ou menos integrada ao

estilo de vida de diferentes classes sociais, Bourdieu trata o engajamento ou tomada de posição política como um

(...) encontro entre uma oferta e uma demanda: por um lado, *o campo de produção ideológica*, universo relativamente autônomo, em que se elaboram, na concorrência e no conflito, os instrumentos de pensamento do mundo social objetivamente disponíveis em determinado momento e em que, ao mesmo tempo, se define *o campo do pensável politicamente* ou, se quisermos, *a problemática legítima*; por outro, agentes sociais que ocupam posições diferentes no campo das relações de classes e definidos por uma *competência política* em maior ou menor grau, ou seja, por uma capacidade maior ou menor para reconhecer a questão política como política e tratá-la como tal, fornecendo-lhe uma resposta do ponto de vista político, ou seja, a partir de princípios propriamente políticos - e não éticos, por exemplo -, capacidade que é inseparável de um sentimento mais ou menos vivo de ser *competente* no sentido pleno da palavra, ou seja, socialmente reconhecido como habilitado a ocupar-se das questões políticas... (Bourdieu, 2008, pp. 372-373)

Assim, a tomada de posição política reflete um nível de reconhecimento social sobre a quem *compete* falar ou elaborar opiniões sobre os temas que aparecem como propriamente políticos. Partindo de entrevistas realizadas pelo IFOP (Instituto Francês de Opinião Pública) entre 1970 e 1971, Bourdieu foca nas abstenções para detectar esse tipo de variação: enquanto questões éticas ou imediatas são respondidas pela maioria dos entrevistados independentemente de sua posição social, as questões “propriamente políticas”, que evocam um outro intertexto, apresentam maior abstenção entre as classes populares e mulheres, ao contrário do público masculino de classes intermediárias e superiores. O argumento de Bourdieu para explicar essas variações é de que a *propensão* a tomar uma posição política varia de acordo com “a propensão para usar um ‘poder’ político - o poder de votar, de ‘falar como político’ ou de ‘fazer política’...” (2008, p. 378).

A diferenciação realizada entre temas éticos e políticos em seu argumento não significa, no entanto, que os temas éticos sejam externos à política enquanto um espaço social constituído. Tal espaço é necessariamente envolvido nas interpelações éticas acerca da vida social, e diversos temas associados aos processos políticos, como a imigração, os direitos femininos, direitos da infância, etc., são também temas éticos. A diferenciação está, na verdade, naqueles conteúdos que são tanto mais próprios e particulares do espaço político quanto não aparecem ou não circulam em outros espaços, como uma lei orçamentária ou relações internacionais, por exemplo. É nesse sentido, inclusive, que os instrumentos de produção ideológica intervêm na formulação daquilo que é ou não é *propriamente político*.

O problema da propensão, por sua vez, revela que o espaço político é reconhecido

socialmente como sendo o *lugar* de determinados agentes políticos, julgados como tal a partir de critérios determinados em seus marcadores distintivos, consagrados enquanto tal pela posse de determinados capitais e títulos outorgados por instituições oficiais.

O mecanismo eleitoral, ainda nos estudos de Bourdieu (2008), não é um processo de eleição de indivíduos pertencentes a determinados grupos sociais por esses mesmos grupos sociais, como numa representação direta do operário pelo operário, do colarinho branco pelo colarinho branco, da mulher pela mulher, etc. Ao invés disso, esses grupos tendem a eleger um mesmo perfil um tanto homogêneo, masculino e com diplomação de ensino superior (2008, pp. 380-381). A posse de capital escolar não é, assim, um requisito de conhecimento efetivo da política, mas um requisito social para ser reconhecido como pertencente a esse espaço:

Portanto, na relação bastante estreita que se estabelece entre o capital escolar e a propensão para responder aos problemas mais propriamente políticos, seria ingênuo ver um efeito simples e direto da distribuição desigual da competência especificamente política, definida, no sentido restrito, pela posse de conhecimentos eruditos e práticas necessárias para produzir ações e julgamentos propriamente políticos - e, sobretudo, talvez, pelo domínio da linguagem propriamente política... (Bourdieu, 2008, p. 381)

Bourdieu (1989) rejeita categoricamente as teses que apontam para uma incompetência inata ou fruto de variações na apropriação do conhecimento por parte das “massas” em contraposição a uma minoria bem educada. Ao invés da expressão de uma virtude, Bourdieu propõe analisar as lutas políticas como expressão das “determinantes econômicas e sociais da divisão do trabalho político” (1989, p. 163). Embora a participação na política exija, de fato, determinados conhecimentos e habilidades técnicas a serem adquiridas, não é possuí-los ou não o determinante do fenômeno da divisão do trabalho político, mas também a distribuição social das possibilidades de sua apropriação e a forma como essa distribuição é reconhecida na forma de capitais. É dessa forma que aparece o capital *especificamente político*:

(...) a concentração do capital político nas mãos de um pequeno grupo é tanto menos contrariada e portanto tanto mais provável, quanto mais despossados de instrumentos materiais e culturais necessários à participação ativa na política estão os simples aderentes - sobretudo, o tempo livre e o capital cultural. (Bourdieu, 1989, p. 164)

E voltando ao mesmo tema em *A Distinção*:

A competência ‘técnica’ depende, fundamentalmente, da competência social e do sentimento correlato de ser estatutariamente fundamentado e convocado a exercer essa capacidade específica, portanto, a detê-la, por intermédio da propensão para adquiri-la que é função da capacidade e da necessidade socialmente reconhecidas para proceder

a tal aquisição. Ou dito em outras palavras, para compreender a relação entre o capital escolar e a propensão para responder às questões políticas, não basta levar em consideração a capacidade de compreender o discurso político, de reproduzi-lo, até mesmo, de produzi-lo, que é garantida pelo diploma escolar; convém fazer intervir, também, o sentimento - autorizado e incentivado do ponto de vista social - de ter bons motivos para dedicar-se à política, de ser autorizado a falar de política, de ter autoridade para falar politicamente das coisas políticas, implementando uma cultura política específica, ou seja, princípios de classificação e de análise explicitamente políticos, em vez de responder pontualmente a partir de princípios éticos. (...) *A competência técnica é para a competência social o que a capacidade de falar é para o direito à palavra.* (Bourdieu, 2008, pp. 382-383, nosso destaque)

A posse do capital político, na sociedade francesa abordada por Bourdieu, intimamente relacionada à posse do capital escolar, determina também uma relação de *delegação* da posição política daqueles *incompetentes* - novamente, no sentido de não reconhecidos socialmente como sujeitos da prática política - para os *competentes*. Por isso mesmo a divisão entre aqueles que *produzem* ideologia ou opiniões a serem aceitas e circuladas e aqueles que *consomem*, participando apenas passivamente.

Dessa maneira, a valorização de uma opinião “pessoal” sobre as questões políticas - rejeitando-se a delegação da formulação a agentes ou instrumentos de produção ideológica - é tanto mais comum entre os agentes que possuem maior volume de capital escolar e pertencem, mais tipicamente, aos estratos intermediários e superiores do espaço social. Em termos muito próximos de nossa caracterização da classe média:

Vê-se, de fato, que a reivindicação do direito à ‘opinião pessoal’ e a desconfiança em relação a todas as formas de delegação, sobretudo, na política, inscrevem-se logicamente no sistema das disposições próprias a indivíduos cujo passado e projeto baseiam-se na aposta da salvação individual, escorada nos ‘dons’ e ‘méritos’ pessoais (...) na escolha de privilegiar sistematicamente (...) o privado, o íntimo (‘em sua casa’) contra o que é público, coletivo, comum, qualquer, emprestado... (Bourdieu, 2008, p. 389)

Aqui, Bourdieu se refere a um *habitus* de classe próprio da pequena burguesia, que evidentemente não significa uma independência dos chamados modos de produção de opinião, mas precisamente uma relação específica com os mesmos. Ao invés da delegação por meio da abstenção da opinião individual, os agentes dessa classe se apropriam das opiniões produzidas por outros instrumentos (sejam jornais, revistas, figuras públicas) para apresentar como sua ou, independentemente do procedimento, reivindicar uma posição *própria* frente a eventos propriamente políticos, sem evocar a um outro agente ou instrumento competente para tal por

sua acumulação de capital especificamente político. O efeito dos meios de produção de opinião estão sempre presentes, variando apenas a relação dos agentes com eles, conforme circulam seus produtos; seja pela legitimação dos mesmos por meio da abstenção (que lhes delega a autoridade para falar sobre assuntos propriamente políticos), seja pela concordância explícita com uma linha política definida circulante, seja por uma combinação entre uma linha política na forma como aparece em sua circulação e o “*ethos*” do agente, ou seja, uma “fórmula geradora não constituída como tal que permite engendrar (...) respostas objetivamente coerentes entre si e compatíveis com postulados práticos de uma relação prática com o mundo”(Bourdieu, 2008, p. 392).

Vale salientar a preponderância da identidade individual, a centralidade da persona e sua irredutibilidade, na forma como é concebido o posicionamento político, para Bourdieu, entre os agentes da classe média por efeito de uma concepção meritocrática de mundo própria a seu *habitus* de classe.

Mas essa é apenas uma tendência entre outras: para Bourdieu, um dos determinantes mais significativos para o posicionamento político é o efeito da trajetória, a variação temporal da distribuição e acumulação de capitais por determinados agentes ou grupos de agentes. Em outras palavras, o condicionamento da ação não pode ser lido apenas a partir de propriedades como se apresentam em um dado momento, mas de onde vem o agente, em termos de posição social ocupada, e para onde tende a ir, aonde imagina ir, nos mesmos termos.

Ocorre que só pode haver uma verdadeira compreensão das diferenças, às vezes, imensas, que separam categorias, apesar de sua proximidade no espaço objetivo (...) se for levada em consideração, além do volume e da estrutura do capital, a evolução no tempo dessas propriedades, ou seja, a *trajetória social* do grupo em seu conjunto e do indivíduo considerado e de sua linhagem, que se encontra na origem da *representação subjetiva* da posição objetivamente ocupada. Uma das características mais determinantes das escolhas políticas reside, efetivamente, no fato de que elas fazem intervir, mais que todas as outras escolhas (...) a representação mais ou menos explícita e sistemática que o indivíduo tem do mundo social, assim como da posição que ocupa e ‘*deveria*’ ocupar nele... (Bourdieu, 2008, p. 424)

Este último ponto exposto, sobre a posição que o agente acredita *dever* ocupar é de especial interesse para nossa pesquisa. No capítulo anterior, abordamos a trajetória da classe média sob os governos petistas e como o comportamento político dessa classe não parece ser diretamente determinado por uma corrosão de sua renda ou mesmo de aspectos tão significativos do seu estilo de vida, acesso ao consumo ou valorização de suas ocupações típicas. Diferente disso, a questão foi deslocada para uma concepção de *dever ser* do mundo social, que diz respeito não apenas ao conteúdo de uma posição social (aquilo que é

simbolicamente atribuído a ela e suas relações materiais correspondentes) mas à sua relação com outras posições, i.e. a distância entre as classes no mundo social. Estão em jogo aqui expectativas de retribuição a determinadas estratégias de reprodução que foram formuladas sob uma determinada condição geral e que não necessariamente se realizam com o decorrer do tempo: por exemplo, a não retribuição de um pretendido mérito do esforço intelectual vinculado ao ensino superior progressivamente democratizado, etc.

Tais efeitos são relativos à relação da população em geral com as opiniões políticas, nos termos apresentados em *A Distinção*. No entanto, a participação especificamente no *campo político* como um espaço parcial determinado, apresenta outras condicionantes.

A delimitação desse campo não é tarefa simples, e por sua própria natureza (ao estar subordinado ao princípio do sufrágio universal e, portanto, ter sua autonomia relativa radicalmente reduzida pela sua relação necessária com a participação dos “profanos”), suas fronteiras estão em constante negociação, e sua permeabilidade varia de acordo com o fluxo de mobilização e organização das massas “incompetentes” politicamente do ponto de vista da consagração daqueles autorizados a produzir opiniões políticas. O princípio adotado por Bourdieu (1989), no entanto, dá conta de definir as fronteiras do campo a partir dos critérios que lhe dão fundamento: trata-se da limitação que coincide com

(...) o universo do discurso político (...) o universo daquilo que é pensável politicamente, ao espaço finito dos discursos suscetíveis de serem produzidos ou reproduzidos nos limites da problemática política (...) sociologicamente possíveis dadas as leis que regem a entrada no campo. A fronteira entre o que é politicamente dizível ou indizível... (Bourdieu, 1989, p. 165)

Ou seja, precisamente a definição social do *lugar* daqueles que produzem discurso dentro de uma problemática delimitada que é reconhecida socialmente como propriamente política. Esse reconhecimento, sim, encontra-se em constante mutação a depender das lutas em seu interior e pela definição de sua estrutura interna e permeabilidade. O nível de autonomização do campopolítico, por sua relação necessária com os “profanos”, tende a gerar conflitos acerca de sua própria existência na forma do “apolitismo” ou “antiparlamentarismo”, nos termos de Bourdieu (1989, p. 169), como desafios ao reconhecimento social do campo e seus agentes constituintes. Na constituição desse campo intervém a relação com os “profanos” na forma da *representação política*: a legitimação dos agentes no campo não se dá de maneira autorreferenciada e tendente à autonomia como em outros campos, como o literário, mas apenas mediante uma relação de identidade e funcionalidade com um grupo social que delega sua participação no Estado e na produção ideológica, seja na forma da representação parlamentar, seja na forma do consumo de uma opinião produzida em uma revista ou jornal, seja na forma

do reconhecimento de um corpo técnico do Estado como representante de uma pretensa racionalidade geral. Há aqui uma relação assumida entre “mandantes” (o povo) e “mandatários” (os políticos, constituintes do Estado), ainda que a relação entre “dirigentes” e “dirigidos” seja a inversa.

Finalmente, conforme o campo adquire autonomia, maior é também a eficácia das formas *objetivadas* de seu capital específico, no caso do capital político, as cadeiras no Estado, partidos políticos e grandes meios de comunicação. A dinâmica desses instrumentos - em especial, para Bourdieu, dos partidos políticos - tende a gerar uma defasagem em relação à sua aparência de *representante* de um interesse popular constituído fora do campo político, e problemáticas próprias também independentes daquelas formuladas em seu exterior (dividindo a possibilidade de participação por meio do *habitus* de classe). Assim, as disputas acerca da legitimação ou não legitimação do campo são organizadas em torno dessas formas objetivadas, que poderíamos acrescentar, para além do que pontua Bourdieu diretamente, o anti-partidarismo, as mídias contra-hegemônicas, novas propostas organizativas, etc.

O Estado, o principal dos objetos em disputa no campo político, não é entendido como algo distinto qualitativamente do discurso político, como um ente que antecede os processos de luta e classificação. Ainda que profundamente sedimentada, a posição privilegiada do Estado em ordenar todos os aspectos da vida social só existe por conta de lutas pela institucionalização da autoridade de determinados agentes, sob determinados critérios de apreciação social. Seu fundamento é, antes do clássico monopólio da violência, o monopólio da violência simbólica, ou seja, capacidade de impor um esquema de classificação que se traduz em relações efetivas de poder. No entanto, as ponderações de Bourdieu sobre o Estado e sua natureza vieram apenas no final de sua trajetória, e suas principais leituras acerca do campo político entendem a política, ainda que não desvinculada do Estado, vinculada especialmente à nomeação de grupos, do dizível e indizível - enfim, regulação dos meios simbólicos pelos quais grupos se constituem e se movem.

Os movimentos de contestação da estrutura ou das fronteiras do campo político são alguns de seus objetos privilegiados: Bourdieu (2011) cita o “populismo” e as críticas ao populismo como movimentos de tentativa de abertura e fechamento do campo político, a depender dos interesses de disputa dos agentes em seu interior, bem como as tendências externas de contestação ao campo. Por um lado, o chamamento das massas “profanas”

enquanto sujeitos do processo político, e cujas opiniões (para Bourdieu, em geral, opiniões não propriamente políticas, mas essencialmente éticas, respostas à vida cotidiana) teriam legitimamente espaço também na cena política; e por outro, a defesa do campo político como um campo fechado, onde apenas devem valer as opiniões daqueles com competência atestada pelos meios de recrutamento do campo, relacionados novamente ao acúmulo (preponderante) de capital cultural. Parte das dinâmicas do conflito pela estrutura do campo político é precisamente colocar em questão o que fundamenta o capital político enquanto tal, ou seja, quais capitais incorporados e objetivados podem ser convertidos em capital político, e quais agentes podem efetivamente participar de suas disputas.

Para além dos trabalhos de Bourdieu acerca do campo político (o campo político francês e o campo político enquanto objeto teórico), é possível enfrentar diversas questões sobre a existência de um campo dessa espécie em cada formação social, sua relação com capital cultural e possível preponderância de outros capitais em sua conversão, a precisão do campo como um campo de políticos “profissionais” ou como um campo de disputa mais amplo dentro do qual os políticos “profissionais” ocupam apenas uma posição privilegiada em seu interior, etc. Nosso objeto aqui, no entanto, não é, em si, o campo político. Analisar os efeitos objetivos das manifestações sobre a conformação de um campo político enquanto partidos e instrumentos de produção ideológica, a concentração de capital político entre esses agentes, etc. seria objeto para uma pesquisa com outros objetivos e metodologia. Pretendemos apenas promover uma aproximação teórica dos problemas empíricos que identificamos e expusemos no primeiro capítulo: a unidade discursiva das ruas; sua moralização e intensidade relacionadas à trajetória de classe predominante entre os manifestantes. Assim, apenas parcialmente a relação dos agentes com o que é reconhecido enquanto campo político, suas regras e injustiças e, mais especificamente, como a legitimidade e pertencimento ao “político” é concebida pelos próprios e mobilizada de alguma maneira nesse discurso.

Do ponto de vista estrito apresentado por Bourdieu, no caso francês e em especial em *A Distinção*, há uma separação bem marcada entre opiniões pautadas em problemas éticos e morais e aquelas opiniões pautadas por problemas “propriamente” políticos, mediadas pelas relações próprias desse campo. No entanto, o que observamos no caso das manifestações à direita e em sua relação com o próprio campo político “profissional” (dos parlamentares, dirigentes partidários, ocupantes do Estado, quadros jurídicos), é que mesmo a política oficial, no interior do Estado, passa a ser pautada efetivamente por questões éticas e morais, que constituem o eixo do debate político em torno do *impeachment* de Dilma, da inelegibilidade de Lula, da própria Operação Lava-Jato e da eleição de Bolsonaro e seu grupo político. Mais

significativo do que isso, para nós, é o fato de que largas massas passam a evocar seu protagonismo na política ao tomar as ruas precisamente por meio do investimento moral.

4.2. Marginalidade imaginada

Camila Rocha identifica em seu estudo sobre os grupos ultraliberais que deram origem à organização das grandes manifestações pró-impeachment a tentativa de formar um “contrapúblico”, uma forma parcializada de afirmar uma identidade não respaldada pelo “horizonte cultural dominante” (Rocha, 2019, p. 133) que constitui o espaço público mais amplo. Entre esses liberais de organização incipiente, “(...) todos partilhavam exatamente a percepção de um *status* subordinado em relação a um horizonte cultural dominante (...) Era frequente o sentimento de marginalidade em relação a públicos dominantes...” (Rocha, 2019, p. 135) A ausência de uma representação própria no espaço público levou à criação de circuitos mais estáveis e produtivos intelectualmente na forma de coletivos e *think tanks*, tal qual o Instituto Mises Brasil, o Líber e mais tarde o próprio Movimento Brasil Livre (MBL), envolvendo nomes que se tornaram relevantes no cenário da oposição, como Rodrigo Constantino, Fábio Ostermann, Kim Katagiri, entre outros, somando-se a figuras já estabelecidas como Reinaldo Azevedo, Olavo de Carvalho e Luís Felipe Pondé.

O próprio Pondé, filósofo de formação e colunista proeminente, desenvolve em diversos artigos um quadro de “inversão” desvirtuada das relações sociais com as alterações no padrão de consumo das classes populares:

Estou a 25 mil pés de altitude, voando num desses turboélices. Adoro o som da hélice. Lá embaixo, paisagens distantes. Gosto de voar. Comecei a voar com um ano de idade, quando meu pai, então um jovem capitão médico da Aeronáutica, me levava para voar em aviões da FAB. Entretanto, detesto aeroportos e classes sociais recém-chegadas a aeroportos, com sua alegria de praças de alimentação. Viajar, hoje em dia, é quase sempre como ser obrigado a frequentar um churrasco na laje. (2010, apud Cavalcante, 2015a, p. 189)

À rejeição e negação das alterações na distribuição de renda e, conseqüentemente, no monopólio de classe sobre determinados espaços sociais e mecanismos de distinção, se soma um discurso acerca das mudanças culturais, valorativas e políticas que estariam sendo empreendidas pela esquerda no poder (Waltz, 2017). Desde Olavo de Carvalho, intelectual importante para a organização da direita a partir das redes sociais e, mais tarde, para a direção intelectual do bolsonarismo, até os colunistas já citados e as palavras de ordem nas ruas, é

expresso um grande ressentimento em relação à aceitação e difusão das pautas tradicionalmente vinculadas à esquerda e ao trabalho, como os próprios direitos trabalhistas, direitos reprodutivos, identidade de gênero, igualdade racial, etc. Esse movimento é lido por esses atores como um ato conspiratório, inspirado no “gramscismo” e no “marxismo cultural”, com o objetivo de manipular as massas para fins escusos de dominação e benesses políticas para um determinado grupo que estaria longe de representar os interesses nacionais.

As vítimas dessa inversão seriam as classes superiores e médias, objeto de ressentimento pelos subalternos pelo seu sucesso obtido a partir de mecanismos meritocráticos em vigor numa sociedade justa em princípios, ainda que desigual na distribuição de recursos. É negada a ideia de que a resolução da situação da pobreza e subalternidade esteja na reivindicação política, uma vez que esta via altera as condições da competição “livre” que permite a retribuição justa ao mérito. Para Rodrigo Constantino, essas reivindicações são fruto da inveja e ressentimento organizados por uma esquerda manipuladora, envolvida na incapacidade de entrar no cenário competitivo dos “homens médios” que incorporam efetivamente os valores do capitalismo: “Por trás disso tudo, um forte ressentimento, um ódio ao capitalismo liberal, e um desejo profundo de destruição. Era a transição do socialismo para o niilismo: se um não vingou, vamos destruir o outro!” (2015, apud Waltz, 2017, p. 12)

Esse suposto ataque às classes superiores e médias ocorre em dois sentidos, identificados em geral por esses atores: no campo hegemônico e cultural; e no campo institucional, ambos como parte de um projeto político vinculado ao socialismo - que compreende aqui um sentido muito amplo e indistinto, envolvendo desde as experiências do socialismo real e o bolivarianismo até os órgãos da ONU. Constantino acusa os próprios órgãos de pesquisa do governo, como o Ipea, de terem se tornado centros de produção ideológica durante os governos do PT (Constantino, 2015), além da percepção altamente difundida de que as universidades seriam por excelência os locais de reprodução ideológica da esquerda. Essa articulação expressa a percepção de um movimento que se infiltra em todos os âmbitos e sentidos da vida social, desde a política institucional até a vida doméstica, passando pelo espaço público, que se torna campo de batalha para as ideias desses atores.

O jornalista e ferrenho (ex) detrator do petismo Reinaldo Azevedo, citado por Cavalcante (2015a), expressa sinteticamente esse ponto de vista da classe média enquanto vítima do progressismo:

Um grito de protesto da classe média é ilegítimo? É ela hoje o verdadeiro ‘negro’ do Brasil: paga impostos abusivos; não utiliza um miserável serviço do Estado, sendo obrigado a arcar com os custos de saúde, educação e segurança; tem perdido

progressivamente a capacidade de consumo e poupança; é o esteio das políticas ditas sociais do governo, e, por que não lembrar?, ninguém a protege... (Reinaldo Azevedo, Veja, 08/08/2007 *apud* Cavalcante, 2015a, p. 190)

Não há apenas uma percepção de perda econômica ou de deterioração do estilo de vida própria da classe, mas também uma percepção, fiel ou não, acerca da própria condição objetiva da classe enquanto sujeito do processo político, no caso, uma condição marginal e lesada pelo poder político. Isso, por si, constitui já um problema. No entanto, para além disso, a forma de reivindicação nas manifestações à direita não é uma simples reivindicação da inclusão política, mas de uma inclusão com contraparte na exclusão de outras classes, identificadas com a pecha populista.

Esses discursos respaldam a tese defendida por Francisco de Oliveira de que os governos petistas operaram uma inversão na aparência da dominação:

Parece que os dominados dominam, pois fornecem a “direção moral” e, fisicamente até, estão à testa de organizações do Estado, de modo direto ou indireto, e das grandes empresas estatais. Parece que eles são os próprios capitalistas, pois os grandes fundos de pensão das estatais são o coração do novo sistema financeiro brasileiro e financiam pesadamente a dívida interna pública. Parece que eles comandam a política, pois dispõem de poderosas bancadas na Câmara dos Deputados e no Senado. (Oliveira, 2010, p. 26)

Se o ensaio de Oliveira apontava para o efeito de *consenso* operado por essa aparência de participação política das classes populares, as manifestações à direita apontam que essa aparência também se efetiva no *dissenso* a partir do momento em que essa mesma participação é vista como elemento negativo e ameaçador por outras camadas sociais capazes de promover um debate público e ocupar as ruas.

Ou seja, um senso de *desajuste*, em que a situação objetiva não é percebida de forma idêntica ao *dever-ser* inscrito nas representações hierárquicas subjetivas dos agentes, que movem suas práticas.

4.3. Da imaginação à construção do capital político

A ausência de uma representação no espaço público, apontada por Rocha (2019) no caso dos ultraliberais, não é algo dado e evidente para caracterizar todas as massas que se lançaram às ruas desde 2014. Ainda que lideranças relevantes (como os próprios organizadores do VPR) tenham rejeitado um apoio total (e aceitado um “apoio crítico”) à candidatura de Aécio Neves em 2014, o segundo turno das eleições acirrou as identidades polarizadas à época e funcionou, temporariamente, como uma representação da direita na cena política nacional, assim como,

mais significativamente, a Operação Lava-Jato serviu como representante dos anseios morais das massas mobilizadas intervindo na cena política.

O que aparece no discurso, em especial aqueles mais elaborados pelas lideranças nas ruas, é uma necessidade que vai além de haver ou não uma representação institucional, algo como suprir um vácuo, e aponta para a função positiva das mobilizações nas ruas como forma de pressão sobre um processo no qual as representações institucionais já não têm mais controle, de seu ponto de vista. Ou seja, um transbordamento da institucionalidade para as ruas, ao invés de uma oposição “povo x Estado” ou uma tendência antissistema tomada de forma totalizante. A visão predominante não foi de um sentimento de oposição a toda e qualquer autoridade do Estado ou do “sistema”, embora essa oposição tenha sido utilizada fartamente: a predominância pertenceu a uma visão de articulação entre o “povo” mobilizado e determinadas instituições e representantes do Estado.

Ao invés de uma substituição e oposição ao espaço objetivamente constituído como o espaço legítimo da representação política, o fenômeno aparece mais como um *transbordamento* desse espaço, que permanece como referência e centro dinâmico, para o espaço das ruas e das novas organizações. Ainda assim, esse transbordamento põe em xeque, inevitavelmente, os critérios já estabelecidos de legitimidade e propõe os seus próprios, que no momento das manifestações de rua não mostra consequências absolutas para o estado do campo político, mas constitui um movimento de contestação desses critérios. Se uma característica marcante das manifestações à direita é a desconfiança nos partidos tradicionais - incluindo uma desconfiança crescente com o PSDB, partido antes representante mais significativo do espectro político à direita (Ortellado e Solano, 2015) -, também é significativo sua conversão num movimento de promoção eleitoral de diversas novas figuras políticas tidas como “outsiders” ou que representassem, pelo menos esteticamente, algo radicalmente distinto do republicanismo predominante.

A anti-política própria do conservadorismo liberal que comentamos no início deste capítulo se expressa como rejeição à política como representante do universal em sua representação pluralista. A grande vocação popular proposta pelos manifestantes é aquela da imposição de uma maioria que não é caracterizada necessariamente como uma maioria numérica, mas como a existência autêntica sob os símbolos nacionais. Mesmo a possibilidade de uma derrota no campo eleitoral, bem como quando a derrota se consolidou nas eleições de 2022, tinha como resposta, desde o início do período aqui tratado, a solução militar: a

imposição pela força de um ponto de vista parcial, em detrimento do processo institucional democrático. Há uma contestação direta à legitimidade dessas instituições e a diversos elementos da “doxa” política; o não reconhecimento do capital político objetivado nas instituições sufragadas do Estado, e a tentativa de criar novos critérios para sua objetivação.

Esse fenômeno se aproxima daquilo que se pode chamar de “contestação do capital pelo capital” (Wacquant, 2023, p. 49, tradução livre), ou seja, a disputa pela valorização relativa dos diferentes capitais, possuídos por diferentes grupos de agentes. Se há, expresso pela estabilidade das instituições políticas, um capital político concentrado em um grupo determinado de agentes, e justamente essa concentração ou a validade da legitimidade de tal posição enquanto detentores de tal concentração de capital estão sendo contestadas, os manifestantes trazem em sua intervenção pública um conteúdo próprio de contestação: uma moralidade específica, que até então não ditava diretamente os rumos gerais da distribuição do capital político e, mais importante ainda para nosso objeto, não adquiria um caráter ativo de massas.

Estamos tratando aqui de um fenômeno que move numerosas massas, em sua maioria, indivíduos não envolvidos na luta por posições no interior do Estado ou do que constituiria o campo político em seu sentido mais restrito, dos políticos profissionais. Seria um grande equívoco tratar o problema como uma simples disputa pelas condições de acesso a esse espaço.

Objetivamente, situamos o problema na relação entre essa massa e a política enquanto um espaço socialmente concebido. O objeto da ação é precisamente a própria anatomia de tal espaço, e não apenas determinadas trajetórias individuais em seu interior: para Bourdieu (2008, 2013), as estratégias de reprodução são menos ações centradas numa trajetória individual eficiente e mais ações voltadas à manutenção e valorização de um determinado *lugar* ocupado, no sentido de que os capitais possuídos, portanto, aqueles valorizados ou desvalorizados no decorrer das lutas sociais, não são propriedades únicas de um indivíduo ou família, e sim marcadores sociais que são eficazes na medida em que são compartilhados e restringidos e que se tornam objeto da sociologia na medida em que são compartilhados e restringidos. Uma alteração nas condições gerais de valorização de um capital gera uma reação pela tentativa de readequação da realidade observada à “realidade” incorporada no *habitus* dos agentes mobilizados; e este é o ponto, não porque os agentes conscientemente reconhecem uma desvantagem e buscam mudá-la por um comportamento calculado.

As estratégias de reprodução - conjunto de práticas, do ponto de vista fenomenológico, bastante diferentes, pelas quais os indivíduos ou as famílias tendem, inconscientemente e conscientemente, a conservar ou aumentar seu patrimônio e, correlativamente, a manter

ou melhorar sua posição na estrutura das relações de classe - constituem um sistema que, sendo o produto do mesmo princípio unificador e gerador, funciona e transforma-se como tal. (Bourdieu, 2008, p. 122)

Nosso uso dessa perspectiva neste caso não é aleatória. As manifestações à direita, como os grandes ciclos de manifestação em geral, envolvem de fato diversos agentes que buscam uma inserção no campo político profissional, mas são constituídas majoritariamente - maioria que nos interessa enquanto objeto - por agentes que restringem sua participação na cena política ao comparecimento eventual ou, senão eventual, sem cristalizar sua participação na forma de inscrição em uma organização ou autoconstrução enquanto figura pública e possível representante de seus companheiros. O comprometimento político nessas manifestações é, como já abordamos, também um comprometimento moral sobre o conteúdo das relações sociais, manifesto através da ação política nas ruas.

Ou seja, a disputa pelo capital político não se dá como uma estratégia de elevação individual ou de grupo *especificamente dentro do campo político*, entre a totalidade dos agentes mobilizados. Trata-se de uma disputa de classe sobre a própria “expansão” do campo político e sua funcionalização na distinção social dos agentes, a partir de uma visão de *dever-ser* que incluiu essa arena. Voltando a Bourdieu, vemos que

(...) estas estratégias dependem, em primeiro lugar, do volume e estrutura do capital a ser reproduzido (...) E, em segundo lugar, do estado - por sua vez, dependente do estado da relação de força entre as classes - do sistema dos instrumentos de reprodução, institucionalizados ou não (estado dos costumes e da lei sucessória, do mercado de trabalho, do sistema escolar, etc.): mais precisamente, tais estratégias dependem da relação estabelecida, em cada momento, entre o patrimônio dos diferentes grupos e os diferentes instrumentos de reprodução...” (Bourdieu, 2008, p. 122)

Para analisar as estratégias de reprodução, é necessário observar o encontro do estado dos capitais possuídos pelos agentes com os instrumentos disponíveis para a valorização ou reconversão de tais capitais. Em outras palavras, o encontro entre as *disposições* dos agentes e determinadas condições compartilhadas, concebidas enquanto comuns, em algum nível legítimas, próprias daquilo que é e pode ser tornado público. Podemos identificar tal encontro na apropriação de um determinado repertório de lutas - a tomada das ruas - e de uma pauta pretensamente universal - o tema da corrupção -, ambos pela ocasionalidade das jornadas de junho de 2013 como um evento de amplo reconhecimento público nacional.

Já tratamos aqui da ideologia própria da classe média e sua relação em geral com os temas da corrupção, família, mercado, mérito e Estado, condicionando o conteúdo da visão de mundo que orienta os agentes e as pautas que privilegiam. Mas o que parece ter permitido que essa visão de mundo fosse organizada na forma de manifestações massivas de rua foi a

disponibilidade tornada eficaz da tomada das ruas como forma de expressão pública não mais relacionada apenas às organizações e pautas de esquerda. As jornadas de junho de 2013 permitiram um reconhecimento mais amplo de que as opiniões políticas não necessariamente devem estar confinadas na passividade cotidiana ou nas disputas dos representantes políticos. Alonso (2023) identifica um processo contínuo de desenvolvimento de um campo propriamente dito (aqui não no sentido bourdieusiano) entre as tendências políticas surgidas dentro dos atos de rua de 2013, o campo identificado como “patriota”. A possibilidade de uma expressão cívica *autêntica*, não mediada pelas instituições políticas, atraiu não apenas as esquerdas que buscavam seu caminho para além da institucionalidade representada pela hegemonia petista no campo de esquerda, mas também aqueles que concebiam a institucionalidade política como atualmente imbuída de imoralidade, seja nos termos do combate à corrupção, seja nos termos do conservadorismo, seja nos termos, como aponta Alonso, do saudosismo da ditadura cívico-militar.

Os manifestantes, e seus principais representantes nascidos ou promovidos pelas manifestações de rua, se constituíram em uma força social que, pelo efeito de sua presença no espaço público, foi capaz de gerar aderências que transformaram posição política passiva em posição política ativa e mobilizada nas ruas. A contradição entre o estado factual do campo político e a visão de *dever-ser* da classe média encontrou condições objetivas de realização nesse reconhecimento de que é possível participar da política por fora de seus circuitos cristalizados nos jogos institucionais, ainda que estes nunca tenham deixado de representar limites claros e sempre presentes a toda a luta nas ruas, bem como foram eventos dessa esfera os que organizaram o ritmo e os maiores objetos de protesto.

Assim se dá a passagem de um estado imaginado de *dever-ser*, coerente com a ideologia de classe, para a construção ativa de um capital político heterodoxo: as questões e problemáticas que moveram os manifestantes não poderiam ser descritas apenas como uma incursão dentro do discurso político, que organiza a doxa de tal campo. Tornaram-se sempre presentes também em manifestações e indignações pontuais sobre eventos alheios às disputas institucionais, como a palestra de Judith Butler no SESC Pompéia em 2017 ou a campanha do MBL contra o *Queermuseum*, no mesmo ano, em Porto Alegre. O objeto “político” foi inundado por um conteúdo moral que organizou um circuito que transbordava, ao mesmo tempo, os limites do político.

Esse processo põe em xeque uma possível “importação” das considerações de Bourdieu acerca do campo político francês em *A Distinção*: em tal contexto, o francês identifica a problemática “propriamente política” tanto mais presente e autônoma quanto menor for o caráter moral do discurso, quanto menos a moral interfere na elaboração de uma opinião

política. Esse nexó é condicionado por uma separação de princípio entre um mundo privado/doméstico vinculado à moral e um mundo público vinculado a tal problemática cada vez mais autônoma, cuja definição está nas lutas entre os participantes efetivos do campo político, gozando da delegação da representação política. Mas esse não é um princípio invariável.

Como já abordado, o elemento central da prática política, para Bourdieu (1987), é a capacidade de criar identidades coletivas e operar os critérios de classificação a serem impostos mais ou menos homogeneamente dentro de uma formação nacional. A luta pelo que é considerado como público e oficial é a luta que conforma um campo político, podendo variar, entre momentos históricos e formações nacionais, em seu conteúdo.

4.4. Manifestações de rua e distinção social

A lógica da distinção social apresentada por Bourdieu (2008) pressupõe um espaço social definido relacionalmente e em constante movimento, através das disputas dos agentes pela manutenção de suas posições ou ascensão dentro da hierarquia simbólica que ordena o espaço social. Assim, não apenas o estado sincrônico das classes tem efeitos no comportamento dos agentes, mas também o sentido de sua trajetória e, nesse processo, os instrumentos disponíveis para a valorização dos capitais possuídos ou sua reconversão em outros capitais, a depender de seu valor relativo. A preponderância dos capitais econômico e cultural, tidos na obra de Bourdieu como os capitais fundamentais da organização do espaço social francês, não necessariamente é permanente, e uma desvalorização relativa do capital cultural tenderia a gerar estratégias de reconversão de capitais possuídos em outros capitais, em determinado momento mais valorizados; assim como essa lógica leva aos agentes com grande volume de outros capitais a disputarem o valor relativo desses capitais para negociar sua posição no espaço social em geral.

Isso não se dá, novamente, por um processo consciente, mas pela relação entre o estado objetivo do espaço social e as disposições incorporadas pelos agentes num momento anterior:

Por um lado, a definição completa dos agentes não se faz apenas pelas propriedades que, em determinado momento, possuem e cujas condições de aquisição sobrevivem

nos *habitus* - por seu efeito de histerese - e, por outro, a relação entre o capital de origem e o capital de chegada ou, se preferimos, entre as posições original e atual no espaço social, é uma relação estatística de intensidade bastante variável. Apesar de se perpetuar sempre nas disposições constitutivas do *habitus*, as condições de aquisição das propriedades sincronicamente repertoriadas são evocadas apenas nos casos de *discordância* entre as condições de aquisição e as condições de utilização, ou seja, quando as práticas engendradas pelo *habitus* aparecem como mal adaptadas por terem sido ajustadas a um antigo estado das condições objetivas... (Bourdieu, 2008, p. 103)

As condições iniciais de incorporação dos dispositivos que constituem o *habitus* geram, assim, uma expectativa constituída, por sua vez, pelas trajetórias possíveis a partir da posição social inicial - o que Bourdieu chama de “campo dos possíveis” (2008, p. 104). É a quebra dessa expectativa pelas transformações sociais que ocasiona também a frustração do senso de *dever-ser* dos agentes, e a necessidade de buscar em outras propriedades objetivadas ou potencialmente objetivadas as suas novas formas de distinção.

Um dos exemplos trazidos por Bourdieu para explicar esse tipo de movimento, de lutas por classificação conforme se alteram as condições normais de reprodução de capital, é o da democratização do ensino:

A entrada na corrida e na concorrência pelo diploma de frações que, até então, haviam tido uma reduzida utilização da escola exerceu o efeito de obrigar as frações de classe, cuja reprodução estava garantida, principal ou exclusivamente, pela escola, a intensificar seus investimentos para manter a raridade relativa de seus diplomas e, correlativamente, sua posição na estrutura das classes; assim, o diploma e o sistema escolar que o atribui tornam-se um dos pretextos privilegiados de uma concorrência entre as classes que engendra um aumento geral e contínuo de demanda de educação, assim como uma inflação dos diplomas (Bourdieu, 2008, p. 124).

Conforme o acesso aos diplomas cresce, é necessária a criação de novas formas de distinção dentre os possuidores de diploma, de forma a garantir a reprodução da posição daqueles que ocupavam as posições superiores do espaço social em razão de sua posse de capital escolar.

No caso de nosso objeto, vimos que de fato o Brasil passou por mudanças significativas no acesso ao capital escolar, com a expansão das universidades e políticas de acesso voltadas às classes subalternas. No entanto, nosso foco não se restringe à dinâmica da trajetória do capital escolar precisamente porque a reação de classe abrange, em seu conteúdo, diversas outras instâncias e, mais do que isso, organiza suas lutas em torno de uma distinção eminentemente *política*, ao invés de uma distinção pautada no valor de tal ou qual tipo de diploma ou tal ou qual situação da instituição escolar e do ensino superior. A caracterização

das classes subalternas foi realizada, nas manifestações, através de sua desqualificação enquanto sujeitos do processo político, e mesmo os temas relacionados ao acesso universitário, como a pauta das cotas étnico-raciais, foram tratados sob a mesma luz da *incompetência política*.

Em suma, para além das transformações gerais de acesso das classes subalternas a determinados espaços e bens de consumo, há um espaço em específico que se tornou o *locus* por excelência do problema: a espécie de “popularização” das instituições políticas, colocando no centro das políticas públicas e do discurso do Estado o protagonismo das massas populares, dos estratos de baixa renda. Tal apresentação do Estado é, em primeiro lugar, especialmente sensível para uma classe cuja ideologia aponta o Estado como o *seu* representante político; e em segundo lugar, implica em efeitos relevantes sobre a hierarquia simbólica que organiza o espaço social e, portanto, a posição instável da classe média. Trata-se de um efeito da institucionalização, que passa a ser uma ortodoxia a ser contestada:

É unicamente na e pela luta que os limites incorporados se tornam fronteiras com as quais esbarramos e que devem ser deslocadas. E de fato, o sistema dos esquemas classificatórios constitui-se em sistema de classificação objetivado e institucionalizado somente ao deixar de funcionar como senso dos limites e quando, para defendê-los contra a contestação herética, os guardiões da ordem estabelecida devem explicitar, sistematizar e codificar os princípios de produção dessa ordem, tanto real quanto representada, em resumo, constituir a doxa como ortodoxia. (Bourdieu, 2008, p. 444)

Esse efeito aparece, em nosso objeto, na forma da percepção de marginalidade, apresentando os manifestantes precisamente como a vontade popular contestatória contra uma ortodoxia imposta, que se estende do conteúdo do poder político ao conteúdo dos costumes e valores morais.

Neste capítulo, exploramos precisamente o efeito do poder político nas lutas por classificação, e seu estado concreto no campo político, nos termos propostos por Bourdieu. Em seguida, a tentativa de construção de um capital político pautado na moralização do campo, substituindo as “problemáticas propriamente políticas” que constituíam os principais elementos discursivos dos componentes do governo então no poder e de instituições como o STF durante o governo Bolsonaro por problemáticas propriamente morais que se tornaram cadavez mais relevantes e determinantes nas lutas internas de tal campo. E a forma de construção de capital, através do transbordamento de reivindicações políticas para a criação de uma identidade coletiva pautada em critérios morais sintetizados na forma familiar, na religiosidade, apelo à competição capitalista e em um interesse geral idealmente concebido. Assim, os manifestantes buscaram disputar o campo político, com uma lógica própria de disputa do

“público”, através de instrumentos provenientes/construídos a partir de outras instâncias, mais próprias da dimensão “privada” - no sentido doméstico e de mercado, alterando assim o próprio estado do campo.

Essa construção de capital não se deu apenas pelo discurso que busca convencer, mas por performar nas ruas o *dever-ser* imaginado pelos manifestantes através da própria forma como aparecem e incorporam em si símbolos e estilos de vida.



Família na manifestação de 13 de março de 2016 no Rio de Janeiro, acompanhados de empregada doméstica (Franco, 2016). Em entrevista, a trabalhadora doméstica de branco diz ter acordo com as reivindicações da manifestação e admirar seus empregadores por terem conquistado sua posição com esforço. O elemento profícuo da imagem, no interesse de nossa pesquisa, é o fato de terem apresentado nas ruas não apenas a unidade familiar “biológica”, mas também a unidade familiar incluindo o trabalho pago em sua conformação, um indicador da posição social que ocupam que não aparece normalmente fora do espaço doméstico.

As formas de aparecimento no espaço público através das manifestações de rua, frente aos elementos de trajetória apontados nos levaram à reflexão acerca de seu significado para o sentido do movimento de classe que se desenhava no período estudado. O uso do corpo, dos símbolos, o nível de envolvimento com o discurso e com a construção de uma identidade coletiva particular dos participantes, que não se tratam de fenômenos desimportantes para a análise sociológica que se preocupa com o estado da relação entre as estruturas objetivas e subjetivas:

(...) a relação que se mantém com o mundo social e o lugar que a pessoa se atribui nesse mundo nunca se declara tão bem quanto através do espaço e do tempo que ela se sente no direito de tomar aos outros, e, mais precisamente, o lugar que ocupa *com seu corpo no espaço físico*, por uma postura e por gestos firmes ou reservados, amplos ou acanhados (...) e *com sua fala no tempo*, pela parte do tempo de interação de que se apropria e pela maneira, segura ou agressiva, desenvolta ou inconsciente, de se apropriar desse tempo (Bourdieu, 2008, p. 440).

A maneira como os agentes se comportam importa, aqui, tanto quanto seu conteúdo: enquanto qualquer discurso ou identidade relacionado a uma posição de classe pode ser reivindicado na forma de reprodução de seus elementos explícitos, o modo como esses elementos são performados diz respeito ao nível de naturalidade dos agentes nessa performance, ou de emulação de uma posição social que não é a sua atual ou de origem.

Expusemos, ao longo do texto, a *forma* pela qual a trajetória e a ideologia de classe se expressam nas ruas. Sua expressão através das formas de aparecimento e das formas de sua representação é capaz de indicar os efeitos da trajetória e ideologia nas próprias lutas sociais empreendidas pela classe média: a inação acusaria - em oposição à tomada das ruas - outros efeitos. Utilizar o espaço público para performar uma forma específica de existência - aquela pautada na organização familiar heteronormativa e de vocação cristã e na apropriação dos símbolos nacionais como identidade individual - é um movimento pelo qual os agentes demonstram entender o espaço público como seu e seu estilo de vida como um objeto de ameaça que precisa ser mostrado enquanto um estilo de vida legítimo, conforme, em sua percepção, este se torna mais e mais subalterno na hierarquia simbólica. Ou seja, a disposição de uma estrutura subjetiva, constituinte do *habitus* dos agentes, que reflete uma estrutura dada num ponto anterior de sua trajetória ou seu ponto de origem; e a contradição entre essa disposição e o estado atual das estruturas objetivas.

A prática política, assumida pela tomada das ruas, adquire, assim, uma função específica nas lutas empreendidas pela classe média: a de constituir, em si, uma forma de

distinção entre esta classe e aquelas classes subalternas que assumem, durante o ciclo petista, uma trajetória ascendente. A relação dos agentes mobilizados com a política deixa de ser uma relação de representação por meio de quadros dos partidos políticos e meios de produção ideológica, e passa a ser um meio de autorrepresentação, e uma forma de reivindicar para sua classe a posição de sujeito do processo político não apenas como uma forma de buscar o êxito de suas reivindicações, mas centralmente o de promover seu monopólio relativo da prática política e viabilizar, no interior de seu espaço de realização, a valorização dos capitais próprios a essa classe. O elemento moral não aparece como um elemento externo à prática política, mas justamente como o elemento que *deve* pertencer a essa prática e, ao ser introduzido em cena, atesta a competência política dos agentes que advogam pela moral em um país que supostamente sofre com sua degeneração.

Considerações Finais

Não é possível falar em uma relação unívoca entre a classe média e as manifestações à direita. Nem mesmo uma relação unívoca entre uma camada ou fração específica da classe média com qualquer mobilização. O momento do encontro nas ruas é sempre uma expressão parcial de condicionamentos de classe, que se mostram mais ou menos relevantes para a caracterização das mobilizações a depender do contexto em que estas ocorrem e do conteúdo que apresentam.

Observamos a pertinência dos condicionamentos de classe sobre as manifestações à direita em dois níveis: de um lado, a necessidade de compreender as causas da composição de classe dessas manifestações tão marcada pela preponderância da classe média e de suas camadas superiores e, de outro, pela presença imediata de diversos elementos ideológicos típicos da classe média no centro do discurso das manifestações pró-*impeachment* e em apoio à Operação Lava-Jato, a saber, o discurso anticorrupção e o apelo aos esquemas da meritocracia baseada na hierarquia do trabalho.

Se os condicionamentos de classe são relevantes para a compreensão do fenômeno das manifestações à direita, o que não é novidade para a literatura disponível, procuramos explorar a relação inversa: a hipótese de que as manifestações sejam também uma forma de construção das condições de existência da classe.

Dada a limitação de nosso escopo, relacionado ao objeto escolhido, não foi nosso intento construir um quadro completo das estratégias de reprodução social da classe média, que implicaria em uma ampla gama de objetos. A escolha das manifestações à direita revela uma estratégia em específico que procuramos analisar, e exclui a eficácia de outras ordens de ações, como por exemplo as manifestações à esquerda que também contaram com sobre-representação da classe média, ainda que tenham expressado uma tendência minoritária. Nosso estudo aponta, portanto, para *uma tendência entre outras*, cujo peso real para a reprodução da posição objetiva da classe média não pode ser diretamente inferido.

Tendo esses pontos em vista, podemos sumarizar as conclusões relevantes para nosso problema de pesquisa.

- a- As manifestações à direita no período estudado (de 2014 a 2023) apresentam um determinado nível de unidade em termos de seu conteúdo discursivo e posição relativa a um esquema mais ou menos estável de polarização do discurso político no país. Essa unidade é caracterizada por uma oposição fundante entre aquilo que é entendido enquanto interesse geral e moralmente correto e aquilo que é entendido como interesse particular e moralmente condenável, dois polos preenchidos não por qualquer sentido,

mas especificamente pelo discurso anticorrupção e da “guerra cultural”. Assim, os manifestantes se entendem como agentes cívicos, os “cidadãos de bem” que representam um ideal de Estado bem gerido e de uma moral cristã preservada, enquanto entendem seus antagonistas como interessados na corrupção do Estado e na subversão da moral.

- b- As manifestações à direita constituem, sob essa unidade, um sentimento de comunidade e de reconhecimento mútuo entre os participantes, tornando o encontro nas ruas algo além de um momento de apresentação de reivindicações no espaço público. Isso aparece desde as primeiras manifestações contra Dilma Rousseff em 2014 e se torna um traço progressivamente mais marcante até se expressar na forma de acampamentos e bloqueios.
- c- A ideologia da classe média é mobilizada nesse espaço em particular a partir de modalidades concretas, fazendo o mérito aparecer não apenas enquanto expressão do trabalho intelectual e vinculado às formas estatais de consagração, como também enquanto expressão de sustentação moral, familiar e financeira dentro de um universo específico marcado pela competição e abnegação. Observamos ainda que mesmo a ideia de mérito sob critérios tão amplos aparece fundamentalmente articulada com os acontecimentos políticos e o discurso sobre o Estado e a representação política.
- d- À luz das mudanças sociais que ocorreram durante os governos petistas, incluindo políticas públicas, distribuição de renda e seu discurso político, entendemos o sentimento de marginalidade presente nas manifestações à direita como expressão da percepção de uma trajetória decadente por parte da classe média mobilizada nas ruas, com referência aos acontecimentos políticos. A constituição de um espaço em particular através das manifestações de rua, estabelecendo ali o *dever-ser* dos manifestantes quanto a diversos aspectos da vida social aponta para uma reação a esse processo e uma disputa ativa pela valorização de seu modo de vida no espaço público.
- e- Assim, o campo político é entendido pelos manifestantes como um espaço crítico a ser disputado, finalidade para a qual mobilizam diversos outros critérios de hierarquização em sua visão de mundo que tenta se tornar hegemônica, construindo um capital político a partir das forças acumuladas nas manifestações. Essa disputa é realizada sob a perspectiva de que o lugar ocupado pelo grupo dos manifestantes foi perdido ou está sob intensa ameaça, chamando a salvação através da ação civil (e por fora dos instrumentos partidários) e da repressão contra os agentes da corrupção – estatal e moral – assim reestabelecendo uma ordem social anterior.

- f- Tal percepção não é gratuita, e pode ser diretamente relacionada à perda relativa do monopólio da classe média sobre determinados espaços e elementos de estilo de vida que funcionam como marcadores distintivos e garantem, dessa maneira, uma superioridade objetiva na estrutura de classes brasileira. Nesse contexto, o campo político aparece como uma arena alternativa para recobrar de alguma maneira a distância da classe média em relação às classes subalternas.

Podemos delinear, a partir dessas considerações, ainda diversas perguntas que carecem de um melhor tratamento. Cabe compreender os efeitos objetivos, para o ordenamento do campo político e das lutas de classe em torno do sentido das políticas do Estado, que puderam ser alcançados a partir da construção de um capital político vinculado às manifestações à direita. Mais importante do que o campo, os efeitos objetivos das lutas empreendidas nos últimos anos para a posição relativa da classe média na estrutura de classes brasileira. Neste texto, observamos que as manifestações aparecem como uma estratégia para a reprodução social dessa posição, trazendo para o espaço público uma tentativa de valorização dos marcadores sociais dessa classe e a negação das classes subalternas como sujeitos do processo político. No entanto, isso não significa que tais estratégias tenham de fato sido eficazes, questão que necessitaria ainda de um trabalho de maior fôlego acerca dos termos sobre os quais poderíamos entender a eficácia das mobilizações para o ordenamento da estrutura de classes.

Referências bibliográficas

13 DE MARÇO: acompanhe as manifestações pelo país. **Veja**, São Paulo, 13 de março de 2016. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/13-de-marco-acompanhe-as-manifestacoes-pelo-pais/>

ABRANTES, Talita. Como foram os protestos pró-impeachment de 13 de dezembro. **Exame**, São Paulo, 13 de dezembro de 2015. Disponível em: <https://exame.com/brasil/protestos-pro-impeachment-ocorrem-em-mais-de-100-cidades/>

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, nº 76, 2009. pp. 49-86.

__. A política das ruas. Protestos em São Paulo de Dilma a Temer. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, junho/2017. pp. 49-58.

__. **Treze. A política de rua de Lula a Dilma**. São Paulo, Companhia das Letras. 2023.

ARAÚJO, Glauco et al. Adolescente é agredido em protesto contra o governo em SP. **Portal G1**, São Paulo, 17 de março de 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/03/adolescente-e-agredido-em-protesto-contr-governo-na-paulista.html>

ARIAS, Santiane; CAVALCANTE, Sávio. A divisão da classe média na crise política brasileira (2013-2016). in BÉROUD, Sophie et al. **O Brasil e a França na Mundialização Neoliberal**. São Paulo, Alameda. 2019.

ATO do 7 de setembro reúne cerca de 111 mil pessoas no Rio. **Poder 360**, 7 de setembro de 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/ato-de-7-de-setembro-reune-cerca-de-111-mil-pessoas-no-rj/> (Acessado em 18/05/2023)

BERGAMIN, Giba; AGOSTINI, Renata. Manifestantes ‘tietam’ e tiram selfies com policiais do Batalhão de Choque. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 de março de 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1603251-manifestantes-tietam-e-tiram-selfies-com-policiais-do-batalhao-de-choque.shtml?cmpid=menupe>

BETIM, Felipe. Com tantas notícias sobre corrupção, por que os protestos sumiram das ruas? **El País**, São Paulo, 27 de junho de 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/06/15/politica/1497541272_710007.html

__. Paulo Guedes: ‘Bolsonaro representa a classe média, agredida e abandonada pela esquerda’ **El País**, Rio de Janeiro, 27 de agosto de 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/23/politica/1534995588_943964.html

__. A segunda metamorfose do MBL para seguir influente no Brasil de Bolsonaro. **El País**, São Paulo, 5 de dezembro de 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/03/politica/1543850784_783436.html

BOITO JR., Armando. **Reforma e Crise Política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT**. Campinas, Editora Unicamp. 2018.

BONECOS infláveis de Lula e Dilma são levados para protesto em Brasília. **Portal G1**, Brasília, 7 de setembro de 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/09/manifestantes-levam-bonecos-de-lula-e-dilma-para-brasilia-durante-desfile.html>

BOREKI, Vinícius. “Super Moro” é destaque em ato pró Lava-Jato no dia do depoimento de Lula. **UOL Notícias**, Curitiba, 13 de setembro de 2017. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2017/09/13/super-moro-e-destaque-em-ato-pro-lava-jato-em-dia-de-depoimento-de-lula.htm>

BOURDIEU, Pierre. What Makes a Social Class? On the theoretical and practical existence of social groups. Berkeley, **Berkeley Journal of Sociology**, v. 32, nº1, 1987. pp. 1-17.

__. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil. 1989.

__. **A Distinção**. São Paulo, Zouk. 2008.

__. O Campo Político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília. nº5 Jan./Jul 2011.

__. **O Senso Prático**. Petrópolis, Vozes. 2013.

__. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo, Perspectiva, 2013b.

__. **Sobre o Estado**. São Paulo, Companhia das Letras. 2015.

BROWN, Wendy. **Nas Ruínas do Neoliberalismo. A ascensão da política antidemocrática no ocidente**. Editora Filosófica Politeia, São Paulo. 2019.

BURAWOY, Michael. **O Marxismo Encontra Bourdieu**. Campinas, Editora Unicamp. 2010.

BUTLER, Judith. **Corpos em Aliança e a Política das Ruas**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 2018.

CÂMARA dos Deputados. **Comissão da Câmara aprova autorização para processo de impeachment de Dilma**. Brasília, 11 de abril de 2016. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/485259-comissao-da-camara-aprova-autorizacao-para-processo-de-impeachment-de-dilma/>

CAMAZANO, Priscila. Entenda os ataques golpistas de 8 de janeiro e seus desdobramentos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 7 de fevereiro de 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/02/entenda-os-ataques-golpistas-de-8-de-janeiro-e-seus-desdobramentos.shtml> (Acessado em 18/05/2023)

CAMPANHA confirma vídeo em que Bolsonaro fala em ‘fuzilar petralhada do Acre’: ‘Foi brincadeira’. **O Globo**, Rio de Janeiro, 03 de setembro de 2018. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/politica/campanha-confirma-video-em-que-bolsonaro-fala-em-fuzilar-petralhada-do-acre-foi-brincadeira-23033857>

CARDOSO, A.; PRÉTEICEILLE, E. Classes médias no Brasil: do que se trata? Qual seu tamanho? Como vem mudando? **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 60, nº 4, 2017. pp. 977 a 1023.

CARDOSO, Adalberto. **Classes Médias e Política no Brasil (1922-2016)**. Rio de Janeiro, FGV. 2020.

CASTILHO, Alceu. Casos de agressão por uso vermelho se multiplicam; por que autoridades se calam? **Outraspalavras**, 19 de março de 2016. Disponível em: <https://outraspalavras.net/alceucastilho/casos-de-agressao-por-uso-de-vermelho-se-multiplicam-por-que-autoridades-se-calam/>

CAVALCANTE, Sávio. Classe média e conservadorismo liberal. *in* VELASCO E CRUZ et al. **Direita, Volver!** Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo. 2015.

__. Classe média, meritocracia e corrupção. **Crítica Marxista**, Campinas, nº 46. 2018. pp. 103-125.

CAVALCANTE, Sávio, CHAGURI, Mariana, NETTO, Michel Nicolau. O homem médio e o conservadorismo liberal no Brasil contemporâneo: o lugar da família. **Anais do 43º Encontro da ANPOCS**. Caxambu. 2019.

CHAUVEL, L., HARTUNG, A. Malaise in the western middle classes. *In* UNESCO World Social Science Report. **Challenging Inequalities: Pathways to a Just World**. UNESCO, Paris, 2016.

CHEQUER, R. e BUTTERFIELD, C. **VemPraRua: a história do movimento popular que mobilizou o Brasil**. São Paulo, Matrix. 2016.

CODATO, Adriano. A formação do campo político profissional no Brasil: uma hipótese a partir do caso de São Paulo. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Curitiba, v. 16, n. 30, jun. 2008. pp. 89-105.

CONSTANTINO, Rodrigo. O fim da classe média e o surgimento da ralé. **Gazeta do Povo**, 27 de março de 2015 Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/rodrigo-constantino/historico-veja/o-fim-da-classe-media-e-o-surgimento-da-rale/>. (Acessado em: 02/04/2021).

DATAFOLHA. 47% foram à Avenida Paulista em 15 de março protestar contra a corrupção. **Folha de São Paulo**, 17 de março de 2015. Disponível em:

<https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/03/1604284-47-foram-a-avenida-paulista-em-15-de-marco-protestar-contr-a-corrupcao.shtml> (Acessado em 20/06/2023)

___ . Avaliação da presidente Dilma Rousseff, 25 e 26/11/2015. **Folha de S. Paulo**, 30 de novembro de 2015. Disponível em: http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2015/11/30/avaliacao_dilma.pdf (Acessado em 20/06/2023)

___ . Maior manifestação política da história de SP reúne 500 mil na Paulista. **Folha de São Paulo**, 14 de março de 2016. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2016/03/1749713-maior-manifestacao-politica-da-historia-de-sp-reune-500-mil-na-paulista.shtml> (Acessado em 27/07/2021)

___ . Eleições 2018, 26 e 27/10/2018. **Folha de S. Paulo**, 28 de outubro de 2018. Disponível em: <http://datafolha.com.br> (Acessado em 24/01/2023)

___ . Dobradinha ‘Bolsodoria’ impulsiona vitória do tucano no governo de SP. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 de outubro de 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/dobradinha-bolsodoria-impulsiona-vitoria-de-tucano-no-governo-de-sp.shtml> (Acessado em 27/07/2021)

___ . Bolsonaro mantém aprovação de 37% e 32% desaprovam seu governo. **Folha de São Paulo**, 14 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2020/12/1989183-bolsonaro-mantem-aprovacao-de-37-e-32-reprovam-seu-governo.shtml>. (Acessado em 27/07/2021.)

___ . Pesquisa nacional: avaliação do presidente Jair Bolsonaro. **Folha de S. Paulo**, 21 de janeiro de 2021. Disponível em: <http://datafolha.com.br> (Acessado em 24/01/2023)

___ . Aprovação de governo Bolsonaro cai de 30% para 24%. **Folha de São Paulo**, 13 de maio de 2021. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2021/05/1989297-aprovacao-a-governo-bolsonaro-cai-de-30-para-24.shtml>. (Acessado em 27/07/2021)

DAVIDSON, Neil. Right wing social movements: the political indeterminacy of mass mobilization. In BARKER et al. **Marxism and Social Movements**. Leiden, Brill Editors, 2013.

DOMINGO de manifestações no Brasil repercute na mídia internacional. **Época Negócios**, São Paulo, 14 de março de 2016. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Mundo/noticia/2016/03/domingo-de-manifestacoes-no-brasil-repercute-na-imprensa-internacional.html>

EDER, Klaus. A classe social tem importância no estudo dos movimentos sociais? Uma teoria do radicalismo da classe média. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 16, nº46. junho/2001.

__. **A Nova Política de Classes**. Bauru, EDUSC. 2002.

EHRENREICH, Barbara. **Fear of Falling: the inner life of the middle class**. Nova Iorque, Pantheon. 1989.

ESTANQUE, Elísio. **Classe Média e Lutas Sociais**. Campinas, Editora Unicamp. 2015.

FERNANDES, Talita; PUPO, Fábio. Manifestantes pró-Bolsonaro agredem e ameaçam jornalistas em ato no Planalto. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 3 de maio de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/05/manifestantes-pro-bolsonaro-agridem-e-ameacam-jornalistas-em-ato-no-planalto-veja-video.shtml>

FRANCO, Luiza. Babá de foto polêmica diz ser a favor de manifestação. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 15 de março de 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1750320-baba-de-foto-polemica-diz-ser-a-favor-da-manifestacao.shtml>

FUCS, José. ‘O combate ao aborto e à causa LGBT não são bandeiras do MBL’, diz Holiday. **Portal Uol**. São Paulo, 29 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2021/01/29/o-combate-ao-aborto-e-a-causa-lgbt-nao-sao-bandeiras-do-mbl.htm>

GRUPO anti-Dilma vende boné e ‘pixuleco’ para custear manifestação. **Veja São Paulo**, São Paulo, 10 de dezembro de 2015. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/cidades/vem-pra-rua-vende-bone-pixuleco-custear-manifestacao/>

HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. São Paulo, Editora UNESP, 2014.

HAYEK, Friedrich. **O Caminho da Servidão**. Instituto Mises Brasil, 2010.

HOCHSCHILD, Arlie. **Strangers in Their Own Land**. Nova Iorque, New Press. 2016.

INEP. **Censo da Educação Superior 2010**. Outubro de 2011. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9332-texto-divulgacao-censo-2010-novo-pdf&category_slug=novembro-2011-pdf&Itemid=30192
(Acessado em 13/06/2023).

__. **Censo da Educação Superior 2021**. Novembro de 2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2021/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2021.pdf (Acessado em 13/06/2023).

JASPER, James M. **The Art of Moral Protest. Culture, biography and creativity in social movements.** University of Chicago Press, Chicago. 1997.

KALIL, Isabela (coord). **Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro.** Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 2018a. Disponível em:

<https://www.fespsp.org.br/upload/usersfiles/2018/Relat%C3%B3rio%20para%20Site%20FE%20SPSP.pdf>

___ . Notas sobre ‘Os Fins da Democracia’: etnografar protestos, manifestações e enfrentamentos políticos. **Ponto Urbe**, São Paulo, nº 22, 2018b.

LEAL, M. R. C. **Net-ativismo e o discurso anticorrupção no Brasil entre duas controvérsias: #vem pra rua e #não vai ter golpe.** 2018. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

LEFEBVRE, Henri. **O Pensamento de Lenin.** São Paulo, LavraPalavra, 2020.

LINHARES, Carolina. Com bandeiras do Brasil, manifestantes levam flores e limpam apartamento de Cármen em BH. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 7 de abril de 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/04/manifestantes-se-unem-para-limpar-predio-de-carmen-lucia-que-foi-atacado.shtml>

MANIFESTAÇÕES de 13 de março em todo o Brasil, As. **Época**, São Paulo, 13 de março de 2016. Disponível em: <https://epoca.oglobo.globo.com/tempo/noticia/2016/03/manifestacoes-de-13-de-marco-em-todo-o-brasil-acompanhe.html>

MARTÍN, Maria. Não é uma banda de indie-rock, é a vanguarda anti-Dilma. **El País**, São Paulo, 12 de dezembro de 2014. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/12/politica/1418403638_389650.html

MARX, Karl. **A Miséria da Filosofia.** São Paulo, Global, 1985.

___ . **O 18 Brumário de Luís Bonaparte.** São Paulo, Boitempo. 2011.

MELUCCI, Alberto. **A Invenção do Presente.** Petrópolis, Vozes. 2001.

MÉNDEZ, María Luisa, GAYO, Modesto. **Upper Middle Class Social Reproduction. Wealth, schooling and residential choice in Chile.** Palgrave Macmillan, Cham. 2019.

MENDONÇA, Renata. Votação do impeachment revela 5 coisas que você não sabia sobre a câmara. **BBC Brasil**, São Paulo, 19 de abril de 2016. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160419_impeachment_revela_congresso_rm

MESSEMBERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. **Sociedade e Estado**, Brasília, vol. 32, nº 3, set/dez 2017.

MORO, Sérgio (SF_Moro). “c) defensor de censura disfarçada de controle social da imprensa; d) a favor de invasão de terras; e) é contra os padrões de vida da classe média que é o baluarte da moderação e da democracia. E nem falei da corrupção durante os Governos do PT. E você, acha Lula um democrata?”. 9 de abril de 2022, 5:35 PM. **Tweet**.

MOVIMENTO faz hoje marcha pela dignidade nacional. **Congresso em Foco**, Brasília, 21 de maio de 2006. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/movimento-faz-hoje-marcha-pela-dignidade-nacional/>

NERI, Marcelo. **A Nova Classe Média: o lado brilhante da base da pirâmide**. São Paulo, Saraiva. 2011.

OLIVEIRA, Francisco. Hegemonia às Avessas *in* OLIVEIRA et al. (org.) **Hegemonia às Avessas. Economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2010.

ORTELLADO, Pablo; SOLANO, Esther. **Pesquisa com os participantes da manifestação de 12 de abril de 2015 sobre confiança no sistema político e fontes de informação**. 2015. Disponível em: <http://dowbor.org/blog/wp-content/uploads/2015/04/Pesquisa-12-04-2015.pdf>

ORTELLADO, Pablo; SOLANO, Esther. Novas direitas nas ruas? Uma análise do descompasso entre os manifestantes e os convocantes dos protestos antigoverno de 2015. **Perseu**, nº 11, ano 7, pp. 169-180. 2016.

PACHECO, Clarissa. Não, Augusto Heleno não assumiu a Presidência da República no lugar de Lula. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 05 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/estadao-verifica/augusto-heleno-presidente-lula/#:~:text=N%C3%A3o%20Augusto%20Heleno%20n%C3%A3o%20assumiu,no%20lugar%20de%20Lula%20%2D%20Estad%C3%A3o> (Acessado em 11/05/2023)

PAIVA, Deslange. Manifestantes protestam contra Bolsonaro na Avenida Paulista. **Portal G1**, São Paulo, 12 de setembro de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/09/12/manifestantes-protestam-contrabolsonaro-na-avenidapaulista.ghtml>

PAULISTA, bonecos do Lula custa R \$10,00, metade do boneco de Dilma, Na. **Época Negócios**, São Paulo, 13 de março de 2016. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2016/03/na-paulista-boneco-do-lula-custa-r-10-metade-do-preco-do-boneco-de-dilma.html>

PERSEU ABRAMO, Fundação. Manifestações de março/2015. São Paulo, 2015. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/fpa-pesquisa-manifestacoes.pdf>

PEUGNY, Camille. **Le Déclassement**. Paris, Grasset. 2009.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Ciladas da diferença. **Tempo Social**, São Paulo, 2(2) 7-33, 2º sem. 1990.

PINHEIRO, Jair. Para uma teoria marxista da ação. Marília, **Novos Rumos**, nº 46, 2006. pp. 43-54.

PINTO, Céli Regina. A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015). **Lua Nova**, nº 100, pp. 119-153. 2017.

POLLO, Luiza. ‘O Brasil não é do Lula’, diz Hélio Bicudo. **Estadão**, São Paulo, 8 de julho de 2016. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/coluna-do-estadao/o-brasil-nao-e-do-lula-diz-helio-bicudo/> (Acessado em 26/04/2021)

POULANTZAS, Nicos. **As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje**. Rio de Janeiro, Zahar. 1978.

__. **Poder Político e Classes Sociais**. Campinas, Unicamp. 2020.

PROTESTOS e paralisações contra os cortes na educação ocorrem em todos os estados e no DF. **Portal G1**, São Paulo, 15 de maio de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/05/15/cidades-brasileiras-tem-atos-contra-bloqueios-na-educacao.ghtml>

PULJIZ, Mara. Polícia civil indícia 3 por agressões durante manifestação de enfermeiros em Brasília. **Portal G1**, Brasília, 30 de maio de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/05/30/policia-civil-indicia-3-por-agressoes-durante-manifestacao-de-enfermeiros-em-brasilia.ghtml> (Acessado em 11/05/2023)

ROCHA, Camila. Imposto é roubo! A formação de um contrapúblico ultraliberal e os protestos pró-impeachment de Dilma Rousseff in ROCHA, C e SOLANO, E. (edit.) **As Direitas nas Redes e nas Ruas**. São Paulo, Expressão Popular, 2019.

ROSSI, Marina. Hélio Bicudo: ‘vamos trabalhar para que Lula não volte em 2018’. **El País**, 15 de setembro de 2015 Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/09/14/politica/1442255537_828146.html (Acessado em 26/04/2021)

SAES, Décio. Classe Média e Políticas de Classe (uma nota teórica). **Revista Contraponto**, Niterói, nº 2. Nov 1977, pp. 96-102.

__. **Classe Média e Sistema Político no Brasil**. São Paulo, T.A. Queiroz. 1985.

__. Classe média e escola capitalista. **Crítica Marxista**, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.21, 2005. pp. 97-112.

SALATA, André. **A Classe Média Brasileira: posição social e identidade de classe**. Rio de Janeiro, Letra Capital. 2016.

__. Distribuição de renda no Brasil entre 2002 e 2013: Redução das desigualdades entre classes? **Latin American Research Review** vol. 53, nº 1, 2018.

SALOMÃO, Arthur. Nova República e classes médias no discurso de Abraham Weintraub: uma análise da ideologia neofascista. **Cadernos CEMARX**, Campinas. vol. 16, 2022.

SINGER, André. **Os Sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo, Companhia das Letras. 2012.

__. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. **Novos Estudos CEBRAP**, nº 97, pp. 23-40, 2013.

SOARES, Olavo. ‘Não estamos numa brincadeira’, diz líder do MBL sobre candidatura de Danilo Gentili. **Gazeta do Povo**, Brasília, 22 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/candidatura-de-danilo-gentili-nao-e-brincadeira-diz-coordenador-do-mbl/>

SOLANO, Esther (org). **O Ódio Como Política**. São Paulo, Boitempo. 2018.

SÓ MAIS 72 horas. **Portal G1**, São Paulo, Janeiro de 2023. Disponível em: <https://especiais.g1.globo.com/politica/2023/so-mais-72-horas-acampamento-bolsonaristas-radicais/> (Acessado em 11/05/2023)

SOUZA, Jessé. **A Classe Média no Espelho**. Rio de Janeiro, Estação Brasil. 2018.

SWIDLER, Ann. Cultural power and social movements. In BARKER et al (org). **Culture and Politics: a Reader**. Nova Iorque, St. Martin’s Press. 2000.

TATAGIBA, Luciana; TRINDADE, Thiago; TEIXEIRA, Ana. Protestos à Direita no Brasil (2007-2015). In CRUZ, KAYSEL, CODAS. **Direita Volver!** São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2015, pp. 197-212.

TELLES, Helcimara. O que os protestos trazem de novo para a política brasileira? **Em Debate**, Belo Horizonte, vol. 7, nº 2, pp. 7-14, abr. 2015.

TERRA da Lava-Jato, 200 mil apoiam o juiz Sérgio Moro em ato pró impeachment, Na. **Estadão**, São Paulo, 13 de março de 2016. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/na-terra-da-lava-jato-200-mil-apoiam-juiz-sergio-moro-em-ato-pro-impeachment/>

TOURAINÉ, Alain. Os novos conflitos sociais: para evitar mal-entendidos. **Lua Nova**, São Paulo. nº 17, junho de 1989. pp. 5-18.

- TROPA do abraço: PM é tietada por manifestantes em SP. **Portal Terra**, 16 de março de 2015. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/tropa-do-abraco-pm-e-tietada-por-manifestantes-em-sp,a251529f7022c410VgnVCM3000009af154d0RCRD.html>
- TRUFFI, Renan. Quem são os manifestantes de 16 de agosto? **Carta Capital**, São Paulo, 18 de agosto de 2015. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/quem-sao-os-manifestantes-de-16-de-agosto-9588.html>
- VEJA pesquisa completa do Ibope sobre os manifestantes. **Portal G1**, São Paulo, 24 de junho de 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html>
- WACQUANT, Loïc. Making class: The middle class(es) in social theory and social structure. *in* MCNALL, S. et al. (org) **Bringing Class Back In**. Londres, Routledge. 1991. pp. 39-65.
- __. **Bourdieu in the City: Rethinking urban theory**. Cambridge, Polity Press. 2023.
- WALTZ, Igor. Capitães de ressentimentos: mídia e conservadorismo no Brasil contemporâneo. **11º Encontro Nacional de História da Mídia**. São Paulo, Jun/2017.
- ZAVALETA, René. **La Autodeterminación de las Masas (antología)**. Buenos Aires, CLACSO, 2009.